
**CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMULAÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO HORIZONTE 2013
RELATIVAS AO TEMA
CULTURA, IDENTIDADES E PATRIMÓNIO**

RELATÓRIO FINAL

Outubro de 2005

CONTRIBUIÇÕES PARA A FORMULAÇÃO
DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO HORIZONTE 2013
RELATIVAS AO TEMA
CULTURA, IDENTIDADES E PATRIMÓNIO

RELATÓRIO FINAL

*Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa*

*Observatório das Actividades
Culturais*

FICHA TÉCNICA

Equipa

Coordenação

Maria de Lourdes Lima dos Santos

Coordenação executiva

Rui Telmo Gomes

Vanda Lourenço

Teresa Duarte Martinho

Ana Mocuixe Moura

Jorge Alves dos Santos

Consultores

Isabel Margarida André

António Firmino da Costa

Eduardo Brito Henriques

António Martinho Novo

Steering Committee

João Brites

Vítor Martelo

José Nobre

Francisco Motta Veiga

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	7
PARTE I – PONTO DE PARTIDA	9
1. ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO	13
1.1. INOVAÇÃO	13
1.2. ECONOMIA DA CULTURA – INICIATIVA E MERCADO	15
1.3. EMPREGO E TRABALHO	19
1.4. FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	22
1.5. INTERNACIONALIZAÇÃO	25
1.6. REGENERAÇÃO URBANA E DINAMIZAÇÃO DE ESPAÇOS RURAIS	26
1.7. ACESSO E DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA.....	32
1.7.1. ASSIMETRIAS OFERTA/PROCURA (PADRÕES TERRITORIAIS E PERFIS SOCIOLÓGICOS)	32
1.7.2. SENSIBILIZAÇÃO PARA AS ARTES, CRIAÇÃO DE NOVOS PÚBLICOS E ENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO.....	52
1.7.3. ENSINO CULTURAL E ARTÍSTICO FORMATIVO	63
1.8. ASSOCIATIVISMO	64
1.9. PARCERIAS E REDES	67
1.10. MEDIAÇÃO E GESTÃO	70
2. DIAGNÓSTICO (ANÁLISE SWOT)	75
2.1. INOVAÇÃO	75
2.2. ECONOMIA DA CULTURA – INICIATIVA E MERCADO	76
2.3. EMPREGO E TRABALHO	77
2.4. FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO	78
2.5. INTERNACIONALIZAÇÃO	79
2.6. REGENERAÇÃO URBANA E DINAMIZAÇÃO DE ESPAÇOS RURAIS	80
2.7. ACESSO E DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA.....	81
2.8. ASSOCIATIVISMO	82
2.9. PARCERIAS E REDES	83
2.10. MEDIAÇÃO E GESTÃO	84
PARTE II – VISÃO ESTRATÉGICA PARA O HORIZONTE CULTURA 2013...	85
1. PRESSUPOSTOS PARA UM CENÁRIO	87
1.1. DINÂMICAS EM CURSO NAS ESFERAS DE CRIAÇÃO, GESTÃO E POLÍTICA CULTURAIS	87
A. NOVAS DINÂMICAS NO MERCADO DE TRABALHO	88
B. NOVAS DINÂMICAS NA GOVERNÂNCIA DA CULTURA.....	89
1.2. PREVENÇÕES PARA O CASO PORTUGUÊS.....	92
A. SINAIS DE SENTIDO POSITIVO.....	92
B. RENTABILIZAÇÃO DE POSSÍVEIS.....	93
C. ADVERTÊNCIAS METODOLÓGICAS	95

2. ORIENTAÇÕES E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS	97
2.1. COMPETITIVIDADE.....	99
2.1.1. ENQUADRAMENTO.....	99
2.1.2. OBJECTIVOS	103
FACTORES CRÍTICOS	
OPERACIONALIZAÇÃO	
INDICADORES E METAS	
2.2. REQUALIFICAÇÃO URBANA E REVITALIZAÇÃO RURAL.....	114
2.2.1. ENQUADRAMENTO.....	114
2.2.2. OBJECTIVOS	116
FACTORES CRÍTICOS	
OPERACIONALIZAÇÃO	
INDICADORES E METAS	
2.3. CIDADANIA	121
2.3.1. ENQUADRAMENTO.....	121
2.3.2. OBJECTIVOS	124
FACTORES CRÍTICOS	
OPERACIONALIZAÇÃO	
INDICADORES E METAS	
3. BALANÇO	133
SÍNTESE EXECUTIVA	137
ANEXOS	139
ANEXO 1 – METODOLOGIA.....	141
ANEXO 2 – FONTES CONSULTADAS.....	145

APRESENTAÇÃO

O presente Relatório constitui o resultado do trabalho iniciado em Março último em resposta à encomenda endereçada pela Direcção Geral do Desenvolvimento Regional / Observatório do Quadro Comunitário de Apoio III ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa / Observatório das Actividades Culturais e em conformidade com as respectivas *Especificações técnicas* para a realização de um estudo sobre “*Contribuições para a formulação de políticas públicas no Horizonte 2013 relativas ao tema ‘Cultura, Identidades e Património’*”.

De acordo com uma sequência que dá conta das etapas fundamentais do trabalho, o Relatório apresenta duas partes principais. A primeira corresponde ao Diagnóstico da situação de partida com base num conjunto de elementos de caracterização e respectiva análise, etapa de trabalho que foi matéria central do Relatório de Progresso. A segunda orienta-se num sentido prospectivo, incidindo na visão estratégica para o Horizonte Cultura 2013.

Na primeira parte, o capítulo 1 consiste numa sistematização da informação empírica disponível para a caracterização do sector da cultura em cada eixo de análise, introduzindo informação quantitativa e qualitativa de modo a dar um panorama da situação no presente. A partir dos dados carreados, procedeu-se, no capítulo 2, a uma análise SWOT, para fundamentar o cenário prospectivo e a estratégia a desenvolver. De notar que na estrutura SWOT foi acrescentado um quinto ângulo, suplementar, designado ‘pontos promissores’, por via do qual se pretendeu chamar a atenção para elementos/recursos emergentes que poderão vir a consolidar-se e constituir forças.

A segunda parte do Relatório inicia-se – capítulo 1 – com a introdução de pressupostos que visam um melhor esclarecimento no referente às opções implicadas na identificação dos objectivos seleccionados para as orientações adoptadas, tendo como pano de fundo as actuais tendências na esfera da cultura, no contexto europeu. No capítulo 2, organizado em três grandes orientações estratégicas, são apresentados 14 objectivos, referenciando-se os respectivos factores, operacionalização, indicadores e metas.

O Relatório encerra com um balanço e uma síntese executiva, destacando grandes coordenadas para Cenário de referência no Horizonte 2013, no referente ao tema ‘*Cultura, Identidades e Património*’.

PARTE I

PONTO DE PARTIDA

Apresenta-se ao longo deste capítulo um conjunto alargado de materiais empíricos que constituem suporte para a análise exposta nos capítulos seguintes. Este conjunto compreende tanto informação quantitativa (principalmente indicadores estatísticos) como qualitativa (fazendo referência a casos particulares ilustrativos de tendências recentes, que são aqui apresentados de forma sumária).

Para além destes materiais empíricos é também contemplado, neste capítulo, um conjunto de contributos de agentes e especialistas no domínio da cultura, que amavelmente corresponderam à solicitação da equipa no sentido de elaborarem uma reflexão prospectiva. Consideram-se neste âmbito as opiniões veiculadas por: Elisabete Alves (Serviço Educativo – Fundação de Serralves), Miguel Lobo Antunes (Culturgest), Helena Azevedo (Programa Operacional da Cultura), Clara Camacho (Rede Portuguesa de Museus), Paulo Carretas (Departamento de Descentralização e Formação de Públicos – Instituto das Artes), Bárbara Coutinho (Centro de Exposições – Centro Cultural de Belém), Luís Santos Ferro (Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento), Miguel Honrado (Teatro Viriato), João Teixeira Lopes (Faculdade de Letras da Universidade do Porto), Catarina Vaz Pinto (Quaternnaire Portugal, Fundação Calouste Gulbenkian), António Pinto Ribeiro (Fundação Calouste Gulbenkian), Paula Santos, Júlio Pereira, Marília Vieira, José Maria Azevedo e Ana Luísa Ferreira (CCDR-Norte), Paulo Cunha e Silva e Maria de Assis (Instituto das Artes), Susana Gomes da Silva (Serviço Educativo Centro de Arte Moderna – Fundação Calouste Gulbenkian).

Para cada um dos eixos da árvore de questões (ver anexo 1) segundo os quais é organizado o capítulo são apresentados de forma esquemática: em primeiro lugar, os comentários sugeridos pelos dados disponíveis; em seguida, as opiniões avançadas pelos interlocutores contactados ou decorrentes da discussão da própria equipa com os consultores e o *steering committee*; finalmente, os dados quantitativos e qualitativos.

1. ELEMENTOS DE CARACTERIZAÇÃO

1.1. INOVAÇÃO

OS DADOS:

- Surgimento de novos projectos e protagonistas na criação artística nacional em áreas experimentais e inovadoras, para o que contribui o envolvimento e apoio de entidades do sector privado e terceiro sector, quer financeiro, quer por via de cedência de instalações, material técnico, apoio na divulgação das produções culturais e artísticas.
- Estabelecimento de algumas parcerias entre agentes nacionais e estrangeiros de referência, com vista à promoção da arte e dos artistas portugueses nos circuitos internacionais propiciadores de experimentação e inovação.

AS OPINIÕES:

- Ausência de uma política que valorize a experimentação.
- Grande potencial humano de inovação artística (existência de múltiplos criadores em domínios como literatura, música, cinema, teatro, etc.).
- Falta de protecção e valorização da propriedade intelectual.
- Existência de estruturas que funcionam como incubadoras em diversos domínios artísticos (ex. Chapitô ou eventos como a Expo98).
- Possibilidade de aproveitar as potencialidades da diversidade cultural (ex. por via dos fenómenos migratórios).
- Aparecimento, embora ainda pouco disseminado, de modelos inovadores de uma prática profissional híbrida entre criação e gestão (particularmente em pequenas estruturas de jovens criadores no domínio das artes performativas).
- Défice de utilização das TIC nas actividades culturais e artísticas.

- Algum efeito de deslumbramento com as TIC: utilização mecânica de novas tecnologias na produção artística e desaproveitamento do seu potencial criativo.
- Insuficiente aproveitamento de redes informáticas de gestão e partilha de informação.
- Possibilidade de produção de conteúdos culturais para novos suportes digitais a partir de arquivos televisivos e radiofónicos existentes.
- Articulação, que poderá ser aprofundada, entre museus temáticos de ciência e técnica e estratégias turísticas, indutora de uma maior visibilidade pública desses mesmos temas.
- Pouca sustentabilidade e carácter pontual do apoio a jovens criadores e à nova criação.

1.2. ECONOMIA DA CULTURA – INICIATIVA E MERCADO

OS DADOS:

- Pouco peso da oferta de bens e serviços culturais no sector privado: no conjunto do tecido empresarial, as actividades culturais representam 3,5% das empresas, 2,3% do emprego e 2,4% do volume de negócios (quadro nº 1).
- As actividades culturais de natureza empresarial concentram-se muito na Região de Lisboa, sobretudo em termos de emprego e de volume de negócios e em particular os segmentos ligados ao audiovisual (quadro nº 1).
- As actividades culturais de natureza empresarial registaram uma expansão notável nos últimos anos em termos de número de empresas e de volume de negócios (quadro nº 1).
- Diminuição global do emprego nas actividades culturais de natureza empresarial no período 1998-2003, podendo esta estar eventualmente relacionada, entre outros factores, com a progressiva introdução de TIC (quadro nº 1). É de destacar a tendência inversa nas actividades das bibliotecas, arquivos, museus, relacionada, porventura, com o aumento do número deste tipo de equipamentos no âmbito de redes nacionais – Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP) e Rede Portuguesa de Museus (RPM).
- Importante investimento decorrente do actual Quadro Comunitário de Apoio, via PRIME, na recuperação de monumentos e património histórico em termos do seu aproveitamento turístico, no reequipamento de PME's no sector das indústrias culturais (particularmente edição e audiovisual), a par do investimento em actividades recreativas ligadas à animação turística (quadro nº 2).
- Emergência de plataformas que cruzam formação, criação/produção e difusão artística correspondentes a possíveis novas modalidades de organização do terceiro sector.
- Existência de estratégias de mecenato/patrocínio por parte de grandes empresas nacionais a equipamentos/estruturas culturais nacionais em diversos domínios.

AS OPINIÕES:

- No contexto da Europa Criativa (enquanto modelo de desenvolvimento que supera ou complementa a Sociedade do Conhecimento), a competitividade das empresas passa muito

por fortes apostas na inovação quer tecnológica quer artística, no sentido de criatividade ligada sobretudo ao design e ao marketing, mas também à própria concepção dos produtos e dos espaços (novos espaços comerciais, espaços públicos, arquitectura, etc.).

- Falta de articulação intersectorial entre iniciativas potencialmente articuláveis sob o lema da criatividade.
- Grande vulnerabilidade do mercado, especialmente no domínio das artes performativas, e correlativa descapitalização das entidades culturais nos anos mais recentes.
- Fraca complementaridade e articulação de iniciativas ao nível regional e inter-municipal.
- Tendência para a empresarialização das actividades artísticas, especialmente importante em domínios como livro, disco, música, galerias de arte, espectáculos, educação artística.
- Possível exploração de novos tipos de actuação empresarial no sector através de iniciativas de promoção de um mercado de compra e venda de produções artísticas (designadamente feiras, mostras, encontros de programadores, de âmbito nacional ou internacional).
- Fraca presença de ONG (no sentido lato) na área cultural.
- Ambivalência do voluntarismo nas práticas de cooperação entre agentes culturais (dinamismo participativo vs. ausência de estratégias de protagonismo e difícil continuidade daquelas práticas).
- Tendência recente para a afirmação de redes formais e informais de co-produção de espectáculos a nível nacional e internacional (ex. CCB/Percursos e TNSJ/IETM).
- Dificuldade na aplicação da legislação relativa ao mecenato (instabilidade do mecenato e confusão mecenato/patrocinio).
- Potencial envolvimento de agentes económicos locais em protocolos de mecenato dos equipamentos em construção / recuperação inseridos em redes culturais.
- Desadequação das nomenclaturas oficiais e estatísticas relativamente ao sector cultural.
- Ausência generalizada de “versões de câmara” de produções nacionais no domínio das artes performativas que facilitassem uma mais fácil circulação dos espectáculos.
- Excessiva rotação das produções dos criadores portugueses nos circuitos de programação de espectáculos nacionais (poucas apresentações com débil sustentabilidade a prazo, embora possam adquirir grande notoriedade num dado momento).
- Competição desleal das iniciativas apoiadas, designadamente na fixação do preço dos bilhetes.

Quadro nº1
Indicadores sócio-económicos em diversos sectores culturais

CAE		Dados 2003					Distribuição % por actividades 2003			Variação % 1998-2003			Taxa de concentração na Região Lisboa e Vale do Tejo (%)		
		Empresas	Pessoal ao serviço	Volume negócios (milhões euros)	Dimensão média das empresas (nº trabalhadores)	Produtividade (Vol. Vendas/trabalhador) (1000 euros)	Empresas	Pessoal ao serviço	Volume negócios (milhões euros)	Empresas	Pessoal ao serviço	Volume negócios (milhões euros)	Empresas	Pessoal ao serviço	Volume negócios (milhões euros)
221	Edição	1.076	15.002	1.444.062	13,9	96.258	4,8	20,3	21,1	32,7	36,6	37,6	*51,4	*57,4	*67,0
921	Actividades cinematográficas e de vídeo	778	3.413	361.161	4,4	105.819	3,5	4,6	5,3	8,1	-12,8	1,8	68,9	77,4	84,5
922	Actividades de rádio e televisão	408	5.460	505.806	13,4	92.638	1,8	7,4	7,4	30,8	-16,7	-0,7	40,0	79,2	95,0
923	Outras actividades artísticas e de espectáculo	1.001	3.210	148.413	3,2	46.235	4,5	4,3	2,2	42,6	56,6	55,7	42,3	49,0	56,9
924	Actividades de agências de notícias	43	457	30.585	10,6	66.926	0,2	0,6	0,4	79,2	-21,5	-11,1	65,1	92,3	98,2
925	Actividades das bibliotecas, arquivos, museus e outras actividades culturais	57	559	15.107	9,8	27.026	0,3	0,8	0,2	90,0	412,8	109,3	40,4	74,8	79,4
744	Publicidade	2.868	11.165	1.697.767	3,9	152.061	12,8	15,1	24,9	17,9	-11,5	-33,7	59,2	66,0	88,6
748	Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas	16.179	34.774	2.627.344	2,1	75.554	72,2	47,0	38,5	6,7	-10,6	44,9	42,6	46,0	42,6
Total 8 actividades		22.410	74.040	6.830.245	3,3	92.251	100,0	100,0	100,0	11,0	-2,2	6,3	**45,8	**55,4	**65,6
% em relação ao total de todos os sectores da economia		3,5	2,3	2,4											

Fonte: INE, Estatísticas das Empresas, 1998 e 2003.

Nota metodológica: definição de Sectores Culturais a partir de Eurostat / Département des études et de la prospective et des statistiques, *L'emploi culturel dans l'Union européenne*, deps / Les notes de l'Observatoire de l'emploi culturel, 2005).

* Valores referentes ao sector 22.

** Total referente a apenas 7 actividades (exclui os valores referentes ao sector 221).

Quadro nº 2

Investimento total do PRIME nos domínios da cultura e lazer, por tipologia/categorias e CAE dos projectos apoiados

Tipologia / categorias	CAE									Total
	22	32	33	36	51	52	55	92	93	
	Edição, impressão e reprodução	Fabricação de equip. e de apar. rádio, tv e comun.	Fabricação de apar. e instr. médicos, precisão e outros	Fabricação de mobiliário, outras ind. transformadoras	Comércio por grosso e agentes comércio	Comércio retalho; reparação bens pessoais e domésticos	Alojamento e restauração	Actividades recreativas, culturais e desportivas	Outras actividades de serviços	
Património Recuperação de monumentos e património histórico							134,0	8,5	11,7	154,2
Turismo Indústria, comércio e serviços	117,0	50,7	0,4	0,2	0,2	27,4		87,6		283,5
Animação turística								193,2		193,2
Total	117,0	50,7	0,4	0,2	0,2	27,4	134,0	289,3	11,7	630,8

Fonte: Gabinete do POC, Base de Dados dos programas operacionais.

Notas: Dados relativos a 512 projectos apoiados. Montantes em milhões de euros.

Base: Dados de Março de 2005

1.3. EMPREGO E TRABALHO

OS DADOS:

- O emprego no sector cultural em Portugal corresponde a uma parcela francamente reduzida (1,4% em 2002, Eurostat) quando comparada com o total da UE (2,5%) ou mesmo com os países com níveis de desenvolvimento similares (Grécia 2,5%, República Checa 1,8%, Eslovénia 2,5%).
- Mantendo a comparação com o total da UE através do dados do Eurostat (2002), o perfil por sexos e idades é idêntico, sendo porém muito distante o nível de qualificação (25% com nível superior em Portugal e 42% na UE), ocupando Portugal o último lugar do *ranking* europeu.
- Apesar da fragilidade dos indicadores do emprego cultural no país quando comparados a nível europeu, é muito saliente o crescimento do número de profissionais do sector no período de 1991 e 2001, em particular para as actividades do espectáculo e ligadas à escrita (quadros n^{os} 3 e 4).

AS OPINIÕES:

- Falta de enquadramento legal e desadequação da legislação às necessidades das carreiras profissionais nas actividades culturais e especialmente nas artísticas, particularmente ao nível da escassa regulação do trabalho intermitente e precariedade do trabalho dos trabalhadores dos espectáculos (generalização dos “recibos verdes”).
- Falta de certificação de profissionais nas áreas artísticas deficitárias (escrita para teatro e cinema, direcção de fotografia, desenho de luz, edição de imagem e som, design e concepção de exposições, design gráfico).
- Falta de certificação de profissionais vocacionados para a operação, funcionamento e manutenção de espaços culturais.
- Falta de certificação de profissionais nas áreas técnicas (luz, som, mecânica de cena, figurinos, caracterização, efeitos especiais).
- Falta de profissionalização das estruturas (associativas e outras) e agentes culturais.

- Faltam equipas artísticas em diversos equipamentos, incluindo alguns recentemente criados e/ou recuperados.
- Embora com limitações no presente, o sector da cultura tem vindo a ser progressivamente reconhecido e autonomizado na orgânica das autarquias, o que aponta para a cada vez maior requisição de especiais competências neste campo.
- Peso importante do voluntariado no tecido associativo (ao nível de direcção e de outros cargos).
- Grande oferta de voluntariado, fundamental no desenvolvimento da actividade regular de instituições públicas e outras entidades culturais.
- Enquadramento legal do voluntariado desadequado ou mesmo obstaculizante.
- Emergência de funções de mediação cultural, embora ainda em défice de reconhecimento social (ex. programador).
- Carácter demasiado pontual de incentivos à inserção profissional nos circuitos de produção nacionais e internacionais.

Quadro nº 3

Total de profissionais em várias profissões culturais e artísticas e taxa de variação (1991-2001)

Profissões (CNP)	1991	2001	Taxa de variação (%)
243 - Arquivistas, bibliotecários e documentalistas	1.719	2.039	18,6
245 - Escritores, artistas e executantes	9.100	14.765	62,2
313 - Operadores de equipamentos ópticos e electrónicos	10.882	12.137	11,5
347 - Profissionais da criação artística, do espectáculo e do desporto	10.661	14.475	35,7
<i>Total</i>	32.362	43.416	34,1

Fonte: Recenseamento da População: Censos 1991 e 2001, INE – Instituto Nacional de Estatística

Quadro nº4

Total de profissionais em várias profissões culturais e artísticas, por idade, grau de escolaridade e situação profissional em percentagem (2001)

CNP	245 - Escritores, artistas e executantes	313 - Operadores de equipamentos ópticos e electrónicos	347 - Profissionais da criação artística, do espectáculo e do desporto
<i>Idade</i>			
Até 24	15,3	15,4	21,9
25-34	39,4	33,4	40,2
35-44	23,0	23,5	20,1
45-54	13,2	17,6	11,5
55-64	6,7	8,1	5,1
Mais de 64	2,2	1,9	1,0
<i>Grau de escolaridade</i>			
Sem grau de escolaridade	0,0	0,0	0,0
Escolaridade básica	17,1	34,5	39,4
Escolaridade secundária	25,2	34,5	36,4
Grau universitário	57,5	31,0	24,1
<i>Situação profissional</i>			
Patrão	12,1	13,3	11,4
Empregado por conta de outrem	73,3	75,9	76,8
Empregado por conta própria	11,6	8,9	8,6
Outra situação	2,8	1,8	3,1
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0

Fonte: Instituto Nacional de Estatística/ Censos 2001.

1.4. FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

OS DADOS:

- Crescimento e diversificação da oferta de ensino artístico profissionalizante, quer a nível superior quer no secundário, em particular de cursos ligados ao audiovisual e a novas tecnologias (quadros n^{os} 5 e 6).
- Tendência para o aparecimento de novos projectos de formação artística alternativos às instituições existentes, quer ao nível de escolas públicas (ex. ESAD) quer ao de estruturas de formação profissional alternativa às escolas oficiais (ex. CEM e Fórum Dança).
- Défice de competências ao nível da Administração Local, que tem vindo contudo a ser atenuado pela (re)qualificação profissional dos funcionários autárquicos através de apoio financeiro comunitário, inscrito nos Programas Operacionais Regionais (designadamente via Programa Foral).
- Grande oferta de acções de formação geral e específica em domínios culturais diversos, para diferentes funções (de gestão, técnicas e administrativas) e com diferentes formatos (de tipo académico e de actualização profissional).

AS OPINIÕES:

- Aumento da oferta e da procura de ensino artístico.
- Incapacidade/falência do modelo das escolas públicas de formação artística (designadamente na desactualização e desajustamento dos curricula).
- Desadequação dos níveis e dos perfis de formação face à realidade e às necessidades tendo em conta as novas profissões e as novas exigências e enquadramentos para as profissões já existentes.
- Falta de integração e de coerência do sistema de formação e desarticulação entre o sistema de formação e o sistema de ensino.
- Desarticulação entre as várias ofertas (graus de ensino, sectores, regional).
- Falta de mobilidade internacional de estudantes/formandos/profissionais (estágios no estrangeiros).

- Grande carência de oferta de formação contínua.
- Reduzida integração internacional na esfera da formação artística (quer ao nível da fraca presença de formadores estrangeiros em Portugal, quer ao nível da presença de criadores e intérpretes portugueses em circuitos internacionais).
- Reestruturação prevista do sistema de ensino superior a nível europeu (processo de Bolonha) poderá promover a mobilidade e a circulação em circuito mais alargado dos futuros criadores (e outros profissionais ligados ao sector cultural) e que serão ainda eventuais fundadores/dinamizadores de projectos.
- O leque da oferta de formação em programação e gestão cultural tem alargado, em vários níveis de ensino.
- Estabelecimento, em alguns cursos, de parcerias entre universidades e entidades culturais, artísticas e associações profissionais de gestores culturais.
- Falta de exigência da formação artística em Portugal.
- Fraca valorização da experimentação enquanto meio de formação cultural e artístico.
- Défice estrutural nos diferentes níveis da escolaridade básica de formação para as TIC.
- Limitadas possibilidades de certificação de formações artísticas alternativas às instituições oficiais de ensino artístico.

Quadro nº 5

Ensino superior – Número de alunos no sector do cinema e audiovisual

	1992	1997	2002
Matriculados	100	225	368
Diplomados	19	29	58

Fonte: Ministério da Educação

Quadro nº 6

Ensino Secundário: número de alunos matriculados no ensino artístico especializado (2004/2005)

	Total	Ensino Público	Ensino Privado
Artístico Especializado (regime integrado)	2.317	2.204	113
Outros	343.379	281.188	62.191
Total	345.696	283.392	62.304

Fonte: Recenseamento Escolar anual 2004/2005 – Inquérito Preliminar, Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema educativo

1.5. INTERNACIONALIZAÇÃO

OS DADOS:

- Experiência acumulada na organização de grandes eventos culturais de impacto internacional.
- Valorização e incentivos à criação artística em contexto de internacionalização e mobilidade dos criadores.

AS OPINIÕES:

- Falta de estratégia comum (cultura/turismo/economia/política/comunicação) e de articulação entre entidades públicas, nomeadamente Ministério da Cultura – MNE – Embaixadas /Consulados.
- Possibilidade de estreitamento da relação com os países lusófonos.
- Possibilidade de estreitamento de relações internacionais históricas (Marrocos, Japão, China, Índia, Malaca...).
- Possibilidade de aproveitar e dinamizar culturalmente a comunidade portuguesa no estrangeiro.
- Possibilidade de desenvolvimento de relações de cooperação cultural através de gemações de cidades/municípios.
- Insuficiente sustentabilidade da presença das entidades culturais portuguesas nos eventos internacionais
- Deficiente/insuficiente aproveitamento dos eventos culturais.
- Falta de ambição/exigência da maioria das representações nacionais/oficiais nos eventos internacionais.
- Carácter isolado e dificuldade de replicação/continuidade dos “casos de sucesso” da produção cultural portuguesa a nível internacional (ex. estratégia de Paulo Branco na produção cinematográfica; recente projecção do fado nos circuitos da *world music*; nova dança portuguesa nos anos 90).
- Falta de incentivo à presença de criadores/intérpretes portugueses no estrangeiro.
- Efeito potenciador de redes formais/informais na inserção de criadores e intérpretes portugueses em circuitos internacionais.
- Diminuta inserção internacional das produções portuguesas (ex. dança).

1.6. REGENERAÇÃO URBANA E DINAMIZAÇÃO DE ESPAÇOS RURAIS

OS DADOS:

- Aumento claro da despesa dos municípios com património ao longo da última década (quadro nº 7)
- Progresso significativo na reabilitação urbana por via do investimento em equipamentos culturais, designadamente através do Programa POLIS que compreende no presente intervenções em 39 cidades (quadro nº 8).
- Recuperação de edifícios com usos obsoletos para fins culturais e aproveitamento mais ou menos pontual do património arquitectónico em eventos culturais.
- Crescimento muito acentuado do turismo em espaço rural ao longo da última década e meia (taxa de variação de 84% – quadro nº 9), muito devido, porventura, aos investimentos realizados no âmbito dos vários programas de revitalização dos centros rurais (de que são exemplo os casos nºs 1 a 3).
- Emergência de “bairros culturais” (ex. Bairro Alto em Lisboa e zona da Rua Miguel Bombarda no Porto).
- Produção significativa recente de roteiros culturais do espaço rural.

AS OPINIÕES:

- Insuficiente integração da salvaguarda do património natural e cultural nas políticas e programas de ordenamento do território.
- Ausência de ordenamento da programação cultural de equipamentos apoiados em processos de regeneração urbana.
- Efeito perverso da Lei de financiamento das autarquias no que diz respeito às receitas provenientes de novos edifícios com prejuízo da reabilitação urbana.
- Possível articulação entre programas de reabilitação urbana, equipamentos culturais e acções imateriais.
- Crescimento do turismo cultural em espaço rural e urbano.

- Investimento crescente na componente física da reabilitação dos centros históricos urbanos e aldeias históricas.
- Défice de apoio à vertente imaterial do património.
- Insuficiente valorização/animação cultural dos espaços públicos urbanos e rurais.
- Falta e inadequação da sinalética.
- Escassez de roteiros turísticos temáticos para o espaço urbano (pintura, escultura arquitectónicos, etc.).
- Tendência para conciliar património e arte contemporânea, que importa reforçar.
- Esforço de vários museus no sentido da valorização das memórias e do laço entre o passado e a contemporaneidade.

Quadro nº 7
Despesa dos municípios com Património (1995-2003)
 (milhares de euros e percentagem)

Ano	A preços correntes	A preços constantes de 2003	Taxa de variação real
1995	30.510	38.866	-
1996	31.694	39.177	0,8
1997	47.605	57.494	46,8
1998	47.991	56.460	-1,8
1999	57.366	65.937	16,8
2000	69.101	77.208	17,1
2001	75.847	81.120	5,1
2002	69.078	71.362	-12,0
2003	70.441	70.441	-1,3

Fonte: INE/OAC

Notas: Preços constantes de 2003 com recurso a INE, IPC geral, série de base 100 em 2003 compatibilizada com outras bases, designadamente 1997; taxa de variação real refere-se aos preços constantes.

Quadro nº 8
Cidades apoiadas no âmbito do programa POLIS por Região

Região	Número	Percentagem média de população abrangida no concelho	Percentagem média de população abrangida na região
Norte	12	57,6	26,3
Centro	8	55,7	19,5
Lisboa e Vale do Tejo	10	24,1	10,1
Alentejo	4	65,8	17,4
Algarve	3	37,7	8,7
Açores	1	28,7	4,2
Madeira	1	96,7	41,0
Total	39	46,2	18,4

Fontes: Gabinete Coordenador do Programa Polis, Junho 2005; OAC a partir dos dados do INE, Censos 2001 e Atlas das Cidades de Portugal 2002 para os dois indicadores da percentagem média de população abrangida.

Nota: POLIS – Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades.

Quadro n.º 9
Varição das estimativas de dormidas referentes ao Turismo em Espaço Rural entre 1991 e 2003

1991	2003	Taxa de variação
71.800	453.166	84%

Fonte: INE, *Estatísticas do Turismo* 1991 e 2003.

Caso nº 1

Programa das Aldeias Históricas de Portugal

Objectivos genéricos/ Linhas de acção	<p>Objectivo do programa: combater os efeitos da degradação e desertificação do interior de Portugal, contribuindo para a reafirmação da sua identidade, reforço da auto-estima das populações e valorização das aldeias no país e no estrangeiro, tornando-as quer locais visitáveis, quer lugares habitáveis, o que implica a sua dinamização cultural e socio-económica.</p> <p>O plano desenvolveu-se em duas etapas:</p> <p>1ª - Planos de intervenção material (realização de obras) através da recuperação de fachadas e telhados das habitações, arranjos urbanísticos, melhoria nas acessibilidades, beneficiação e restauro de património arquitectónico (igrejas, castelos, muralhas, palácios, ruínas, etc) e adaptação de edifícios a equipamentos e espaços com cariz cultural (núcleos museológicos, centros culturais, bibliotecas, salas de exposição, centros interpretativos, circuitos arqueológicos, etc);</p> <p>2ª – Planos de intervenção imaterial através da dinamização de actividades socio-económicas (com a participação de agentes locais – associações de desenvolvimento local), promoção turística no mercado nacional e internacional; e actividades de animação cultural (espectáculos, mostras, itinerários, etc)</p>
Entidades promotoras	Comissão de Coordenação Regional do Centro e Câmaras Municipais de Celorico da Beira, Idanha-a-Nova, Fundão, Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Mêda, Sabugal e Arganil (1ª fase) e Belmonte e Trancoso (2ª fase)
Parceiros	Associações de Desenvolvimento Local, DGEMN, IPPAR, Igreja, particulares, etc.
Âmbito	Regional
Abrangência geográfica	Beira Interior (Celorico da Beira, Idanha-a-Nova, Fundão, Figueira de Castelo Rodrigo, Almeida, Mêda, Sabugal, Arganil, Belmonte e Trancoso)
Domínios de intervenção	Revitalização do ambiente e património do espaço rural
Data: plano e efectivações	<p>QCA II (1994-1999) – PPDR, Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional;</p> <p>QCA III (2000-2006): – POR Centro, através das Medidas: Acções Inovadoras de Dinamização das Aldeias (do Eixo Acções Integradas de Base Territorial) e Cultura (do Eixo Intervenções da Administração Central Regionalmente Desconcentradas);</p> <p>– PO Cultura – Medida: Recuperação e Animação de Sítios Históricos e Culturais (do Eixo Valorizar o Património Histórico e Cultural)</p>
Indicadores de actividade	<p>Foram seleccionadas, numa primeira fase, 10 aldeias a serem intervencionadas (Janeiro de 1995): Linhares, Monsanto, Idanha-a-Velha, Sortelha, Castelo Novo, Castelo Rodrigo, Almeida, Marialva, Castelo Mendo e Piódão. A estas juntam-se, numa segunda fase, em 2003, mais duas: Belmonte e Trancoso.</p> <p>Em 1998 foi iniciada a Rota das Aldeias Históricas, com aquelas primeiras 10 aldeias, às quais se juntaram as outras duas em 2003.</p>

Caso nº2

Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve

Objectivos genéricos/ Linhas de acção	<p>O programa apresenta uma estratégia de desenvolvimento, com base nos elementos turismo/lazer, no que diz respeito às zonas de baixa densidade, assente: nos recursos urbanos do barrocal e da serra; na valorização da cultura e do património; na fixação de equipamentos estruturantes e serviços de proximidade; e no enriquecimento das produções tradicionais das comunidades do interior (história e cultura local, vivências urbanas e modo de ser e estar).</p> <p>A estratégia de intervenção deverá permitir concretizar quatro grandes objectivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Recuperar o património construído e salvaguardar os valores paisagísticos; • Promover a dinamização socio-económica; • Fixar e atrair população; • Criar uma imagem e um programa de animação para as Aldeias do Algarve. <p>Tendo em conta a estratégia e o conjunto dos objectivos referidos, identificam-se no âmbito do Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve quatro eixos de intervenção:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Renovação urbana; • Equipamentos colectivos e de lazer; • Apoio às actividades económicas; • Animação socio-económica. <p>As aldeias foram seleccionadas tendo em conta os seguintes critérios: Estrutura Urbana, Estrutura Rural, Valores Patrimoniais, Estrutura social, Dinamização Socio-Económica e Comércio</p>
Entidades promotoras	Comissão de Coordenação Regional do Algarve e Câmaras Municipais de Castro Marim, Vila Real de Santo António, Alcoutim, Tavira, Faro, Loulé, Albufeira, Silves, Monchique, Vila do Bispo e Aljezur
Parceiros	DR Agricultura do Algarve, DRAOT, DR Economia, Associações de Desenvolvimento Local ALCANCE, ODIANA, IN LOCO e VICENTINA
Âmbito	Regional
Abrangência geográfica	Algarve (Castro Marim, Vila Real de Santo António, Alcoutim, Tavira, Faro, Loulé, Albufeira, Silves, Monchique, Vila do Bispo e Aljezur)
Domínios de intervenção	Recuperação e revitalização das aldeias e dinamização económica
Data: plano e efectivações	QCA III (2000-2006): O Programa de Revitalização das Aldeias do Algarve está inserido na Acção Integrada de Base Territorial para as Áreas de Baixa Densidade da Região, do Eixo 2 do Programa Operacional da Região do Algarve (PROAlgarve). As intervenções deverão ser executados entre 2000-2003. Dado o âmbito deste programa, pretende-se que tenha um efeito de demonstração, para poder, posteriormente, ser aplicado a mais cinco aldeias
Indicadores de actividade	Numa primeira fase foram seleccionadas 11 aldeias: Cacela-a-Velha, Odeleite, Vaqueiros, Cachopo, Estoi, Querença, Paderne, S. Marcos da Serra, Caldas de Monchique, Carrapateira e Budens

Caso nº 3

Aldeias de Portugal (Aldeias de Tradição)

Objectivos genéricos/ Linhas de acção	<p>Enquadramento: as Associações de Desenvolvimento Local LEADER (entidades constituídas por organismos públicos, privados e particulares locais) – ADRIL, ADRIMINHO e ATAHCA desenvolvem, há já algum tempo, trabalho no âmbito de projectos de recuperação de casas típicas em aldeias serranas, criando condições para uma oferta turística rural de qualidade, neste caso o Turismo de Aldeia. A este inicial esforço local, sucede-lhe um de carácter nacional, com aquelas entidades a constituir a Associação de Turismo de Aldeia (ATA) com o intuito de promover a oferta global com a imagem de marca Aldeias de Portugal. É na sequência da criação desta associação que se concretiza a assinatura do protocolo de cooperação transnacional para a concretização do projecto das Aldeias de Tradição, como ponto de partida para o desenvolvimento sócio-económico das aldeias. Em 1997 é criada a rede europeia de Turismo de Aldeia (Aldeias de Tradição). Em 2000 é constituído o AEIE, Agrupamento Europeu de Interesse Económico Aldeias de Tradição, que junta parceiros de Portugal (ATA), Itália, Espanha e Holanda. Ao mesmo tempo, a nível nacional, dá-se a entrada de novos membros das regiões de Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro para a ATA e, a nível internacional, a adesão à rede a outros países da União europeia, do leste europeu e dos PALOP.</p> <p>Os principais objectivos são: • Potenciar o Turismo no espaço Rural e aumentar as actuais taxas de ocupação; • Fixação e rejuvenescimento das populações rurais; • Valorização e intercâmbio cultural; • Recuperação e promoção do Património Cultural Local; • Criação de um complemento à economia familiar; • Criação de uma rede europeia de alojamento em Turismo de Aldeia.</p>
Entidades promotoras	A ATA – Associação de Turismo de Aldeia, é uma associação sem fins lucrativos, de âmbito nacional, composta pelas Associações de Desenvolvimento Local LEADER da região de Entre Douro e Minho (ADRIL, ADRIMINHO, SOL-DO-AVE, ATAHCA, ADER-SOUSA, ADRIMAG, DÓLMEN e PROBASTO) e de Trás-os-Montes e Alto Douro (BEIRA DOURO). Esta é a entidade gestora do processo de selecção/accompanhamento e posterior certificação da marca Aldeia de Portugal. Tem a sua sede em Ponte de Lima.
Âmbito	Regional e Transnacional
Abrangência geográfica	Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes e Alto Douro (Vale do Douro Sul)
Parceiros	Nacionais – organismos públicos e privados locais e regionais, bem como particulares; Internacionais – entidades de Itália, Espanha, Holanda e Irlanda
Domínios	Alojamento, Artesanato, Produtos locais, Itinerários culturais e Património cultural
Data: plano e efectivações	<p>Intervenções no âmbito do Programa Agris e das Iniciativas Comunitárias LEADER II (1994-1999) e LEADER + (2000-2006), com base nos objectivos e estratégias definidas nos Planos de Desenvolvimento Local a cargo das associações Leader para as regiões de Entre Douro e Minho e a região do Vale do Douro Sul (Trás-os-Montes e Alto Douro), através de acções específicas dos vários eixos de intervenção.</p> <p>Actualmente, decorrem ao abrigo da Iniciativa Comunitária de Desenvolvimento Rural (Vector 2) os Projectos de Cooperação Interterritorial das Aldeias de Portugal (entre Janeiro de 2002 e Setembro de 2008) e de Cooperação Transnacional das Aldeias de Tradição (entre Julho de 2004 e Dezembro de 2006)</p>
Indicadores de actividade	Aldeias classificadas: Lindoso (Ponte da Barca), Soajo (Arcos de Valdevez), Branda D' Aveleira e Castro Laboreiro (Melgaço), Carreira (Póvoa do Lanhoso), Cutelo (Terras de Bouro), Agra e Campos (Vieira do Minho), Granja do Tedo (Tabuaço), Lapa (Sernancelhe), Travassos (Mondim de Basto), Castelo (Celorico de Basto), Quintandona (Penafiel), Núcleo Rural de Burgo (Felgueiras), Felgueira (Vale de Cambra), Pena (São Pedro do Sul), Boassas (Cinfães) e Tongobriga (Marco de Canaveses). Encontram-se em fase de classificação mais 17 aldeias.

1.7. ACESSO E DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA

1.7.1. ASSIMETRIAS OFERTA/PROCURA (PADRÕES TERRITORIAIS E PERFIS SOCIOLÓGICOS)

OS DADOS:

Oferta cultural

- Em geral, tem vindo a verificar-se ao longo dos últimos anos um acréscimo sensível do número de equipamentos culturais em diferentes subsectores (quadros n^{os} 10 a 18). Especificando, há a destacar: no caso do património arquitectónico, o aumento exponencial de imóveis não protegidos; no dos museus, o crescimento do número de museus da administração local e do sector privado; no das bibliotecas, o grande contingente das escolares; no das galerias, o aumento do número de espaços sem fins lucrativos e do número de espaços expositivos que não galerias.
- Na repartição regional dos equipamentos culturais (quadros n^{os} 12 e 14 a 17), observa-se, com oscilações nos diferentes subsectores, uma maior oferta em número de infra-estruturas nas regiões Norte e Centro, destacando-se numa abordagem *per capita* a região do Alentejo.
- Existência de claras assimetrias na acessibilidade próxima de equipamentos culturais (disponibilidade dos equipamentos na freguesia de residência – quadros n^{os} 19 a 21): melhor na região de Lisboa e Vale do Tejo e, principalmente, no Algarve; melhor acessibilidade também nas freguesias integradas em cidades (neste aspecto, é de destacar o pronunciado diferencial entre freguesias integradas e não integradas em cidade no Norte e Centro, o que dá conta das assimetrias internas destas regiões).
- A par do que ocorre com os equipamentos, verifica-se igualmente um acentuado crescimento da oferta de sessões quer no que se refere a exposições quer aos diversos domínios do espectáculo, com especial destaque, em termos regionais, para o sul do país (quadros n^{os} 22 a 25).

Quadro nº 10
Inventário do Património arquitectónico por Ano (2000-2003)
 (número absoluto)

Património arquitectónico		Ano			
		2000	2001	2002	2003
Imóveis Protegidos	Monumentos Nacionais	834	805	822	821
	Imóveis de Interesse Público	2.605	2.491	2.529	2.550
	Valores Concelhios *	593	612	583	567
<i>Total</i>		4.032	3.908	3.934	3.938
Imóveis Não Protegidos		4.890	6.697	11.128	16.132
<i>Número</i>		8.922	10.605	15.062	20.070

Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio* (2000-2003).

Nota: * Nos Valores Concelhios estão incluídos os Imóveis de Interesse Municipal, de Valor Cultural Local e de Valor Local.

Quadro nº 11
Tutela dos Museus por Ano
 (números absolutos)

Tutela	Ano		
	2000	2001	2002
Administração Central	96	104	105
Governos Regionais dos Açores e da Madeira	18	21	21
Administração Local	191	228	238
Privados	186	224	227
<i>Não Lucrativos</i>	139	168	173
<i>Lucrativos</i>	47	56	54
<i>Total</i>	491	577	591

Fonte: OAC, *O Panorama Museológico em Portugal* [2000-2003].

Quadro nº 12
Região dos Museus por Ano
 (números absolutos)

Região	Ano		
	2000	2001	2002
<i>Portugal</i>	491	577	591
Continente	452	535	550
Norte	110	149	154
Centro	96	114	117
Lisboa e Vale do Tejo	166	180	180
Alentejo	47	53	58
Algarve	33	39	41
Açores	18	21	20
Madeira	21	21	21

Fonte: OAC, *O Panorama Museológico em Portugal* [2000-2003].

Quadro nº 13
Bibliotecas por Tipo e por Ano (2000-2003)
(números absolutos)

Tipo	Ano			
	2000	2001	2002	2003
Escolares	925	932	935	942
Ensino superior	357	338	338	349
Públicas	305	318	310	323
Importantes não especializadas	13	13	11	12
Especializadas	310	310	322	333
Nacional	1	1	1	1
<i>Total</i>	<i>1.911</i>	<i>1.912</i>	<i>1.917</i>	<i>1.960</i>

Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio (2000-2003)*.

Quadro nº14
Bibliotecas Públicas por Região (2003)

Região	Número	Por milhão de habitantes
<i>Portugal</i>	323	31,2
Continente	294	29,8
Norte	78	21,2
Centro	95	40,5
Lisboa	58	21,8
Alentejo	51	65,7
Algarve	12	30,4
Açores	17	70,3
Madeira	12	49,0

Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio (2003)*.

Quadro nº15
Arquivos municipais apoiados no âmbito do PARAM por Região (2005)

Região	Número	Por milhão de habitantes
Norte	40	10,8
Centro	33	18,5
Lisboa e Vale do Tejo	25	7,2
Alentejo	24	44,8
Algarve	6	15,2
<i>Total</i>	<i>128</i>	<i>13,0</i>

Fonte: IAN/TT, Junho de 2005.

Legenda: PARAM – Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais.

Quadro nº16
Recintos Culturais por Região e por Ano (2000-2003)

Região	Ano			
	2000	2001	2002	2003
Norte	38	39	40	55
Centro	35	34	36	61
Lisboa e Vale do Tejo	86	92	107	106
Alentejo	46	47	51	64
Algarve	9	8	8	10
Açores	8	9	9	11
Madeira	2	2	2	5
<i>Total</i>	224	231	253	312

Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio (2000-2003)*.

Quadro nº17
Espaços Culturais por Região

Região	Número	Por milhão de habitantes
Norte	11	3,0
Centro	29	16,3
Lisboa e Vale do Tejo	31	8,9
Alentejo	7	13,1
Algarve	6	15,2
<i>Total</i>	84	8,1

Fonte: Instituto das Artes, Dossier Redes e Espaços Culturais, Janeiro/Fevereiro 2005.

Quadro nº18
Galerias de Arte e outros espaços – Natureza dos Espaços de Exposição por Ano (2000-2003)
(números absolutos)

Natureza dos Espaços de exposição		Ano			
		2000	2001	2002	2003
Com fins lucrativos	Galeria comercial	53	48	76	77
	Outros espaços	51	83	105	106
	<i>Total</i>	104	131	181	183
Sem fins lucrativos		375	425	487	534
<i>Número</i>		479	556	668	717

Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio (2000-2003)*.

Quadro nº19

População servida por Sala de Espectáculos / Sala de Conferências / Congressos na freguesia de residência por Região
(percentagem por Região)

Região	População residente em cidades	População residente fora das cidades	Total de População residente	Diferencial
	a	b	c	a-b
Continente	68,9	49,5	57,9	19,4
Norte	70,5	40,1	52,2	30,4
Centro	77,9	48,1	58,8	29,8
Lisboa e Vale do Tejo	60,5	61,0	60,7	-0,5
Alentejo	72,7	51,5	58,8	21,2
Algarve	94,4	63,1	81,3	31,3

Fonte: INE, Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População, 2002.

Quadro nº20

População servida por Écran de Cinema na freguesia de residência, por Região
(percentagem por Região)

Região	População residente em cidades	População residente fora das cidades	Total de População residente	Diferencial
	a	b	c	a-b
Continente	47,4	19,7	31,7	27,7
Norte	52,5	12,5	28,5	40,0
Centro	52,1	14,4	27,9	37,7
Lisboa e Vale do Tejo	39,2	30,2	34,7	9,0
Alentejo	38,7	28,1	31,7	10,6
Algarve	71,4	25,7	52,3	45,7

Fonte: INE, Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População, 2002.

Quadro nº21

População servida por Bibliotecas abertas ao público na freguesia de residência, por Região
(percentagem por Região)

Região	População residente em cidades	População residente fora das cidades	Total de População residente	Diferencial
	a	b	c	a-b
Continente	56,7	34,2	43,9	22,5
Norte	43,5	22,0	30,6	21,5
Centro	52,0	31,3	38,7	20,7
Lisboa e Vale do Tejo	66,8	49,9	58,4	16,9
Alentejo	54,2	42,6	46,6	11,6
Algarve	80,4	35,6	61,6	44,8

Fonte: INE, Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População, 2002.

Quadro nº 22

Número de exposições de Galerias de Arte e de outros espaços por Região e por Ano (1995-2003)
(por milhão de habitantes)

Região	Ano								
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Continente	228,9	246,4	352,2	378,1	400,4	410,1	455,1	539,8	572,1
Norte	13,2	15,3	23,4	27,0	27,1	30,2	34,2	41,4	40,4
Centro	21,2	21,0	34,9	38,4	43,9	42,2	46,0	68,6	64,3
Lisboa VT	29,9	32,5	37,4	38,9	40,6	40,8	50,8	50,2	61,7
Alentejo	38,1	29,9	83,8	78,6	90,0	87,5	83,1	93,1	98,4
Algarve	39,0	51,9	61,7	71,1	70,8	75,9	51,9	85,8	86,8

Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio (1995-2003)* e Censos 2001

Quadro nº 23

Número de sessões de Espectáculos ao vivo por Domínio e por Ano (1995-2003)
(números absolutos)

Domínio	Ano								
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Ópera	61	27	51	53	42	102	112	111	105
Música clássica	–	–	–	–	301	764	838	1.004	948
Música ligeira	–	–	–	–	351	887	1.492	1.233	1.386
Recitais de coros	–	–	–	–	4	124	158	229	279
Dança clássica	–	–	–	–	49	161	204	151	168
Dança moderna	–	–	–	–	215	294	361	540	587
Folclore	–	–	–	–	62	236	424	460	328
Teatro	3.335	2.358	2.447	2.132	2.824	4.379	6.762	7.895	8.665

Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio (1995-2003)*.

Nota: Música clássica, Música Ligeira e Recitais de Coros Dança clássica; Dança Moderna e Folclore são domínios desagregados só a partir de 1999.

Quadro nº 24

Número de sessões de Espectáculos ao vivo* por Região e por Ano (1995-2003)
(por milhão de habitantes)

Região	Ano								
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Continente	464,9	361,9	411,0	370,1	442,7	856,3	1269,8	1439,8	1459,9
Norte	346,1	188,5	150,5	102,8	315,4	351,5	795,2	921,0	959,0
Centro	122,7	66,7	74,0	90,8	357,6	859,8	1016,7	1100,2	888,9
Lisboa VT	818,0	732,4	910,3	824,7	650,7	1393,8	1827,0	2111,4	2231,1
Alentejo	356,5	268,8	246,4	345,3	371,4	795,1	1345,8	1618,3	1616,4
Algarve	167,0	189,8	205,0	172,1	285,9	918,5	1849,6	1680,1	1733,2

Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio (1995-2003)* e Censos 2001.

Nota: *Inclui Teatro; Ópera; Concertos de música clássica; Concertos de música ligeira; Recitais de coros; Dança clássica; Dança Moderna; Folclore; Espectáculos Mistos (variedades); Circo; Tauromaquia; Multidisciplinares; Outras modalidades.

Quadro nº 25
Número de sessões de Cinema por Região e por Ano (1995-2003)
 (por mil habitantes)

Região	Ano								
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Continente	13,9	18,7	26,8	30,4	44,7	41,3	43,7	49,2	55,9
Norte	8,6	14,9	28,9	34,4	43,9	42,4	42,8	42,7	44,9
Centro	5,0	7,8	11,5	11,6	23,7	23,3	28,5	33,8	30,9
Lisboa e VT	26,1	31,4	37,3	41,6	60,6	53,6	56,3	63,6	83,2
Alentejo	6,1	6,7	8,1	8,1	14,8	8,9	9,1	9,4	10,1
Algarve	6,9	8,8	10,4	11,0	48,5	48,8	55,4	106,1	95,0

Fonte: INE, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio (1995-2003) e Censos 2001.

Procura cultural

- Claro crescimento da procura cultural desde meados da década de 90 que é comum, com variações, aos diversos subsectores (quadros n^{os} 26 a 31). Ligeiras excepções a esta tendência encontram-se no abrandamento desse crescimento ou retracção nos últimos anos para géneros usualmente tidos por eruditos (ópera, música clássica e dança clássica) e no caso particular do cinema, espectáculo com o maior volume de entradas, que depois de pronunciado crescimento nos anos 90, tem estabilizado desde o final da década num patamar pouco aquém dos 20 milhões de espectadores anuais.
- Patamar de consumo cultural *per capita* claramente mais elevado em Lisboa e Vale do Tejo e Algarve, embora com variações nos vários subsectores (quadros n^{os} 26 e 29 a 31).
- Aumento pronunciado, em valor absoluto e em peso relativo, das despesas familiares relativas a cultura 1995 e 2000 (quadro n^o 32).
- Em termos regionais, a despesa das famílias com cultura é mais elevada na região de Lisboa Vale Tejo e inferior no Alentejo (quadro n^o 33).

Quadro nº 26
Volume de visitantes de Galerias de Arte e outros espaços por Região e por Ano (1995-2003)
 (por mil habitantes)

Região	Ano								
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Norte	59,7	65,7	128,0	152,3	179,1	219,8	322,0	288,7	332,1
Centro	160,9	96,3	182,4	206,7	248,6	229,2	225,8	355,5	449,3
Lisboa e VT	445,7	385,7	321,1	700,1	480,7	592,0	574,9	522,0	648,2
Alentejo	321,2	96,8	274,2	248,0	357,1	445,3	540,4	507,3	458,9
Algarve	305,7	527,9	788,6	851,7	817,3	498,3	520,2	716,3	659,5
Açores	170,7	59,4	163,7	70,9	80,1	94,0	225,6	299,6	366,1
Madeira	42,5	7,5	217,8	225,6	243,6	231,8	256,9	186,6	200,7
Portugal	231,5	195,8	237,8	376,5	324,8	365,7	405,2	403,7	474,8
<i>Total de visitantes (em milhares)</i>	2.397	2.028	2.462	3.900	3.364	3.787	4.196	4.181	4.918

Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio (1995-2003)* e Censos 2001

Quadro nº 27
Volume de utilizadores de Bibliotecas por Tipo e por Ano (1995-2003)
 (percentagem em coluna)

Tipo	Ano								
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Escolares	21,5	19,5	18,6	18,3	29,7	29,1	29,1	30,0	32,5
Ensino superior	16,3	13,7	14,3	14,5	19,7	20,3	22,5	21,1	19,9
Públicas	52,2	56,5	55,2	59,3	45,5	45,2	43,7	44,5	43,1
Importantes não especializadas	1,2	1,3	1,1	0,8	0,4	0,6	0,5	0,4	0,4
Especializadas	7,2	7,4	9,7	6,0	4,0	4,1	3,6	3,5	3,7
Nacional	1,7	1,5	1,1	1,0	0,7	0,7	0,5	0,5	0,5
<i>Total (em milhares)</i>	4.101	4.369	5.885	6.368	9.262	9.992	12.096	11.893	12.794

Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio (1995-2003)*.

Quadro nº 28
 Volume de espectadores de Espectáculos ao vivo por Domínio e por Ano (1995-2003)
 (números absolutos)

Domínio	Ano								
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Ópera	35.000	13.000	27.000	36.000	32.000	91.000	134.930	102.722	67.200
Música clássica	–	–	–	–	145.000	292.000	262.062	320.926	306 983
Música ligeira	–	–	–	–	324.000	512.000	730.848	756.195	833 832
Recitais de coros	–	–	–	–	1.000	26.000	41.109	50.377	56 214
Dança clássica	–	–	–	–	49.000	56.000	114.708	81.894	75.752
Dança moderna	–	–	–	–	80.000	159.000	122.053	146.428	261.965
Folclore	–	–	–	–	4.000	126.000	209.995	241.758	298.095
Teatro	339.000	281.000	232.000	229.000	407.000	615.000	970.436	1.266.567	1.280.806

Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio* (1995-2003).

Nota: Música clássica, Música Ligeira e Recitais de Coros Dança clássica; Dança Moderna e Folclore são domínios desagregados só a partir de 1999.

Quadro nº 29
 Volume de espectadores de Espectáculos ao vivo* por Região e por Ano (1995-2003)
 (por mil habitantes)

Região	Ano								
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Norte	45,8	25,0	17,1	19,8	112,0	150,0	242,7	263,3	251,7
Centro	23,5	12,3	12,3	14,0	66,1	183,8	254,5	264,5	272,9
Lisboa e VT	195,3	217,2	292,2	250,9	186,6	460,6	534,5	574,3	695,7
Alentejo	57,9	57,9	56,0	67,2	121,3	278,1	377,0	552,5	476,0
Algarve	27,8	32,9	32,9	27,8	101,2	513,6	784,4	888,1	1080,4
Açores	16,5	16,5	8,3	16,5	–	16,5	66,2	91,0	78,6
Madeira	77,5	81,6	73,5	110,2	134,7	314,3	424,5	657,1	436,7
Portugal	92,0	90,3	112,1	101,0	127,1	280,9	370,3	411,7	447,4
Total de Espectadores (em milhares)	953	935	1.161	1.046	1.316	2.909	3.835	4.264	4.633

Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio* (1995-2003) e *Censos* 2001.

Nota: *Inclui Teatro; Ópera; Concertos de música clássica; Concertos de música ligeira; Recitais de coros; Dança clássica; Dança Moderna; Folclore; Espectáculos Mistos (variedades); Circo: Tauromaquia; Multidisciplinares; Outras modalidades.

Quadro nº30
Volume de visitas a Museus por Região e por Ano (1995-2003)
 (por mil habitantes)

Região	Ano								
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Norte	237,9	268,9	271,8	258,0	–	247,0	466,3	519,4	475,2
Centro	517,8	563,0	553,4	573,1	–	431,0	426,4	508,0	711,4
Lisboa e VT	1.734,8	1.574,8	1.498,1	1.604,3	–	1.388,1	1.458,3	1.497,7	1.380,9
Alentejo	628,1	605,4	625,7	598,5	–	235,5	437,6	657,6	644,4
Algarve	224,6	201,9	218,2	270,0	–	1.560,6	1.489,0	1.472,8	1.387,2
Açores	450,4	438,1	311,3	340,9	–	126,5	163,3	163,2	258,6
Madeira	1.295,2	1.754,9	2.472,3	2.448,5	–	416,3	644,1	714,3	640,1
Portugal	836,9	810,7	800,1	834,8	–	711,4	826,2	884,8	861,5
Total de visitantes (em milhares)	8.667	8.395	8.286	8.646	–	7.368	8.556	9.163	8.922

Fonte: INE, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio (1995-2003) e Censos 2001.

Quadro nº 31
Volume de espectadores de Cinema por Região e por Ano (1995-2003)
 (por mil habitantes)

Região	Ano								
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Norte	421,7	766,1	1.304,2	1.381,8	1.660,6	1.644,0	1.747,6	1.706,4	1.556,4
Centro	400,7	569,4	667,5	712,4	1.219,0	1.088,4	1.238,1	1.220,7	1.261,1
Lisboa e VT	1.261,4	1.635,8	1.881,2	2.119,5	2.628,0	2.381,1	2.540,0	2.486,1	2.435,6
Alentejo	343,4	416,2	526,4	567,4	950,1	610,4	675,7	699,9	895,9
Algarve	675,6	910,9	1.052,6	1.052,6	2.403,7	2.229,1	2.489,8	3.377,9	2.993,3
Açores	579,1	852,1	1.265,7	769,3	4.314,1	839,7	881,0	852,1	649,4
Madeira	665,3	595,9	742,8	885,7	844,9	1.000,0	1.840,7	1.938,7	1.918,3
Portugal	714,3	1.008,8	1.323,7	1.432,7	1.942,6	1.729,9	1.880,0	1.881,0	1.807,9
Total de espectadores (em milhares)	7.397	10.447	13.708	14.837	20.118	17.915	19.469	19.480	18.723

Fonte: INE, Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio (1995-2003) e Censos 2001

Quadro nº 32

Estrutura da despesa média anual dos agregados familiares em 1989, 1995 e 2000, em Portugal

Classes de despesa COICOP	1989 (1)		1995				2000	
	Preços 1989		Preços 1995		Preços 2000		Preços 2000	
	€	%	€	%	€	%	€	%
<i>Total</i>	6.506	100	11.569	100	13.247	100	13.828	100
01 Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	1.919	29,5	2.435	21	2.686	20,3	2.579	18,7
02 Bebidas alcoólicas, tabaco	241	3,7	325	2,8	393	3	391	2,8
03 Vestuário e calçado	605	9,3	725	6,3	743	5,6	912	6,6
04 Habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis	806	12,4	2.382	20,6	2.744	20,7	2.734	19,8
05 Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação	460	7,1	773	6,7	868	6,5	989	7,2
06 Saúde	193	3	529	4,6	659	5	719	5,2
07 Transportes	964	14,8	1.802	15,6	2.144	16,2	2.070	15
08 Comunicações	69	1,1	226	2	214	1,6	451	3,3
09 Lazer, distração e cultura	255	3,9	425	3,7	461	3,5	663	4,8
10 Ensino	40	0,6	145	1,3	179	1,4	175	1,3
11 Hotéis, restaurantes, cafés e similares	641	9,9	1.055	9,1	1.230	9,3	1.307	9,5
12 Outros bens e serviços	313	4,8	747	6,5	926	7	837	6,1

Fonte: INE, *Despesas das Famílias (1989, 1995, 2000)*.

(1) Não é possível o cálculo correspondente a 1989 a preços de 2000, devido a diferenças de nomenclaturas no IPC.

Quadro nº 33
 Estrutura da despesa média anual dos agregados familiares, por classes da
 COICOP, segundo as regiões Nuts II (2000)
 (percentagem em coluna)

Classes de despesa (COICOP)	Portugal	Continente	Norte	Centro	Lisboa VT	Alentejo	Algarve	Açores	Madeira
<i>Total</i>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
01 Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	18,7	18,6	19,2	18,5	17,9	19,9	19,0	23,3	18,0
02 Bebidas alcoólicas, tabaco	2,8	2,8	3,4	2,3	2,5	2,9	3,1	3,8	2,6
03 Vestuário e calçado	6,6	6,6	7,1	6,3	6,3	6,7	7,1	6,9	6,3
04 Habitação; despesas com água, electricidade, gás e outros combustíveis	19,8	19,7	20,8	22,7	17,2	22,6	19,6	17,2	28,1
05 Móveis, artigos de decoração, equipamento doméstico e despesas correntes de manutenção da habitação	7,2	7,2	7,1	7,7	7,2	6,6	5,6	8,2	6,0
06 Saúde	5,2	5,2	4,6	5,2	5,6	5,3	6	5,8	5,4
07 Transportes	15,0	15,0	14,6	15,6	15,1	14,6	14,1	15,4	15,5
08 Comunicações	3,3	3,2	2,9	2,9	3,6	3,8	3,4	3,8	3,5
09 Lazer, distração e cultura	4,8	4,8	4,5	4,4	5,5	3,3	4,1	5,2	3,4
10 Ensino	1,3	1,3	1,1	0,8	1,7	0,8	0,9	0,6	0,9
11 Hotéis, restaurantes, cafés e similares	9,5	9,6	8,7	7,9	11,1	8,1	11,1	4,6	6,2
12 Outros bens e serviços	6,1	6,1	6,1	5,6	6,4	5,4	6,0	5,2	4,1

Fonte: INE, *Despesas das Famílias* (1989, 1995, 2000)

Práticas Culturais e perfil sociológico dos públicos

- Maior expressão das práticas culturais de tipo convivial e popular relativamente aos hábitos de consumo cultural em sentido estrito, entre as quais se destacam as práticas ligadas à cultura de massas, em particular a ida ao cinema e a espectáculos de música popular/contemporânea (quadros n^{os} 34 a 36 e gráfico n^o 1).
- Influência muito vincada, e favorável, de factores sociais como a juvenilidade, a escolaridade e a qualificação profissional no perfil dos consumidores culturais regulares (quadros n^{os} 37 a 39). Acresce que sendo esses factores comumente assinalados em múltiplos estudos realizados em diversos países, em Portugal é ainda assim de destacar a forte juvenilização das práticas culturais.
- Existência de claras assimetrias dos níveis de consumo cultural em termos regionais, com forte proeminência das áreas metropolitanas de Lisboa e Porto no que se refere ligadas a uma maior qualificação.

Quadro nº 34
Frequência de actividades sócio-culturais
 n = 8.275.023
 (percentagem)

Modalidades	Com frequência	Algumas vezes	Só em férias	Total (Tx. realização)	Nunca
	a	b	c	a+b+c	d
Sociabilidade inter-domiciliar	45,6	45,9	1,2	92,7	7,3
<i>Visitar e ser visitado</i>	42,4	47,5	1,4	91,3	8,7
<i>Jogar às cartas, xadrez, damas...</i>	7,2	21,9	7,0	36,0	64,0
Saídas comensais	17,8	52,6	3,6	74,0	26,0
<i>Ir comer fora com familiares ou amigos</i>	15,4	53,7	3,7	72,8	27,2
<i>Ir a discotecas, boîtes</i>	5,0	13,9	3,8	22,8	77,2
Sociabilidade local	9,5	38,0	7,0	54,5	45,5
<i>Frequentar associações recreativas</i>	5,9	9,6	1,0	16,6	83,4
<i>Ir a festas populares, bailes</i>	4,4	37,8	8,0	50,2	49,8
Práticas de saída informativa	4,4	24,2	5,0	33,5	66,5
<i>Ir a museus, exposições</i>	2,3	21,7	6,6	30,5	69,5
<i>Ir a bibliotecas</i>	2,9	10,8	1,4	15,1	84,9
Práticas amadoras	15,4	10,8	2,2	28,3	71,7
<i>Praticar desporto</i>	13,1	10,5	2,3	25,9	74,1
<i>Cantar num coro, tocar numa banda, fazer dança amadora, actuar num grupo de teatro</i>	3,4	1,6	0,2	5,2	94,8

Fonte: INE, Inquérito à Ocupação do Tempo (1999) – Sector Cultura: colaboração OAC

Universo: População portuguesa com 15 e mais anos.

Período de referência: Últimos 12 meses.

Quadro nº 35
 Taxa de realização de dez Actividades sócio-culturais segundo a Região de residência (Nuts II)
 n = 8.275.023
 (percentagem)

Actividades sócio-culturais	Norte	Centro	Lisboa e VT	Alentejo	Algarve	RA Açores	RA Madeira	AM Porto	AM Lisboa
Sociabilidade inter-domiciliar	91,7	92,4	93,2	93,1	92,5	92,6	98,4	92,8	93,7
Visitar e ser visitado	89,4	91,2	92,7	91,9	90,7	90,9	96,8	90,9	93,1
Jogar às cartas, xadrez, damas...	39,8	30,9	36,7	29,8	29,2	#36,0	#32,5	40,8	37,2
Saídas comensais	75,6	72,0	77,7	67,3	74,6	49,0	47,4	82,5	81,4
Ir comer fora com familiares ou amigos	74,4	70,9	76,7	66,5	73,5	46,2	46,6	81,4	80,3
Ir a discotecas, boites	24,5	20,7	23,5	18,0	27,5	#17,0	#11,0	24,3	24,0
Sociabilidade local	59,8	58,8	48,2	51,8	47,4	64,9	46,0	47,1	43,8
Ir a festas populares, bailes	57,0	55,7	41,5	47,4	42,6	61,2	44,3	42,1	38,1
Frequentar associações recreativas	12,5	18,5	20,4	18,7	#14,5	#18,0	-	16,4	15,7
Práticas de saída informativa	30,3	33,7	39,6	33,0	29,9	#19,8	#11,6	35,8	43,0
Ir a museus, exposições	28,1	31,1	35,6	29,2	28,1	#14,4	#9,6	33,4	39,3
Ir a bibliotecas	12,2	17,0	17,5	18,8	#12,2	#11,8	#8,2	14,3	17,6
Práticas amadoras	29,8	26,3	28,7	26,7	25,8	#29,9	#19,6	32,1	29,8
Praticar desporto	27,0	23,1	26,9	24,9	25,0	#26,3	#18,8	30,2	28,1
Cantar num coro, tocar numa banda, fazer dança amadora, actuar num grupo de teatro	5,8	#4,5	5,5	#4,1	#3,4	#6,2	-	#5,7	5,4
Total	2.874.174	1.429.497	2.860.739	418.562	297.167	186.972	207.912	994.040	2.117.601

Fonte: INE, Inquérito à Ocupação do Tempo (1999) – Sector Cultura: colaboração OAC

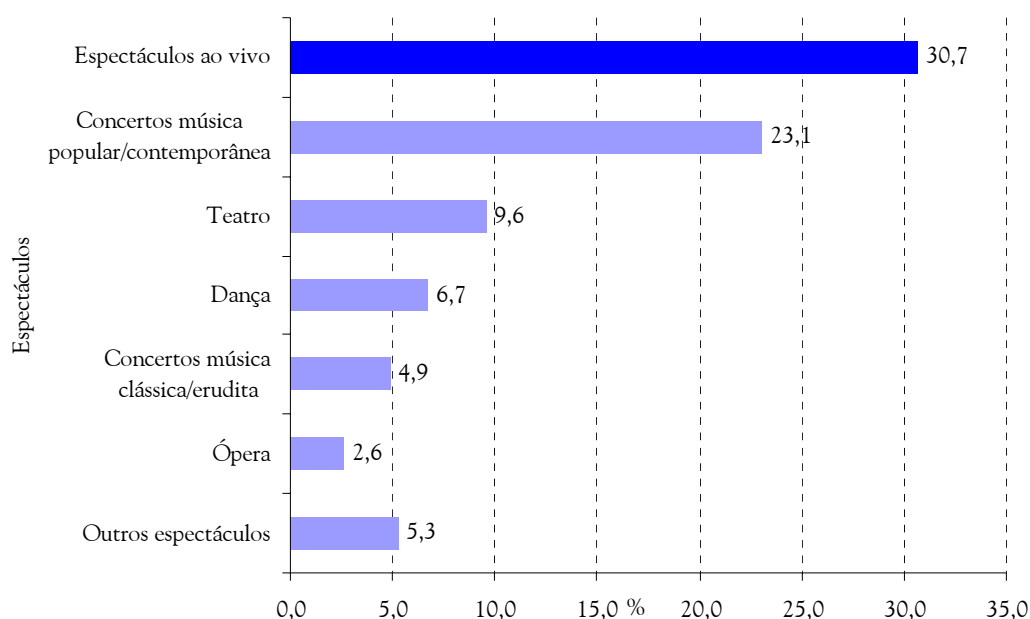
A utilização desta estimativa deve ser utilizada com cuidado uma vez que o coeficiente de variação se encontra entre 15% e 25%.

Quadro nº 36
 Intensidade de ida a espectáculos ao vivo
 (percentagem)

Espectáculo	Intensidade	%	n
Teatro	1 a 2 vezes	69,6	479.393
	Mais de 3 vezes	30,4	209.335
Dança	1 a 2 vezes	72,1	312.775
	Mais de 3 vezes	27,9	121.159
Concertos de música popular/contemporânea	1 a 2 vezes	40,0	731.396
	Mais de 3 vezes	60,0	1.096.474
Concertos de música clássica/erudita	1 a 2 vezes	53,4	159.132
	Mais de 3 vezes	46,6	138.992
Ópera	1 a 2 vezes	93,4	87.681
	Mais de 3 vezes	6,6	6.192
Outro espectáculo	1 a 2 vezes	46,7	127.724
	Mais de 3 vezes	53,3	145.616

Fonte: INE, Inquérito à Ocupação do Tempo (1999) – Sector Cultura: colaboração OAC

Gráfico nº 1
 Ida a espectáculos ao vivo da população portuguesa com 15 e mais anos
 (percentagem)



Fonte: INE, Inquérito à Ocupação do Tempo (1999) – Sector Cultura: colaboração OAC.

Quadro nº 37
 Taxa de realização de dez Actividades de lazer segundo a Idade
 (percentagens em coluna)

Actividades sócio-culturais	15 - 24 anos	25 - 34 anos	35 - 54 anos	55 - 64 anos	65 ou mais anos
Sociabilidade inter-domiciliar	95,0	95,0	93,5	92,8	86,1
Visitar e ser visitado	93,1	93,5	92,6	90,4	85,2
Jogar às cartas, xadrez, damas...	59,3	42,5	34,6	27,1	13,4
Saídas comensais	88,9	88,4	75,6	64,6	47,0
Ir comer fora com familiares ou amigos	85,9	86,7	75,1	64,2	46,8
Ir a discotecas, boites	64,1	35,2	11,1	#2,5	#0,8
Sociabilidade local	71,9	62,7	55,8	47,7	30,3
Ir a festas populares, bailes	65,3	59,7	52,0	42,7	26,5
Frequentar associações recreativas	26,8	15,1	16,2	15,4	8,7
Práticas de saída informativa	54,3	38,0	32,9	26,6	12,8
Ir a museus, exposições	43,6	35,5	32,0	25,2	12,5
Ir a bibliotecas	42,4	14,5	9,5	#6,0	#2,7
Práticas amadoras	63,3	35,7	22,5	11,6	5,2
Praticar desporto	59,8	33,5	20,2	9,6	#3,5
Cantar num coro, tocar numa banda, fazer dança amadora, actuar num grupo de teatro	12,6	5,5	3,2	#3,0	#2,1
Total	1.588.545	1.531.855	2.601.365	1.063.207	1.490.051

Fonte: INE, Inquérito à Ocupação do Tempo (1999) – Sector Cultura: colaboração OAC.

A utilização desta estimativa deve ser utilizada com cuidado uma vez que o coeficiente de variação se encontra entre 15% e 25%.

Quadro nº 38
 Taxa de realização de dez Actividades de lazer segundo o Nível de escolaridade
 (percentagens em coluna)

Actividades sócio-culturais	Sem diploma	1º ciclo	2º ciclo	3º ciclo	Secundário	Superior
Sociabilidade inter-domiciliar	84,8	92,8	95,5	94,9	94,1	98,8
Visitar e ser visitado	83,5	91,4	93,1	93,3	93,9	98,5
Jogar às cartas, xadrez, damas...	16,0	30,3	43,5	49,1	50,4	47,8
Saídas comensais	40,7	67,6	85,1	91,7	94,6	95,6
Ir comer fora com familiares ou amigos	40,4	66,9	82,6	90,2	92,7	95,5
Ir a discotecas, boites	#2,5	5,2	29,1	45,2	55,7	44,7
Sociabilidade local	39,1	55,9	65,8	65,1	51,4	43,4
Ir a festas populares, bailes	35,6	52,6	63,0	57,9	47,2	35,0
Frequentar associações recreativas	8,1	15,6	21,1	23,5	16,7	16,8
Práticas de saída informativa	6,8	20,7	30,6	56,4	62,6	75,5
Ir a museus, exposições	6,7	19,3	28,9	48,4	56,2	70,5
Ir a bibliotecas	#1,1	3,6	10,3	31,7	38,3	44,3
Práticas amadoras	#4,5	12,9	35,0	53,5	53,3	52,5
Praticar desporto	#3,5	10,6	32,4	50,3	49,6	50,3
Cantar num coro, tocar numa banda, fazer dança amadora, actuar num grupo de teatro	#1,0	2,8	#5,1	11,0	#7,8	#10,2
Total	1.548.177	2.642.302	1.341.294	1.364.437	771.805	607.008

Fonte: INE, Inquérito à Ocupação do Tempo (1999) – Sector Cultura: colaboração OAC.

A utilização desta estimativa deve ser utilizada com cuidado uma vez que o coeficiente de variação se encontra entre 15% e 25%.

Quadro nº 39
Taxa de realização de dez Actividades de lazer segundo a Profissão
(percentagens em coluna)

Actividades sócio-culturais	Quadros superiores e dirigentes	Profissionais intelectuais e científicos	Técnicos e profissionais de nível intermédio	Pessoal administrativo e similares	Pessoal dos serviços e vendedores	Agricultores e trabalhadores agrícolas	Operários e artífices	Operadores de instalações e máquinas	Trabalhadores não qualificados
Sociabilidade inter-domiciliar	97,2	98,9	94,3	94,2	96,3	88,7	95,2	93,2	92,4
Visitar e ser visitado	96,9	98,7	94,2	93,6	95,4	87,9	93,7	90,3	87,2
Jogar às cartas, xadrez, damas...	48,6	52,1	40,1	41,7	39,3	25,0	46,6	49,2	30,2
Saídas comensais	91,0	97,8	96,3	94	87,5	50,7	79,8	86,6	66,5
Ir comer fora com familiares ou amigos	90,5	97,8	96,3	93,3	86,4	50,1	78,1	86,6	62,7
Ir a discotecas, boites	25,1	45,5	40,1	32,5	30,7	#7,5	24,1	#21,2	15,7
Sociabilidade local	42,3	48,3	45,2	53,5	55,9	63,2	72,5	70,5	57,5
Ir a festas populares, bailes	34,5	38,7	38,7	50,9	51,7	61,3	67,8	70,1	56,8
Frequentar associações recreativas	#15,6	#19,8	#17,7	13,1	17,5	#14,2	23,1	#17,9	#9,1
Práticas de saída informativa	54,4	82,6	55,6	56,2	36,5	#8,2	21,6	#29,9	15,2
Ir a museus, exposições	54,3	79,5	53,3	54,2	34,4	#8,0	20,2	#29,5	#13,5
Ir a bibliotecas	#6,0	52,6	#26,2	17,1	12,2	#3,2	6,3	-	#3,9
Práticas amadoras	44,9	58,2	43,2	36,6	32,8	#12,6	29,6	#28,5	#14,1
Praticar desporto	44,8	56,3	41,4	33,4	29,6	#10,5	27,3	#28,2	#13,1
Cantar num coro, tocar numa banda, fazer dança amadora, actuar num grupo de teatro	#4,3	#11,6	-	#7,7	#5,2	#2,8	#3,2	-	-
Total	284.334	302.107	232.647	549.471	856.885	489.964	1.334.458	184.326	489.158

A utilização desta estimativa deve ser utilizada com cuidado uma vez que o coeficiente de variação se encontra entre 15% e 25%.
Fonte: INE, Inquérito à Ocupação do Tempo (1999) – Sector Cultura: colaboração OAC.

ASSIMETRIAS OFERTA/PROCURA – AS OPINIÕES:

- Insuficiente cobertura territorial de salas de espectáculo para além das capitais de distrito e de salas de média/pequena dimensão e, nalguns casos, com condições inadequadas.
- Ausência de levantamento/identificação das salas/recintos existentes e em funcionamento.
- Oportunidade de descentralização da oferta cultural criada pelos investimentos feitos na rede de equipamentos.
- Tendência para alguma diversificação dos públicos da cultura.
- Falta de estudos de público com mecanismos de recolha permanente de dados em todas as estruturas e instituições.

1.7.2. SENSIBILIZAÇÃO PARA AS ARTES, CRIAÇÃO DE NOVOS PÚBLICOS E ENVOLVIMENTO DA POPULAÇÃO

OS DADOS:

- Aumento generalizado das acções dos serviços educativos em instituições e equipamentos culturais (matriz nº 1 e casos nºs 4 e 5).
- Aumento do número de museus com serviços educativos no triénio 2000-2002 (caso nº 6).
- Forte aumento nos últimos anos do número de escolas na Rede de Bibliotecas Escolares e diversificação dos espaços e actividades dirigidos a públicos infante/juvenis na Rede Nacional de Bibliotecas Públicas.
- Experiências positivas de envolvimento de populações desfavorecidas em acções sócio-culturais (ex: projecto Wozzeck da Casa da Música com a população de dois bairros do Porto, Aldoar e Fonte da Moura)
- Criação de circuitos de proximidade e laços culturais entre as comunidades artísticas e populações locais (ex. residências criativas: CAPA, Centa, etc.)

AS OPINIÕES:

- Reestruturação e diversificação de acções para públicos diferenciados (Famílias, Públicos com necessidades especiais; Seniores; Professores e outros agentes educativos, etc.) dos Serviços educativos das Instituições de referência (CCB; Gulbenkian/CAM; Serralves).
- Mudança em curso no sentido de generalizar projectos de sensibilização para públicos que não os escolares (orientados para famílias, grupos qualificados, idosos, imigrantes, pessoas com deficiência).
- Necessidade de dar continuação a segmentos de programação dirigidos a público jovem e a público escolar, em particular, e a segmentos de públicos diversos de uma forma geral.
- Escassez de trabalhos técnicos na área do marketing cultural que têm como propósito fomentar o surgimento de novos públicos, de modo a criar hábitos de consumo, aumentando assiduidade e fidelizando públicos.
- Insuficiente formação de públicos associada ao desenvolvimento das práticas não profissionais e à articulação amador/profissional.

Matriz nº 1
Oferta de Serviços Educativos dos organismos tutelados pelo Ministério da Cultura

ORGANISMO DO M. CULTURA	ACÇÕES	PÚBLICO-ALVO	PLANO 2004 E SEQUINTE
BIBLIOTECA NACIONAL	Exposições com visitas guiadas orientadas	Escolas secundárias e superiores Ensino básico e secundário	Desenvolvimento da Biblioteca Nacional Digital - planos de edições digitais
CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA	- visitas guiadas às exposições temporárias e edifício (22974 utentes em 2003) - workshops em itinerância “O Aprendiz de Fotógrafo” e “Brincando com a Luz” - workshops especializados - cursos breves sobre fotografia e princípios de conservação e restauro - cedência de máquinas fotográficas e outros materiais de apoio a diversas instituições.	Escolas do básico ao secundário Escolas, escolas politécnicas e outras instituições de ensino.	- continuidade das acções já desenvolvidas - produção de materiais pedagógicos sobre a história ilustrada da fotografia. - publicação de um compêndio de introdução à Fotografia , para uso escolar.
CINEMATECA PORTUGUESA 4.000 crianças/ano	- visitas guiadas às instalações da Cinemateca e ao ANIM (Loures e concelhos limítrofes) - sessões de cinema específicas para escolas	E. básico e secundário E. básico e secundário E. superior	- Programa Cinemateca Júnior: sessões de cinema para crianças enquadradas por animadores e pedagogos, em parceria com o M. Educação.
COMPANHIA NACIONAL DE BAILADO		1º e 2º ciclos Ensino artístico 2º e 3º ciclos 1º ciclo	- visitas guiadas à Companhia para acompanhamento do trabalho dos bailarinos; - ensaios gerais abertos - em itinerância: aulas e ensaios abertos - em itinerância: oficina de introdução ao movimento com envolvimento familiar na apresentação pública.
CENTRO CULTURAL DE BELÉM - CENTRO DE EXPOSIÇÕES 30.059 visitantes em 2003	- Visitas guiadas, seguidas do acompanhamento do quotidiano de actividade do museu e contacto directo com os profissionais envolvidos em estreita articulação com a programação das exposições - ateliers complementares de contextualização das exposições e sensibilização para as temáticas que elas abordam ou para determinados acontecimentos, por exemplo “Reinventar a Cidade”, “O Museu em Cartaz”, Iniciativa (In)tolerâncias	Público escolar Professores	- continuidade das acções já desenvolvidas (visitas guiadas, ateliers e oficinas), em ligação ao programa de exposições temporárias - Programa Perto da Vista (expressão do próprio autor) - Visitas guiadas preparatórias - Caderno pedagógico sobre exposições temporárias e o Museu do Design - Cartão Professor - Encontro Anual de Professores para apresentação do Plano de Actividades do Centro
CENTRO CULTURAL DE BELÉM - CENTRO DE PEDAGOGIA E ANIMAÇÃO	Programação regular com companhias e artistas portugueses e estrangeiros. São privilegiadas as artes do espectáculo com ramificações para outras disciplinas como a literatura, as artes visuais, o cinema e a fotografia. Integra exposições, espectáculos, oficinas de artes, itinerários multidisciplinares	Público escolar, jovem e famílias	Continuidade das acções já desenvolvidas. Em 2004: Espectáculos: 9 produções, portuguesas e estrangeiras de teatro, dança, circo, música - a título de exemplo: “Pequenos Tesouros dos Jardins ... e outras coisinhas” (dança e música a partir dos 3 anos, acompanhado com oficina de dança e música), “O Auto da Barca do Inferno”

ORGANISMO DO M. CULTURA	ACÇÕES	PÚBLICO-ALVO	PLANO 2004 E SEGUINTE
	<p>“Percursos” - projecto de programação para um jovem público “fora de portas” do CCB: trabalho sobre a aproximação das cidades, dos artistas e dos públicos para fundir as práticas artísticas com a vida dos cidadãos e criar parcerias duradouras.</p>		<p>(teatro visual para a adolescência), “Oriana” (dança, sombras, objectos e conversas a partir dos 6 anos); Exposições e oficinas a partir de exposições: 5 produções - ex. “Das Histórias nascem Histórias” (exposição/leitura, a partir dos 6 anos), “Positivo/Negativo - Oui/Non” (oficina de fotografia, dos 12 aos 17 anos).</p> <p>Outros programas: - “Festa da Primavera” (exposições, espectáculos de rua e de sala, concertos, baile, flores, circo); - programa integrado na Festa da Música com concertos nas escolas e no CCB; - “Percursos pelo país 2004” (festival europeu de dimensão nacional para um jovem público);</p>
<p>INSTITUTO DOS ARQUIVOS NACIONAIS/TORRE DO TOMBO</p>	<p>- visitas guiadas às áreas públicas e depósitos</p>	<p>Escolas do básico e secundário</p>	<p>- continuidade das acções já desenvolvidas</p>
<p>INSTITUTO DAS ARTES</p>	<p>Programa Difusão das Artes do Espectáculo: - Espectáculos; - Ateliers de sensibilização; - Cursos breves; - Acções de sensibilização; - Acções de Grande Envolvimento Nacional/Dia Mundial da Música-Músicas para o Milénio.</p> <p>Participação PDAE: - 115 Câmaras Municipais, entre 2000 e 2002; - Participantes estimados: - 259.000 espectadores; - 46.643 participantes em ateliers.</p> <p>Formação de Novos Públicos em Meio Escolar - 20 escolas abrangidas em 15 Concelhos - 902 participantes</p>	<p>Ensino Básico e Secundário</p> <p>Ensino Básico: 1º e 2º Ciclos; Ensino Secundário</p>	<p>Parceria IA-CPA/CCB: - Bolsa de artes para um público jovem; - Rede de unidades de programação para um público jovem; - Observatório Artes Comunitade; - Novas Geografias; - Estágios de curta duração.</p> <p>Programa Território Artes: - Programação/oferta regular de produções artísticas; - Programação/oferta regular destinada a público jovem e público escolar; - Funcionamento em rede das unidades de programação para público jovem - Intervenções comunitárias a partir de unidade de programação para público jovem; - Funcionamento da rede nacional de teatros; - Fomento da oferta cultural de proximidade; - Funcionamento da Oficina Virtual. - Concurso escolar «Pensar o espaço urbano/projectar cidade»</p>
<p>INSTITUTO DO CINEMA AUDIOVISUAL E MULTIMÉDIA</p>	<p>Acções promovidas através do programa VER - Desenvolver o interesse pelo cinema, audiovisual e multimédia. Visionamento e análises comentadas de filmes, realização de filmes de curta duração. Formação de formadores. Familiarização com os meios tecnológicos de produção.</p>	<p>Público jovem</p>	<p>- parceria com Cineclubes, Direcções Regionais de Educação, Associação de Ludotecas e outras. Em 2004, apresentação de selecção de curtas-metragens para 4ª Cimeira Mundial de Media para Crianças e Adolescentes (Rio de Janeiro) - conformação de uma rede</p>

ORGANISMO DO M. CULTURA	ACÇÕES	PÚBLICO-ALVO	PLANO 2004 E SEGUINTE
			<p>europeia/mediterrânica para intercâmbio de experiências</p> <p>- Participação em Festivais Internacionais</p>
INSTITUTO PORTUGUÊS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO	<p>- acções de sensibilização para a salvaguarda do património cultural</p> <p>- projecto monumentos - edição e divulgação de um <i>vade mecum</i> sobre conservação</p>	Ensino básico e secundário	<p>- visitas ao Instituto para acompanhamento de processos de intervenção de conservação e restauro de um bem cultural desde a saída do museu até ao seu regresso.</p>
INSTITUTO PORTUGUÊS DO LIVRO E DAS BIBLIOTECAS	<p>- promoção da leitura através de um Programa de Itinerâncias - exposições bibliográficas, difusão de autores, cursos de literatura, sessões públicas de leitura</p> <p>- formação de formadores</p> <p>-Curso piloto de escrita lúdica</p>	Público infantil e jovem e mediadores de leitura	<p>- desde 2002 recentramento privilegiado no público infanto-juvenil</p> <p>- desde 2004, estabelecimento de parcerias com o Gabinete da Rede de Bibliotecas Escolares (acções pilotes e, 4 pólos autárquicos</p> <p>- entre 2005 e 2006, extensão deste programa a 8 novos pólos autárquicos</p>
INSTITUTO PORTUGUÊS DE MUSEUS	<p>- serviços de educação realizados através de 29 museus dependentes e descritos em pormenor em anexo e genericamente caracterizados por visitas guiadas, muitas vezes complementadas por ateliers, concepção de jogos didácticos para as crianças e adolescentes (<i>puzzles</i>, jogos de pista, jogos da glória, caça ao tesouro, palavras cruzadas, objectos mistério, etc.), organização de cursos e oficinas variados (de bordado, de lapidação, de desenho, pintura e gravura, de olaria, de tintagem natural, de azulejaria, etc.), disponibilização de equipamento e programas multimédia em articulação com as colecções do museu, organização de espectáculos de música, teatro e dança no espaço do museu. No exterior do museu, visitas ao meio local envolvente, a pretexto da sua ligação com o edifício ou com as colecções.</p>	<p>Pré-escolar, ensino básico e secundário, ensino recorrente, ensino especial, ensino profissional, complementar e superior</p> <p>Estagiários</p> <p>Professores</p> <p>Famílias</p> <p>Articulação das actividades programadas com autarquias, bibliotecas, universidades, Grupos de Música, de Teatro e de Dança, artistas plásticos e empresas locais no sentido de viabilizar e ampliar a abrangência das acções.</p>	<p>- continuidade das acções já desenvolvidas</p> <p>- capitalizar e ampliar as experiências de qualidade adquiridas pelos museus do IPM; impulsionar projectos inovadores, disseminar as boas práticas, através da integração em programas de aplicação mais abrangente, para uma estruturação duradoura da articulação cultural/educação que garanta a sua sustentabilidade em termos de recursos humanos e financeiros, a sua renovação, desenvolvimento e avaliação</p> <p>- melhorar o acesso à informação e aos bens culturais à guarda dos museus através da disponibilização de materiais pedagógicos em diversos suportes</p> <p>- publicação de roteiros infanto-juvenis</p> <p>- desenvolvimento de um perfil Educação no Matriznet (www.matriznet.ipmuseus.pt)</p> <p>- produção de novos materiais pedagógicos com recurso à documentação fotográfica para utilização nos museus e itinerância nas escolas.</p> <p>- o plano de acção a definir assenta nos seguintes pressupostos: permitir aos museus melhorar os seus serviços, aumentar a capacidade e competências dos seus recursos e nº de profissionais afectos, desenvolver novos projectos de interpretação, exposição e fruição, de modo a contribuir para a educação, para a formação de públicos e para a aprendizagem ao longo da vida.</p>

ORGANISMO DO M. CULTURA	ACÇÕES	PÚBLICO-ALVO	PLANO 2004 E SEGUINTE
INSTITUTO PORTUGUÊS DO PATRIMÓNIO ARQUITECTÓNICO	<p>- serviços de educação realizados através de 9 serviços dependentes e descritos em pormenor em anexo e genericamente caracterizados por visitas temáticas, visitas sumativas, animações e dramatizações, ateliers pedagógicos, visitas explorativas de carácter ambiental nas envolventes dos monumentos e programas de incentivo à leitura</p>	<p>Pré-escolar, ensino básico e secundário</p> <p>Ensino especial</p> <p>Ensino recorrente</p>	<p>- continuidade das acções já desenvolvidas</p> <p>- aprofundamento do trabalho realizado com autarquias, associações locais e outras instituições</p> <p>- produção de matérias pedagógicas</p> <p>- dotação de equipamentos</p> <p>- reforço de recursos humanos</p>
ORQUESTRA NACIONAL DO PORTO	<p>Colaboração com Projecto Educativo da Casa da Música</p> <p>Projecto de baby-sitting “Música toma conta de mim” (Casa da Música)</p> <p>Colaboração com o Coro Infantil do Círculo Portuense de Ópera em óperas de grande envergadura</p> <p>Execução da “Sinfonia dos brinquedos”, nos concertos de Carnaval, com a participação, a tocar no palco, dos filhos dos músicos da ONP</p> <p>Encomenda da obra “O lobo Diogo e o mosquito Valentim, estreada em co-produção com o TNSJ</p> <p>Ensaio abertos</p> <p>Visitas de desenho durante os ensaios</p> <p>Participação do Maestro Titular em seminários da Escola Superior de Música do Porto</p>	<p>Público infantil e jovem</p> <p>1º e 2º Ciclos</p> <p>Alunos da Escola Superior de Belas Artes</p>	<p>Visitas de grupo de estudo</p> <p>Continuação da colaboração com o Coro Infantil do Círculo Portuense de Ópera</p> <p>Apoio à actividade de músicos da ONP no âmbito de projecto de Música para Crianças nos Hospitais.</p> <p>Projecto de curso de Direcção de Orquestra em colaboração cm a ESMAE</p> <p>Concertos comentados para escolas</p>

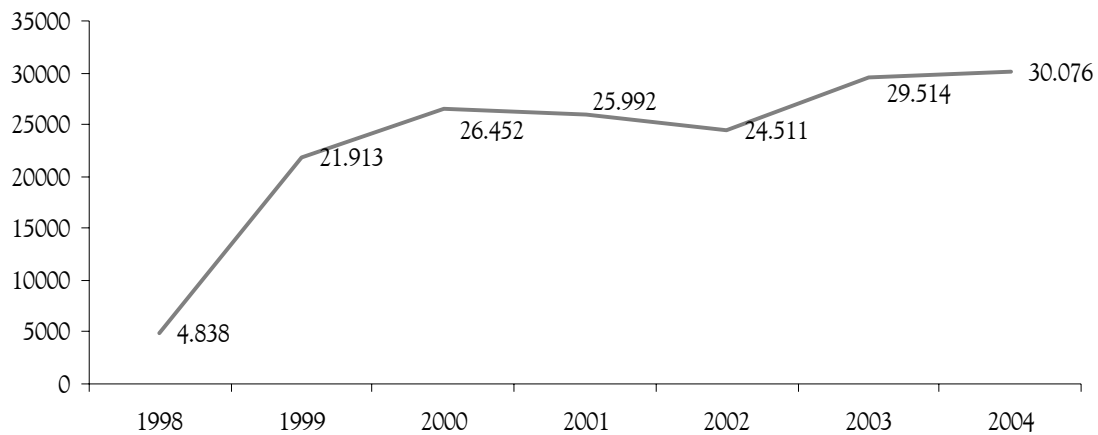
Fonte: Relatório do Grupo de Trabalho Ministério da Educação e Ministério da Cultura, Abril, 2004.

Caso nº 4
Âmbitos de actividade dos Serviços Educativos de três instituições de referência

Centro Cultural de Belém

Dimensões	Centro de Exposições
Objectivos genéricos/Linhas orientadoras	Sensibilizar o olhar e fornecer os instrumentos de leitura da arte contemporânea e contribuir para a formação de uma consciência estética/crítica
Principais domínios artísticos de programação	Artes visuais; Artes plásticas
Públicos Alvo	Público geral; Público escolar; Famílias; Público específico (Professores e educadores).
Tipo de actividades	No âmbito das Exposições temporárias: Visitas guiadas gerais; Conferências/Debates (Falar Alto; Venha tomar café com... - Neste espaço artistas e comissários expõem e discutem o seu pensamento e processos criativos. Workshops e Seminários; Actividades para Famílias: Oficinas e Ateliês específicos; Actividades para público escolar: visitas guiadas gerais ; ateliês (ateliês são antecedidos de visita guiada) dirigidos ao Ensino Básico (1º e 2º ciclo); e Ensino Secundário. No âmbito das actividades do Museu do Design: Visitas Guiadas gerais; Percursos Temáticos

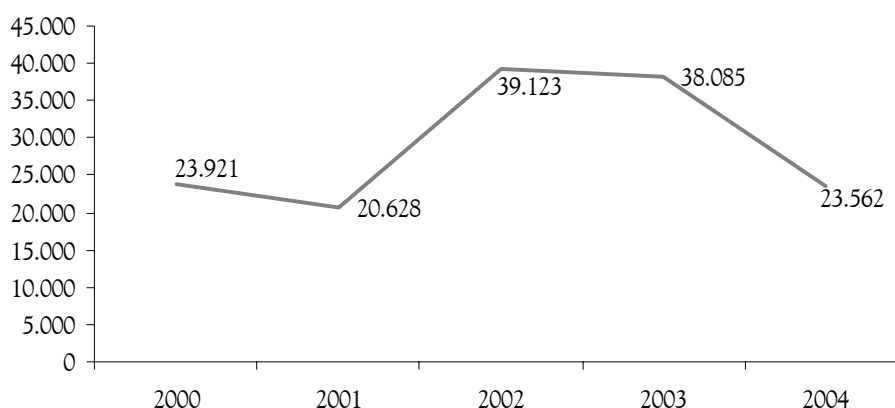
Número de participantes no Serviço Educativo do Centro de Exposições do CCB



Centro Cultural de Belém

Dimensões	Centro de Pedagogia e Animação
Objectivos genéricos/Linhas orientadoras	Equacionar uma aproximação estimulante e profunda entre um número considerável de crianças e as diferentes linguagens artísticas.
Principais domínios artísticos de programação	Artes performativas; Artes visuais
Públicos Alvo	Público infantil/juvenil (dos 0 aos 17 anos)
Tipo de actividades	Espectáculos; Oficinas; Exposições

Número de participantes do Centro de Pedagogia e Animação (CPA) do CCB



Nota: O ano 2004 não inclui o número de participantes e de espectadores em oficinas e espectáculos realizado no âmbito do Festival Percursos.

Fundação Calouste Gulbenkian

Dimensões	Centro de Arte Moderna
Objectivos genéricos/Linhas orientadoras	Promover e divulgar Arte Moderna e Contemporânea com particular incidência na arte de produção nacional e suas relações internacionais.
Principais domínios artísticos de programação	Artes visuais; Artes plásticas
Públicos Alvo	Público Infantil (dos 3 aos 10 anos) escolar e não-escolar. Públicos Juvenil (dos 10 aos 16/18 anos) escolar e não-escolar Público familiar Público com necessidades educativas especiais (escolar e não escolar)
Tipo de actividades	Visitas guiadas durante o fim-de-semana a Exposições permanentes e rotativas. Cursos de formação par adultos: Cursos teóricos; Cursos de formação artística; Cursos de arte contemporânea. Conferências. Visitas guiadas em língua estrangeira para grupos organizados. Visitas guiadas para jovens em grupos organizados. Visitas para professores: Visitas de acompanhamento para professores; visitas pedagógicas. Visitas para crianças em grupos organizados e individuais: visitas-jogo. Oficinas temáticas para crianças. Oficinas para famílias. Publicações para crianças e famílias

Fundação de Serralves

Dimensões	Fundação de Serralves
Objectivos genéricos/Linhas orientadoras	Alargamento da quantidade e qualidade de públicos, numa perspectiva de públicos diferenciados, tendo como matriz a sensibilização para a contemporaneidade cultural, artística e ambiental. As visitas às exposições; aos espaços arquitectónicos e paisagísticos; as oficinas temáticas; as acções de formação; os cursos; e os projectos em parceria com as escolas são actividades centrais na programação que procuram intensificar a relação estabelecida com a comunidade.
Principais domínios artísticos de programação	Artes visuais; Artes plásticas; Arquitectura; Ambiente
Públicos Alvo	Público geral; Grupos escolares (do ensino pré-escolar ao superior); Famílias; Professores
Tipo de actividades	<p>Visitas orientadas às exposições; aos espaços arquitectónicos; ao Parque (dirigidas a grupos escolares; Público geral; Professores). Formação de professores (encontro anual - planificação de actividades - ; formação contínua - organização de acções acreditadas); Oficinas temáticas (de expressão artística; de educação para a arquitectura - actividades maioritariamente desenvolvidas para o secundário e primeiro ano do ensino superior do Curso de Arquitectura e de educação ambiental - aulas no Parque; Cientistas no parque; Parque à vista; Clubes da natureza. Estas oficinas procuram articular os currículos escolares dos vários anos de ensino com as actividades possíveis no Parque de Serralves). Projectos com escolas (iniciou-se em 2005 uma actividade que procura desenvolver juntamente com a comunidade escolar um projecto anual em função de uma temática específica. No fim é realizada uma Exposição no Museu de Serralves com os trabalhos das várias escolas participantes. Programas para o público (debates encontros e cursos para jovens e adultos à volta de temáticas da arte contemporânea e ambiental). Inclui oficinas e workshops. Neste âmbito existem ainda actividades para Famílias no Museu e Férias em Serralves (oficinas de de ocupação de tempos livres durante as férias escolares (4-12 anos</p>

Caso nº 5

Programa Difusão das Artes do Espectáculo (PDAE)

Projecto paradigmático do crescente interesse que as acções de índole formativa para as artes têm vindo assumir na gestão cultural autárquica. Para algumas câmaras participantes neste Programa de descentralização, a oferta regular e especializada de acções de sensibilização (ateliês) para as artes dirigidas a públicos escolares, foi um dos pontos fortes do PDAE.

O Programa é também ilustrativo da importância que as acções de sensibilização de públicos infantis/juvenis têm vindo a assumir no trabalho criativo de produtores/estruturas artísticas. Procurando diversificar os públicos alvo com o intuito de recrutar/formar novos públicos, incluem na sua programação trabalhos especificamente dirigidos a públicos mais novos.

Ateliês de sensibilização par as artes, por Área (2000-2002)

Área	Sessões		Participantes		Média de participantes
	nº	%	nº	%	
Música	182	16,4	3.457	15,5	19,0
Teatro	586	52,9	12.004	53,9	20,5
Dança	222	20,0	4.438	19,9	20,0
Outras	118	10,6	2.366	10,6	20,1
Total	1.108	100,0	22.265	100,0	20,1

Nota: As 1108 sessões consideradas reportam-se a 137 acções agendadas para as quais existem fichas de acompanhamento representando estas 48% do total (287 acções agendadas).

Uma estimativa partir da contabilização dos 22.265 participantes nas 137 fichas de acompanhamento de ateliês prevê para as 287 acções agendadas um total de 46.643 participantes.

Fonte: OAC, Políticas Culturais e Descentralização: Impactos do Programa Difusão das Artes do Espectáculo, 2004.

Acções agendadas (ateliês) e número de Participantes por Entidade participante (2000-2002)

Entidade participante	Acções		Participantes	
	Nº	%	Nº	%
Escolas	89	65,0	15.676	70,4
Outras entidades	16	11,7	1.548	7,0
Escolas e outras entidades	32	23,4	5.041	22,6
Total	137	100,0	22.265	100,0

Fonte: OAC, Políticas Culturais e Descentralização: Impactos do Programa Difusão das Artes do Espectáculo, 2004.

Caso nº 6

Serviços Educativos nos Museus

O estudo do OAC sobre o Panorama Museológico em Portugal (2000-2002) regista também um aumento do número de museus com serviço educativo no último ano considerado

Existência de Serviço educativo por Ano
(percentagem em coluna)

Serviço educativo	Ano		
	2000	2001	2002
Museus com serviço educativo	44,2	43,3	47,7
Museus sem serviço educativo	53,8	56,7	52,3
Não resposta	2,0	0,0	0,0
<i>Número de casos</i>	491	577	591

Fonte: OAC, O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003].

Entidades museológicas com serviço educativo por Ano e Região
(percentagem em coluna)

Região	Ano					
	2000		2001		2002	
	Nº casos	%	Nº casos	%	Nº casos	%
Norte	110	47,3	149	49,0	154	50,0
Centro	96	28,1	114	24,6	117	35,9
Lisboa e Vale do Tejo	166	56,0	180	53,9	180	57,2
Alentejo	47	29,8	53	28,3	58	41,4
Algarve	33	42,4	39	43,6	41	36,6
Açores	18	22,2	21	23,8	20	30,0
Madeira	21	61,9	21	71,4	21	71,4
<i>Total</i>	491	44,2	577	43,3	591	47,7

Fonte: OAC, O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003].

Entidades museológicas segundo as actividades orientadas para os visitantes por Ano
(percentagem)

Actividades orientadas para os visitantes	Ano		
	2000	2001	2002
Visitas guiadas	81,7	83,7	84,4
Ações dirigidas ao público escolar	59,9	61,5	62,3
Exposição temporária	56,6	55,6	55,3
Renovação da exposição permanente	35,8	36,9	32,8
Conferência/seminário	33,4	30,0	30,6
Espectáculo	24,8	24,1	22,8
Outras	12,2	11,4	13,2
Nenhuma actividade	6,1	5,7	5,1
Não resposta	2,0	0,0	0,0
<i>Número de casos</i>	491	577	591

Fonte: OAC, O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003].

Nota: Variável múltipla; o parâmetro de realização é pelo menos uma vez na actividade e no ano em causa.

Percentagem de visitas escolares no total de visitas a museus por Ano e Região (2000-2003)

Região	2000		2001		2002		2003	
	Total	Escolares	Total	Escolares	Total	Escolares	Total	Escolares
Norte	910.720	28,6	1.719.470	32,8	1.915.169	33,6	1.752.353	32,6
Centro	768.981	20,4	760.804	18,1	1.208.539	19,6	1.269.308	19,8
Lisboa	4.812.348	15,8	5.055.590	15,2	4.876.644	13,2	4.787.413	16,1
Alentejo	126.166	17,9	234.422	20,8	365.914	28,1	345.243	29,3
Algarve	616.767	6,1	588.460	5,7	582.075	7,1	548.241	5,0
Açores	30.595	16,3	39.475	12,8	39.461	26,2	62.518	24,4
Madeira	101.999	20,3	157.821	15,8	175.009	7,0	156.825	12,1
<i>Total</i>	7.367.576	17,2	8.556.042	18,5	9.162.811	18,5	8.921.901	19,7

Fonte: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio [2000-2003]*.

1.7.3. ENSINO CULTURAL E ARTÍSTICO FORMATIVO

OS DADOS:

- Aumento do número de escolas de ensino artístico especializado a partir da década de 90 (Grupo de Trabalho ME/MC).
- Peso dominante da área de música na oferta de ensino artístico no ensino básico e rarefacção da oferta existente a sul do Tejo (quadro nº 40).

AS OPINIÕES:

- Fraca valorização da educação artística nas estruturas curriculares do ensino básico e secundário.
- Fraca preparação de professores para ensino artístico nas escolas regulares.
- Menorização por parte de professores, alunos e pais da importância das disciplinas de ensino artístico face a outros saberes.
- Défice de sensibilização artística curricular e extra-curricular nos três primeiros ciclos do ensino básico com participação directa de agentes culturais (confronto com o modelo Ciência Viva).

Quadro nº 40

Número de escolas com oferta artística no 3º ciclo do Ensino Básico

Direcção Regional Educação	Escolas	Música	Oficina Teatro	Dança	Outra disciplina	S/ opção artística
DRE Norte	Esc. Públicas c/ 3º CEB) (399)	59	30	9	-	-
DRE Centro	Esc. Públicas - 3º CEB (223)	115	39	21	101	15
	Esc. Part. e Coop. 3º CEB (44)	29	15	8	9	0
DRE Lisboa	Esc. Públicas c/ 3º CEB (248)	124	54	22	76	26
	Esc. Part. e Coop. c/ 3º CEB (11)	7	0	1	2	1
DRE Algarve	Esc. Públicas c/ 3º CEB (57)	41	10	5	11	9
<i>Total</i>		375	148	66	199	51

Fonte: Relatório de Grupo de trabalho do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, a partir de informação das Direcções Regionais de Educação (2003/2004).

1.8. ASSOCIATIVISMO

OS DADOS:

- O Norte do país é a região que, em termos absolutos, revela maior número de associações. No entanto, uma análise focalizada na relação entre o número de associações e a população residente em cada região, revela-se mais favorável às regiões dos Açores, Centro e Alentejo (quadro nº 41).
- As actividades lúdicas, desportivas e ligadas à música são as mais frequentes no seio das associações. É o ensino da música que se destaca no conjunto das associações com actividades ligadas à formação e predominam no Norte e Centro do país (quadros nº 42 e 43).
- São as actividades desportivas que recrutam maior número de alunos formandos (quadros nº 44 e 45).
- Destaque para a elevada percentagem de voluntários, sobretudo no conjunto de pessoal dirigente (quadro nº 46)

AS OPINIÕES:

- Protagonismo das estruturas da sociedade civil (ONG) – emergência de novas formas de associativismo vs. morte do associativismo tradicional.
- Limitações de recursos humanos e financeiros de algumas associações locais (redução da oferta cultural local) na dinamização de actividades culturais.
- Associação positiva entre as práticas expressivas e os consumos culturais.
- Diferenças no nível de oferta de ensino artístico profissionalizante proposto por algumas associações reconhecidas (Chapitô; CEM; NEXART, etc.) e a oferta de ensino artístico amador por parte de associações com forte dimensão local.
- Importância das parcerias geradas entre associações locais e autarquias na dinamização de práticas artísticas amadoras (ex. Belgais).
- Importância das iniciativas de algumas associações locais (ex. O Bando em Palmela; os TocáRufar no Seixal), na dinamização de actividades que envolvem a população local.
- Limitações de recursos financeiros e humanos qualificados na oferta de ensino artístico amador.
- Falta de formação dirigida aos dirigentes associativos.
- Esforço associativo e dimensão social e humana dos “amadores”.

Quadro nº 41
Número de Associações Culturais por Região

Regiões	Total	Por 100 mil habitantes
Portugal	3.266	31,5
Continente	3.103	31,4
Norte	1.034	28,0
Centro	887	49,7
Lisboa e Vale do Tejo	868	25,0
Alentejo	227	42,4
Algarve	87	22,0
R. A. Açores	125	51,7
R. A. Madeira	38	15,5

Fonte: INE, *Associações Culturais e Recreativas, 1995 e Censos 2001*

Quadro nº 42
Associações, por Região, segundo a Actividade Desenvolvida
(números absolutos)

Áreas	Portugal	Continente	Norte	Centro	LV. Tejo	Alentejo	Algarve	R. A. Açores	R. A. Madeira
Música	1.155	1.059	399	318	236	80	26	72	24
Teatro	564	549	238	140	136	25	10	11	4
Dança	957	908	366	271	234	23	14	38	11
Divulgação cultural	852	832	282	202	268	51	29	14	6
Cinema e fotografia	266	262	99	69	65	22	7	3	1
Artes plásticas	98	98	35	24	34	4	1	-	-
Defesa do património cultural	628	609	216	187	154	38	14	8	11
Artesanato	268	261	82	80	71	15	13	3	4
Leitura e edição	990	957	302	235	312	81	27	26	7
Actividades desportivas	1.870	1.814	594	481	563	126	50	43	13
Ensino e formação	1.465	1.363	452	397	392	92	30	80	22
Outras actividades lúdicas	2.161	2.097	612	616	632	170	67	50	14
Outras actividades	759	733	228	195	229	49	32	19	7
Total	3.266	3.103	1.034	887	868	227	87	125	38

Fonte: INE, *Associações Culturais e Recreativas, 1995*

Quadro nº 43
Associações Culturais e Recreativas com ensino formação, por Região, segundo a Actividade Desenvolvida

Regiões	Música	Teatro	Dança	Cinema e fotografia	Artes plásticas	Artesanato	Desporto	Outras	Total(*)
Portugal	829	199	321	51	38	90	615	176	1.465
Continente	750	192	303	51	38	85	599	168	1.363
Norte	264	73	101	19	18	26	189	53	452
Centro	250	52	89	10	9	25	152	43	397
Lisboa e Vale do Tejo	165	54	100	16	10	27	207	59	392
Alentejo	55	11	9	4	-	1	37	8	92
Algarve	16	2	4	2	1	6	14	5	30
R. A. Açores	65	3	11	-	-	2	9	3	80
R. A. Madeira	14	4	7	-	-	3	7	5	22

Fonte: INE, *Associações Culturais e Recreativas, 1995*.

Nota: (*) São contadas tantas vezes quantas as modalidades

Quadro nº 44
Total de Alunos/Formandos em Associações Culturais e Recreativas com Ensino/Formação

Regiões	Música	Teatro	Dança	Cinema e fotografia	Artes plásticas	Artesanato	Desporto	Outras	Total de alunos /formandos
Portugal	24.663	4.212	10.010	781	1.208	1.666	42.067	6.842	91.449
Continente	23.236	4.131	9.390	781	1.208	1.600	40.907	6.309	87.562
Norte	7.606	1.405	2.559	395	601	421	10.314	1.904	25.205
Centro	7.065	862	2.846	106	438	542	7.027	981	19.867
Lisboa e Vale do Tejo	6.809	1.614	3.598	216	151	540	20.379	3.106	36.413
Alentejo	1.322	231	251	33	-	6	2.383	206	4.432
Algarve	434	19	136	31	18	91	804	112	1.645
R. A. Açores	1.001	42	269	-	-	22	351	224	1.909
R. A. Madeira	426	39	351	-	-	44	809	309	1.978

Fonte: INE, Associações Culturais e Recreativas, 1995

Quadro nº 45
Rácio Alunos/Formandos de Associações Culturais e Recreativas, por Área de actividade (por 10 mil habitantes)

Regiões	Música	Teatro	Dança	Cinema e fotografia	Artes plásticas	Artesanato	Desporto	Outras	Total de alunos /formandos
Portugal	23,8	4,1	9,7	0,8	1,2	1,6	40,6	6,6	88,3
Continente	23,5	4,2	9,5	0,8	1,2	1,6	41,4	6,4	88,7
Norte	20,6	3,8	6,9	1,1	1,6	1,1	28,0	5,2	68,4
Centro	39,6	4,8	16,0	0,6	2,5	3,0	39,4	5,5	111,3
Lisboa e Vale do Tejo	19,6	4,7	10,4	0,6	0,4	1,6	58,8	9,0	105,0
Alentejo	24,7	4,3	4,7	0,6	-	0,1	44,5	3,8	82,7
Algarve	11,0	0,5	3,4	0,8	0,5	2,3	20,3	2,8	41,6
R. A. Açores	41,4	1,7	11,1	-	-	0,9	14,5	9,3	79,0
R. A. Madeira	17,4	1,6	14,3	-	-	1,8	33,0	12,6	80,7

Fonte: INE, Associações Culturais e Recreativas, 1995 e Censos 2001.

Quadro nº 46
Pessoal ao serviço em Associações Culturais e Recreativas, segundo a Região

Regiões	Total de pessoal ao serviço	Pessoal dirigente	% Voluntários	Outro pessoal	% Voluntários
Portugal	40.754	31.419	97,0	9.335	66,3
Continente	39.380	30.392	97,0	8.988	66,6
Norte	12.556	9.654	96,3	2.902	67,4
Centro	10.537	8.343	96,6	2.194	68,5
Lisboa e Vale do Tejo	12.652	9.504	98,0	3.148	65,5
Alentejo	2.446	1.996	98,3	450	72,2
Algarve	1.189	895	95,4	294	47,6
R. A. Açores	1.048	798	98,6	250	59,2
R. A. Madeira	326	229	85,2	97	54,6

Fonte: INE, Associações Culturais e Recreativas, 1995.

1.9. PARCERIAS E REDES

OS DADOS:

- Desenvolvimento das redes públicas de equipamentos culturais, especialmente a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas, com maior grau de consolidação, a Rede Portuguesa de Museus, em processo de estruturação, e a Rede de Teatros e Cine-Teatros, ainda numa fase incipiente (quadros n^{os} 47 a 49).
- Protagonismo crescente de estruturas da Administração Local e de entidades do terceiro sector na promoção e gestão de equipamentos e actividades culturais, em especial no domínio das artes performativas.
- Tendência para a constituição de redes e parcerias envolvendo entidades dos sectores público, privado e terceiro sector, com intervenção específica em diferentes domínios.
- Tendência para a criação, ainda que incipientes no presente, de redes de mediadores profissionais no domínio da cultura (*gatekeepers*).
- Reduzida participação de agentes e entidades culturais portuguesas em projectos de cooperação transnacional.

AS OPINIÕES:

- Limitada parceria entre os níveis central e local da Administração Pública no domínio da cultura.
- Progressiva ainda que lenta institucionalização de dispositivos de parceria entre administração central, administração local, sector privado e terceiro sector – caso da RPM.
- Em muitos Museus há inventários por fazer, bilheteiras por informatizar, climatizações por instalar, espaços de reservas por construir ou qualificar, meios de segurança por colocar.
- Ausência de um modelo de referência para a Rede Nacional de Teatros e a Rede Nacional de Espaços para as Artes que inclua, entre outros factores e à semelhança do que acontece com a Rede Nacional de Bibliotecas Públicas e a Rede Portuguesa de Museus, a definição de tipologia de valências e processo de candidatura.

- Carácter pontual das iniciativas de articulação entre entidades de diferentes domínios culturais (ex. museus, bibliotecas e arquivos).
- Risco de desaproveitamento de iniciativas de cooperação cultural devido a dinâmicas de protagonismo que se sobrepõem à cooperação nas redes e nas parcerias e, também, no pólo oposto, devido à ausência de liderança eficaz.
- Incapacidade de se conseguir contrapartida para o acolhimento/compra de produções estrangeiras fora das instituições de referência.
- Falta de qualificação das estruturas e equipamentos de difusão (artes performativas): deficientes condições técnicas dos equipamentos em termos arquitectónicos e de meios técnicos; falta de competências específicas de gestão e administração; falta de técnicos especializados; falta de produção suficiente para uma oferta regular.
- Deficiente equipamento/apetrechamento e definição de funcionalidades de infra-estruturas (novas ou recuperadas) de acolhimento e programação de espectáculos.
- Possibilidade de que a criação de iniciativas – formalizadas, ou não, em rede – promovendo a cooperação e a mobilidade venha favorecer uma dinâmica de cooperação e inscrição em circuitos de abrangência geográfica mais ampla.
- Uso abusivo do termo rede para efeito de marketing.
- Tendência de generalização de (pequenos) projectos de cooperação entre museus (itinerância de exposições e divulgação / catálogos).

Quadro nº 47
 Situação das Bibliotecas da Rede Nacional de Bibliotecas Públicas (RNBP)
 (número absoluto)

Situação	Número
Abertas ao público	133
Protocoladas	125
Total na RNBP	258
% de concelhos abrangidos	84%

Fonte: IPLB, <www.iplb.pt>, 2005.

Quadro nº 48
 Ano de integração na Rede Portuguesa de Museus (RPM) segundo a Tutela e a Região
 (números absolutos)

Variáveis	Ano				Total
	2000	2001	2002	2003	
Total	*28	36	33	17	114
Tutela					
Administração Central	28	2	3	1	34
Governos Regionais	-	-	**14	-	14
Administração Local	-	27	12	9	48
Privados	-	7	4	7	18
Região					
Norte	7	15	6	8	36
Centro	6	3	3	-	12
Lisboa e Vale do Tejo	14	13	7	6	40
Alentejo	1	3	2	1	7
Algarve	-	2	1	1	4
Açores	-	-	** 8	-	8
Madeira	-	-	** 6	1	7

Fonte: OAC, *O Panorama Museológico em Portugal (2000-2003)*.

Notas: * Os Museus do IPM integraram a RPM por inerência; ** Os Museus das Direcções Regionais de Cultura da Madeira e dos Açores integraram a RPM por protocolo.

Quadro nº 49
 Recintos da Rede de Teatros e Cine-Teatros (capitais de Distrito)
 (número e percentagem em coluna)

Situação	Número	%
Abertos	8	47,1
Com obras de construção ou qualificação	5	29,4
Sem projecto	4	23,5
	17	100,0

Fonte: Ministério da Cultura, <www.min-cultura.pt>, 2005

Nota: Os equipamentos do distrito de Lisboa não estão abrangidos na Rede.

1.10. MEDIAÇÃO E GESTÃO

OS DADOS:

- Crescimento da despesa do Ministério da Cultura até 2002, com quebra nos anos subsequentes em termos nominais e relativos (quadros n^{os} 50 e 51).
- Crescimento muito acentuado da despesa dos municípios com cultura ao longo dos anos noventa, com ligeira quebra no início da presente década. Em termos de repartição regional, destaque, além da região de Lisboa e Vale do Tejo, para o elevado peso percentual da despesa afecta à cultura no Alentejo (quadros n^{os} 52 e 53).
- Concentração muito pronunciada do investimento de fundos comunitários em construção e infra-estruturas (quadros n^{os} 54 e 55).
- Emergência de diferentes iniciativas e dispositivos de mediação, especialmente ao nível da difusão e programação no domínio das artes performativas.

AS OPINIÕES:

- Exiguidade do mercado português de circulação de obras artísticas.
- Fraca cultura de gestão, quanto a planeamento, avaliação e responsabilização.
- Falta de uma estratégia global e de prioridades de investimento no tecido cultural português (por exemplo, ao nível das redes de equipamentos culturais).
- Permanência da tradicional visão política redutora do sector da cultural: para as elites, adorno/estatuto social, tempos livres.
- Debilidade do papel regular do Estado face à atomização e falta de massa crítica das estruturas de criação/produção no domínio das artes performativas.
- Insuficiente concretização das atribuições de mediação/difusão já regulamentadas de instituições públicas de referência no domínio da cultura (ex. possibilidade de organismos como o CCB ou o TNSJ ancorarem parcerias com outras instituições/entidades).
- Debilidade do papel do Estado na criação de condições para a livre circulação de produções artísticas pelo país e na estruturação de um mercado para as artes, designadamente ao nível da regulação e da gestão de informação.
- Sub-financiamento dos organismos públicos no domínio da cultura.

- Centralização administrativa do Ministério da Cultura, poucas atribuições e competências (e meios) da administração local no âmbito da cultura e também défice de delegação de competências para os serviços periféricos do ministério (delegações regionais) e para os institutos públicos “autónomos” por ele tutelados.
- A configuração padronizada dos requisitos de participação em programas e de acesso a fundos comunitários, ao não integrar situações menos conformes aos padrões, contraria o objectivo de diversidade cultural.
- Défice de assessoria técnica em diversos programas de âmbito nacional e transnacional, o que pode travar a adesão dos potenciais interessados.
- Precária sustentabilidade das salas e recintos para as artes do espectáculo, nomeadamente quanto a garantia de quadro de pessoal na fase de apresentação da candidatura a fundos públicos e também quanto à garantia de programação para além do período de co-financiamento FEDER ou Administração Central.
- Restrição temporal do financiamento a acções imateriais, face à alternativa de planos de financiamento degressivo que assegurem maior garantia quanto à sustentabilidade dos projectos.
- Exclusão de empresas enquanto entidades beneficiárias de fundos públicos (limitação do POC).
- Débil articulação entre as vertentes material e imaterial nos projectos de construção e valorização de equipamentos culturais.
- Considerável sucesso do Programa de Difusão de Artes do Espectáculo relativamente à itinerância de espectáculos, assim como à circulação de informação e apoio técnico.
- Ausência de informação e de indicadores relativamente ao sector cultural, o que constitui factor de exclusão (do sector, dos profissionais que nele exercem a sua actividade, etc.) e inibe a consolidação das políticas públicas no domínio da cultura com as restantes políticas sectoriais.
- Falta de hábitos e de competências especializadas de comunicação cultural (face aos públicos, aos media, entre pares).
- Défice de agentes de divulgação e mediação (ex. críticos) nos domínios das artes performativas e visuais.

Quadro nº 50

Portugal: orçamento da Tutela da Cultura no OGE por Ano (1998-2005)
(percentagem e milhões de euros, a preços correntes)

Ano	Percentagem	Valor
1998	0,6	198,1
1999	0,6	210,2
2000	0,6	249,1
2001	0,6	293,8
2002*	0,7	293,5
2003	0,5	255,2
2004	0,5	273,4
2005	0,6	285,1

Fontes: MC/SG; MF/DGO/Relatório do Orçamento de Estado (2005).

Nota: *não inclui Comunicação Social.

Quadro nº 51

Diferentes planos de abordagem do peso económico da cultura

Sector	Óptica	Indicador	Último ano	Percentagem
Público	Orçamento	Percentagem da tutela da cultura no orçamento de Estado	2005	0,6 ^a
	Despesa	O peso da despesa da administração central com cultura	2002	0,55 ^b
		O peso da despesa das administrações públicas com cultura em percentagem do PIB	1999	1,2 ^c
Privado	Despesa	Peso da despesa das famílias com cultura e lazer no PIB	1999	4,3 ^d
Público e privado		O peso da cultura (pública e privada) no PIB	-	-

Fontes: a, OGE (2005); b, INE (2003), Estatísticas da Cultura Desporto e Recreio 2002, Lisboa, p. 83; c, INE (2003), Portugal Social 1991-2001, Lisboa, p. 226; d, INE (2003), Portugal Social 1991-2001, Lisboa, p. 225.

Quadro nº 52
Despesa dos municípios com Cultura
(milhares de euros e percentagem)

Ano	A preços correntes	A preços constantes de 2003	Taxa de variação real
1986*	19.932	55.368	-
1987	28.806	73.113	32,0
1988	34.673	80.261	9,8
1989	42.309	86.877	8,2
1990	52.767	95.766	10,2
1991	71.819	117.351	22,5
1992	92.235	137.664	17,3
1993	121.094	169.362	23,0
1994	133.638	177.238	4,7
1995	143.880	183.287	3,4
1996	169.436	209.438	14,3
1997	220.192	265.932	27,0
1998	220.701	259.648	-2,4
1999	301.927	347.042	33,7
2000	339.878	379.752	9,4
2001	402.115	430.070	13,3
2002	406.606	420.047	-2,3
2003	394.887	394.887	-6,0

Fonte: INE/OAC

Notas: * Continente; Preços constantes de 2003 com recurso a INE, IPC geral, série de base 100 em 2003 compatibilizada com outras bases, designadamente 1997; taxa de variação real refere-se aos preços constantes.

Quadro nº 53
Despesa com Cultura na despesa total dos municípios por Região (1986-1988 e 1992-2003)
(percentagem)

Região	Ano														
	1986	1987	1988	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Portugal	*3,0	*3,3	*3,1	3,4	*4,4	*4,7	4,7	4,8	5,0	4,9	5,9	6,1	*6,4	6,0	5,9
Continente	3,0	3,3	3,1	3,5	4,4	4,6	4,7	4,9	5,1	4,9	5,9	6,1	6,4	6,1	6,0
Norte	3,0	2,6	3,3	3,8	4,4	4,1	4,7	4,7	4,9	4,8	6,7	5,8	6,4	6,5	5,8
Centro	2,0	3,2	3,5	2,9	4,0	3,8	3,7	4,3	5,1	5,3	5,2	6,6	7,1	5,0	4,4
Lisboa e VT	3,6	2,8	2,7	3,0	4,0	5,3	4,9	4,9	5,1	4,7	5,2	5,7	5,7	7,0	6,6
Alentejo	4,0	2,7	3,3	6,1	7,3	6,7	7,7	8,0	7,7	7,3	8,7	9,4	9,8	5,8	7,1
Algarve	2,0	2,0	2,7	2,4	3,5	3,6	2,5	2,5	2,6	3,0	5,1	4,8	4,8	4,5	8,7
R. A. Açores	n/d	n/d	n/d	3,5	n/d	n/d	5,6	3,8	4,6	4,8	6,8	8,9	n/d	5,3	5,1
R. A. Madeira	n/d	n/d	n/d	2,8	2,7	2,3	4,0	3,8	2,5	3,0	4,1	3,6	4,2	4,3	4,5

Fontes: 1986: SEC/GP, *Despesas culturais dos municípios do Continente 1986*, p. 66.

1987 e 1988: SEC/GP, *Despesas culturais dos municípios do Continente 1987 e 1988*, p. 35.

1992: INE, *Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio (ECDR) 1993*, p. 91.

1993 e 1994: INE, *ECDR 1994*, p. 95

1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000, 2001, 2002: INE, *ECDR dos respectivos anos*.

2003: INE, <www.ine.pt>.

Nota: * uma vez que nestes anos não está disponível informação para uma ou mesmo para as duas Regiões Autónomas e portanto, em rigor, não se trate de valores para Portugal, opta-se, ainda assim, por assimilar os apuramentos possíveis ao país dado o muito baixo impacto das RA, em geral da ordem de 0,1%.

Legenda: n/d, não disponível.

Quadro nº 54
 Tipologia dos projectos apoiados no QCA III no domínio Cultura

Descrição	Número de projectos	Percentagem para o total	Investimento (milhões €)	Percentagem para o total
Projectos de Construção (CAE 45) de Infra-estruturas sociais e de saúde (categoria 36)	486	56,8	593,6	71,1
Projectos de Construção (CAE 45) de Infra-estruturas de base (Domínio 3)	651	76,1	757,1	90,7
Projectos do Sector 'Cultura' no âmbito das actividades associativas, recreativas, culturais, desportivas e de outros serviços (CAE 91, 92 e 93)	280	32,7	234,6	28,1
<i>dos quais...</i>				
Materiais	104	12,1	159,2	19,1
Imateriais	176	20,6	75,4	9,0
Total	856		834,8	

Fonte: DGDR/SIFEC, Maio 2005.

Quadro nº 55
 Tipologia dos Projectos (“Hard” e “Soft”) no POC
 (montantes em milhares de euros e percentagem em coluna)

Tipo de projecto	Investimento total	Estrutura (%)	Número Projectos
Intervenções "Hard"	185.056	71,0	95
Recuperação Monumentos e Património Histórico	71.040	27,3	48
Construção, Recuperação e Equipamento de Museus	63.175	24,3	40
Construção e Recuperação de Cineteatros e Centros Culturais	50.841	19,5	7
Intervenções "Soft"	71.001	27,3	110
Valorização e Animação do Património	50.848	19,5	64
Inventariação e Digitalização	7.979	3,1	11
Animação Artística	12.174	4,7	35
Intervenções de Suporte Técnico	4.442	1,7	6
Estudos	983	0,4	2
Assistência Técnica	3.460	1,3	4
Total	260.499	100,0	211

Fonte: POC, Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Cultura do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006 (QCA III), Relatório Final, 24 de Outubro de 2003.

Base: Dados a 30/06/2003.

2. DIAGNÓSTICO (ANÁLISE SWOT)

2.1. INOVAÇÃO

<i>Pontos Fortes</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Conjunto importante de apoios e estímulos à criação por parte de entidades públicas e sobretudo do terceiro sector. • Desenvolvimento de iniciativas inovadoras no domínio da museologia articuladas a estratégias turísticas. • Aparecimento de experiências piloto de combinação entre criação artística e experimentação tecnológica.
<i>Pontos Promissores*</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento da produção de conteúdos culturais para suportes digitais. • Híbridação entre criação e gestão, mais frequente entre jovens criadores e no domínio das artes performativas.
<i>Pontos Fracos</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Défice e desadequação ao nível da formação e da utilização das TIC.
<i>Oportunidades</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Potencial de crescimento da procura, por parte das empresas, de produtos relacionados com o design, o marketing, a publicidade.
<i>Ameaças</i>

*Elementos/recursos emergentes que poderão vir a consolidar-se e constituir forças.

2.2. ECONOMIA DA CULTURA – INICIATIVA E MERCADO

<i>Pontos Fortes</i>

<i>Pontos Promissores</i>
<ul style="list-style-type: none">• Expansão recente de actividades culturais de natureza empresarial.
<i>Pontos Fracos</i>
<ul style="list-style-type: none">• Escassa presença do sector cultural no conjunto da actividade económica empresarial.• Escassa implantação de actividades culturais de natureza empresarial em regiões outras que não as de Lisboa e Porto, e em particular dos segmentos mais inovadores.• Descapitalização e sub-financiamento das entidades culturais no passado recente.
<i>Oportunidades</i>
<ul style="list-style-type: none">• Efeito de imitação do actual modelo de competitividade europeia (Europa Criativa), apostado na inovação tecnológica e artística, para a concepção de novos produtos e novos espaços.
<i>Ameaças</i>
<ul style="list-style-type: none">• Grande vulnerabilidade dos mercados nacionais.

2.3. EMPREGO E TRABALHO

<i>Pontos Fortes</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Expansão recente do emprego cultural.
<i>Pontos Promissores</i>
<ul style="list-style-type: none"> • O emprego do sector cultural é, face ao emprego em geral, mais qualificado e fortemente juvenilizado.
<i>Pontos Fracos</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Último lugar no ranking europeu em termos de volume e qualificação do emprego cultural. • Falta de enquadramento legal para as carreiras profissionais no domínio cultural.
<i>Oportunidades</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Potencial vantagem do aumento da escolarização da população.
<i>Ameaças</i>

2.4. FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

<i>Pontos Fortes</i>
<ul style="list-style-type: none">• Aparecimento de novas ofertas de formação artística, em termos de perfis e de promotores.
<i>Pontos Promissores</i>

<i>Pontos Fracos</i>
<ul style="list-style-type: none">• Reduzidos níveis de exigência da formação artística.• Ausência de formação contínua para o sector cultural.
<i>Oportunidades</i>
<ul style="list-style-type: none">• Necessidade por parte das instituições do Ensino Superior de criar novas áreas de formação e currículos para obviar à quebra da procura.• Reestruturação do sistema de Ensino Superior na Europa – processo de Bolonha.• Progressivo reconhecimento do sector da cultura na orgânica das autarquias, potencialmente indutor de profissionalização.
<i>Ameaças</i>

2.5. INTERNACIONALIZAÇÃO

<i>Pontos Fortes</i>

<i>Pontos Promissores</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Existência de casos de sucesso de artistas e produtores culturais em circuitos internacionais. • Experiência adquirida na organização de grandes e médios eventos culturais com impacto internacional.
<i>Pontos Fracos</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Diminuta e difícil internacionalização da produção cultural portuguesa.
<i>Oportunidades</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Potencial de internacionalização permitido pela diáspora portuguesa e pela particular posição de Portugal no mundo.
<i>Ameaças</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Persistência da falta de articulação institucional para a definição de políticas integradas. • Emergência de mercados nos países do leste europeu.

2.6. REGENERAÇÃO URBANA E DINAMIZAÇÃO DE ESPAÇOS RURAIS

<i>Pontos Fortes</i>
<ul style="list-style-type: none">• Investimento crescente na componente física de reabilitação.• Desenvolvimento do turismo em espaço rural com forte componente cultural.
<i>Pontos Promissores</i>
<ul style="list-style-type: none">• Emergência de projectos de “bairros culturais”.
<i>Pontos Fracos</i>
<ul style="list-style-type: none">• Insuficiente articulação entre programas culturais e de reabilitação urbana.• Insuficiente investimento na vertente imaterial do património.
<i>Oportunidades</i>
<ul style="list-style-type: none">• Tendência de crescimento acelerado da procura de turismo cultural.
<i>Ameaças</i>
<ul style="list-style-type: none">• Efeito perverso da lei de financiamento das autarquias.

2.7. ACESSO E DEMOCRATIZAÇÃO DA CULTURA

<i>Pontos Fortes</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento acentuado da oferta ao longo da última década, designadamente em termos de equipamentos. • Crescimento acentuado da procura de eventos e equipamentos culturais ao longo da última década. • Aumento da acção dos Serviços Educativos em museus e outras instituições culturais.
<i>Pontos Promissores</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Tendência para a diversificação da oferta e procura culturais.
<i>Pontos Fracos</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Persistência de marcadas assimetrias territoriais da oferta cultural. • Persistência de desigualdades no acesso à cultura e na regularidade de consumos culturais. • Pouca diversificação ainda dos públicos alvo de acções de sensibilização para as artes (maioritariamente para grupos escolares). • Fraca valorização da educação artística nas estruturas curriculares do ensino básico e secundário.
<i>Oportunidades</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Efeito estrutural do alongamento da escolaridade no alargamento dos públicos da cultura, em particular dos seus segmentos juvenis.
<i>Ameaças</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Vulnerabilidade do consumo cultural face às conjunturas económicas.

2.8. ASSOCIATIVISMO

<i>Pontos Fortes</i>
<ul style="list-style-type: none">• Papel importante das associações na oferta de ensino artístico amador.
<i>Pontos Promissores</i>
<ul style="list-style-type: none">• Casos reconhecidos de associações culturais com protagonismo relevante no ensino artístico profissionalizante de qualidade.• Emergência de novas formas de associativismo, designadamente ligado à produção artística alternativa.
<i>Pontos Fracos</i>
<ul style="list-style-type: none">• Escassez de recursos humanos qualificados nas associações culturais.
<i>Oportunidades</i>
<ul style="list-style-type: none">• Grande apoio ao Terceiro Sector por parte das orientações e políticas comunitárias concretizado na discriminação positiva dos projectos desenvolvidos no âmbito deste sector.
<i>Ameaças</i>
<ul style="list-style-type: none">• Risco de as associações ficarem confinadas a actividades com menor potencial de rentabilidade face à tendência de empresarialização “das actividades artísticas”.

2.9. PARCERIAS E REDES

<i>Pontos Fortes</i>

<i>Pontos Promissores</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Constituição das primeiras redes efectivas de programação de âmbito regional, nacional e internacional. • A existência de redes de equipamentos culturais (muito apoiadas nos últimos anos) abre caminho à constituição de redes qualificadas de programação.
<i>Pontos Fracos</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Com frequência, a cooperação/parceria entre agentes culturais assume um carácter pontual e casuístico. • Deficiente apetrechamento de algumas redes de equipamentos. • Algumas redes de equipamentos já constituídas não explicitam suficiente e adequadamente os critérios de adesão e de permanência na rede.
<i>Oportunidades</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Estímulo às iniciativas em parceria e em rede por parte das orientações e políticas comunitárias.
<i>Ameaças</i>
<ul style="list-style-type: none"> • O excesso de protagonismo individual mas também a ausência de estratégia de liderança põem em risco o valor acrescentado e as sinergias geradas pela cooperação através das redes. • Uso abusivo do termo rede, com efeitos contraproducentes no desenvolvimento efectivo da cooperação.

2.10. MEDIAÇÃO E GESTÃO

<i>Pontos Fortes</i>

<i>Pontos Promissores</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Emergência de projectos e estruturas de mediação capazes de articular administrações públicas (central e local), agentes privados e do terceiro sector.
<i>Pontos Fracos</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Sub-financiamento dos organismos públicos no domínio da cultura. • Debilidade do papel do Estado na criação de condições para a livre circulação de produções artísticas pelo país e na estruturação de um mercado para as artes, designadamente ao nível da regulação e da gestão de informação. • Dificil sustentabilidade de projectos apoiados após fase de financiamento por fundos europeus. • Escassez de informação sistemática sobre o sector cultural.
<i>Oportunidades</i>
<ul style="list-style-type: none"> • Protagonismo crescente das autarquias no domínio cultural.
<i>Ameaças</i>
<ul style="list-style-type: none"> • A configuração padronizada dos requisitos de participação e a falta de assessoria técnica em programas de âmbito nacional e europeu são factores que poderão limitar o número e a diversidade dos projectos desenvolvidos. • Fraca cultura de gestão no domínio da cultura, em termos de planeamento, avaliação e responsabilização (<i>accountability</i>). • Permanência da tradicional visão política redutora do sector cultural, ligando-o a práticas de elites e de prestígio social. • Persistência do menor peso relativo das intervenções “soft” nos programas de financiamento comunitário

PARTE II

VISÃO ESTRATÉGICA PARA O HORIZONTE CULTURA 2013

1. PRESSUPOSTOS PARA UM CENÁRIO

Antes de apresentar as orientações e objectivos estratégicos que nesta Parte II do Relatório se propõem, avançam-se alguns pontos prévios com vista a um melhor esclarecimento quanto às opções implicadas na identificação dos objectivos seleccionados para os eixos de orientação adoptados, das condições para a concretização desses mesmos objectivos e dos indicadores privilegiados para o sucesso das metas a atingir.

Estes pontos prévios de enquadramento distribuem-se por duas alíneas, uma orientada para questões de mudança no contexto territorial do chamado “espaço cultural europeu” – Dinâmicas em curso nas esferas de criação, da gestão e política culturais – e outra focando determinadas especificidades a ter em conta na abordagem ao “espaço cultural nacional” – Prevenções para o caso português.

Não perdendo de vista que as posições dos vários países no conjunto comunitário são obviamente diferentes, qualquer visão estratégica para qualquer sector e para um dado país não poderá delinear-se sem ter em conta o pano de fundo das tendências dominantes na UE, seja para tentar aproximar-se delas no que se considere positivo, seja para tentar contorná-las ou contrariá-las no que se considere negativo – para o cenário que se irá propor para Portugal esta preocupação esteve sempre presente.

O desejável seria que pudesse haver uma atenção cruzada da UE para as peculiaridades de cada país e destes para as configurações por que se vai perfilando o novo “espaço cultural europeu”.

1.1. DINÂMICAS EM CURSO NAS ESFERAS DE CRIAÇÃO, GESTÃO E POLÍTICA CULTURAIS

Não é aqui lugar para desenvolver uma análise aprofundada das várias transformações que se vêm manifestando no sector artístico/cultural. Visa-se tão só assinalar determinadas tendências que se têm como particularmente importantes quando, ao retomar uma noção, hoje já banalizada, da **cultura como factor de desenvolvimento**, se pretende dar visibilidade a alguns dos elementos nela implicados mas nem sempre explicitados.

Para a abordagem das tendências a destacar, parte-se do princípio de que, não sendo o sector artístico/cultural (aliás como qualquer outro) um sector fechado sobre si, há no entanto que ter presente o que releva da sua singularidade e o que aponta para convergências com outros sectores.

Obedece a esta óptica a apresentação dos elementos que se avançam – uns relativos às **novas dinâmicas no mercado de trabalho**, outros às **novas dinâmicas na governância da cultura**.

A. NOVAS DINÂMICAS NO MERCADO DE TRABALHO

Destaques:

→ *Qualificação contra periferização*

- Presentemente, o mercado de trabalho em geral pode caracterizar-se a partir do cruzamento de dois eixos contraditórios – precariedade/flexibilidade – o que se traduz, por um lado, em desemprego, subemprego e aumento de trabalhadores temporários, e, por outro, no recurso à multiplicação e diversificação de modalidades de exercício do trabalho como **modo de gerir a incerteza do mercado**.
- O sector artístico/cultural é, precisamente, aquele em que predomina uma enorme **flexibilização do emprego** (*freelancing* e numerosas formas atípicas de trabalho). Num quadro em que, como é sabido, se impõe a necessidade de ser capaz de responder à mudança acelerada, passando da visão continuísta à descontínuísta, pode dizer-se que o sector em causa surge, neste aspecto, como “expressão exemplar” das dinâmicas que hoje atravessam o mundo do trabalho.
- A multi-actividade ou a diversificação de competências constitui uma importante componente das novas formas de organização do trabalho em que um dos protagonistas é o **novo trabalhador-empresário** ou, no caso da actividade artística/cultural, o “artista-firma”, capaz de gerir agilmente a sua carreira.
- A **competitividade** passa necessariamente pela consideração destas mudanças e de uma séria exigência que estas arrastam: **a da qualificação/actualização de competências**. Por sua vez, os novos princípios de gestão de recursos humanos tendem hoje a privilegiar duas estratégias para a competitividade: integração de recursos humanos qualificados e de novas tecnologias; organização do trabalho descentralizada e participativa.

A qualificação será, contudo, a pedra de toque destas novas estratégias – numa economia baseada no conhecimento, a tríade flexibilidade-criatividade-responsabilidade no processo de trabalho só é compatível com situações de elevado nível de formação e condições de desenvolvimento de novas competências.

Sem capacidade de resposta a essas exigências, ficar-se-á remetido à periferização, tanto no plano individual como colectivo. **Uma formação elevada e de base o mais alargada possível** poderá favorecer a mobilidade e a adaptabilidade e, ao mesmo tempo, conter os riscos de uma flexibilização que pode ser precarizante.

→ *Trabalho criativo – polivalências e intercâmbios*

- Entre o sector artístico/cultural e os outros sectores tem vindo a reforçar-se um movimento de **troca de diferentes capacidades**. O trabalho criativo aparece, cada vez mais, como uma componente necessária em campos que não os da actividade artística propriamente dita, enquanto nesta se fazem sentir exigências que, tradicionalmente, não se lhe colocavam (competências informacionais, de gestão, etc.).
- Esta polivalência intersectorial reconduz à questão da relação qualificação-inovação-competitividade e convoca uma perspectiva da qualificação segundo duas dimensões – qualificação **da** cultura e **pela** cultura – a primeira projectando-se sobre o próprio sector artístico-cultural, a segunda envolvendo os outros sectores. **No espaço de intersecção do sector artístico/cultural com os outros sectores** abre-se lugar para novas competências e novos processos de trabalho e começa a reconhecer-se como imprescindível a presença de agentes do sector em causa para o reforço da inovação (efeitos multiplicadores das actividades culturais sobre os outros sectores).
- A valorização do **vector científico-tecnológico** com vista a um acrescido desenvolvimento já não constitui uma novidade nos dias de hoje, por outro lado, é ainda pouco comum que o mesmo se verifique em relação ao **vector artístico-cultural**. No entanto, no novo discurso sobre a “economia criativa”, que tem vindo a desenvolver-se nos fóruns europeus, o interesse de uma **articulação entre os dois vectores** – ambos fortemente integradores de trabalho de criação – ganha visibilidade no debate em torno das questões de competitividade e inovação.

B. NOVAS DINÂMICAS NA GOVERNÂNCIA DA CULTURA

Destaques:

→ *Para uma política integrada*

- A partir de alguns trabalhos editados ou apresentados no âmbito das iniciativas do Conselho da Europa, pode retirar-se uma linha de orientação sobredeterminante no que respeita às abordagens sobre a relação da política cultural com as outras políticas públicas. Essa linha aponta no sentido da **criação de condições para uma estreita cooperação interministerial e intersectorial** – um processo inadiável para as políticas públicas em geral e para a política cultural em particular, devendo esta passar a

integrar-se no conjunto da actividade governamental enquanto elemento central e não subalternizado como, em regra, ainda acontece.

- As **parcerias** constituem um instrumento indispensável a uma governança de modelo holístico, designadamente **a nível das relações entre as administrações públicas (central e local) bem como a nível das relações entre os sectores público, privado e 3º sector.**

A descentralização de responsabilidades e actividades, um princípio implícito naquele modelo de política integrada, tem vindo a manifestar-se, em vários países, através de experiências que passam pela redefinição das ditas relações (a um e outro nível), avançando para lá das velhas antinomias central-local, público-privado.

→ *Novos paradigmas/novas práticas*

- Desde o reconhecimento da necessária interdependência entre a política cultural e as outras políticas (e entre os vários domínios dentro da política cultural) até à implantação de um sistema de gestão integrada, perfilam-se vários obstáculos. Sucintamente, sublinham-se dois tipos de obstáculos: **os que advêm da resistência das próprias estruturas administrativas face ao sistema em causa e os que podem advir da natureza do próprio sistema**, designadamente os riscos da emergência de poderes paralelos e conflituais.
- Determinadas práticas de nova governança vêm sendo apontadas como facilitadoras de uma crescente aproximação à gestão integrada. Elas decorrem fundamentalmente de três eixos de mudança orientados **para uma governança por objectivos; para uma governança de antecipação; para uma governança com novos critérios de avaliação.**

O primeiro eixo, na medida em que propõe uma estratégia de coordenação por objectivos, concorrerá para obviar aos obstáculos acima apontados, podendo, até certo ponto, contrabalançar a não realização de uma ampla reforma administrativa ou esbater os riscos de conflitualidade intersectorial uma vez **definidas claramente as competências e feita a descolagem entre objectivos e serviços.** Impõe-se, contudo, no quadro das novas dinâmicas em curso e suas exigências de maior mobilidade e flexibilidade, que as estruturas político-administrativas não fiquem alheias à mudança. Por sua vez, a governança de antecipação segue a lógica preventiva proposta recorrentemente em relatórios europeus que abordam a noção de governo holístico. O que aí se tem em vista é a substituição de um modo de governar que vai, *a posteriori*, procurando pontualmente (pseudo) soluções para os problemas, por um outro modo que investe no **cumprimento de objectivos, integradamente pré-definidos, e na aferição regular dos resultados obtidos.**

Quanto ao último eixo – novos critérios de avaliação – corresponde a uma necessidade cujo reconhecimento não é recente mas cujos resultados tardam a afirmar-se, ou seja, a necessidade de uma concepção de desenvolvimento que **articule a perspectiva económica com a cultural**. A vertente cultural introduz uma exigência de indicadores mais adequados do que os indicadores convencionalmente utilizados para aferir o sucesso económico. Neste sentido, uma avaliação qualitativa deverá complementar a quantitativa – a “culturalização” da economia permitirá ultrapassar a insuficiência desses indicadores económicos ao abrir espaço **para os sistemas abertos de explicação e para o longo prazo**.

→ *Sociedade civil e governância*

- As relações de cooperação, base de uma gestão cultural integrada, estabelecem-se, conforme apontado em anteriores destaques, não apenas entre as estruturas estatais mas entre estas e as da sociedade civil. O reforço das últimas é um dos factores fundamentais para a viabilidade do referido modelo e, claro está, para uma efectiva participação dos cidadãos.

A integração da cultura nas estratégias de desenvolvimento não pode deixar de ter como prioritárias as políticas de formação/participação para as populações em geral de modo a que possam mover-se *in from the margins* (conforme a expressão feliz do título do Relatório da European Task Force on Culture and Development, 1997) e não pode ignorar a importância do estímulo ao 3º sector de cuja vitalidade dependerá, em grande parte, a capacidade de intervenção da sociedade civil.

De ter presente que a participação pode exprimir-se não só a nível do uso (crítico) dos bens e serviços culturais mas também a nível da **mobilização de mecanismos de delegação de poder dos governos a corpos intermédios** privilegiadamente representados pelo 3º sector. E, a este nível, participação significa **capacidade de governância**.

- A já referida tendência para a articulação entre o sector público, privado e 3º sector dá lugar a reposicionamentos e novas interacções dos agentes que concorrem para a governância da cultura e se situam cada vez mais no espaço cruzado daqueles sectores. Tendência que se repercute não só sobre os agentes mas igualmente no estabelecimento de **novas estruturas de governância mais flexíveis e de novas disposições para as regulamentar**.

Assim, no 3º sector, e em particular no campo artístico/cultural, ganham peso novas entidades – tipo associações que podem ter ligações mais ou menos directas aos mercados – e emerge uma nova figura de intermediário – **a do chamado gestor criativo** (*innovative manager of creativity*), distinto do gestor financeiro. Uma figura paradigmática, com competências vocacionadas para gerir as questões da inovação e da

criatividade hoje tão reclamadas não só pelo sector de actividade artístico/cultural mas igualmente pelos outros sectores de actividade.

- O reforço da sociedade civil e da sua capacidade de governância aparece crescentemente associado a estratégias inovadoras de desenvolvimento dos “meios inovadores” ou “meios criativos”; de **reconfiguração das políticas regionais/locais/urbanas** com o apoio dos sistemas em rede; de **revitalização urbana** focada nas cidades médias e na sua abertura aos fluxos internacionais.

1.2. PREVENÇÕES PARA O CASO PORTUGUÊS

Nesta segunda alínea de Pressupostos para um cenário, reentra-se no “espaço cultural nacional” para uma breve abordagem que retoma alguns resultados do diagnóstico realizado e avança algumas considerações ou notas preliminares à leitura do próximo capítulo 2. onde se concretiza a visão estratégica para o Horizonte 2013.

As prevenções a apresentar, embora tendo todas elas a pretensão de dar visibilidade a determinados implícitos das escolhas que configuram o referido capítulo, são de duas ordens diferentes: umas substantivas, outras processuais. Isto é, umas alertam para a necessidade de recorrer a uma lógica de alternativas e de possíveis para os esforços de mudança, no caso português; outras alertam para a necessidade de clarificar determinados procedimentos implicados na metodologia adoptada para o cenário que neste Relatório se propõe.

A. SINAIS DE SENTIDO POSITIVO

No Ponto de partida foram referidos pontos fortes, pontos promissores e oportunidades que podem funcionar como pontos de ancoragem nos percursos para novos alvos. É importante tê-los em mente até porque no panorama nacional, para este como para os outros sectores, são os aspectos de sinal negativo aqueles que, pelo seu peso e gravidade, mais atenção requerem.

Consequentemente, recorrendo ao diagnóstico, elencam-se alguns aspectos ou tendências favoráveis a distinguir como **elementos facilitadores das mudanças** que se rearrumam agora tomando como referência as dinâmicas apresentadas no ponto anterior.

Em relação às **novas dinâmicas no mercado de trabalho**:

- recente aumento de oportunidades de emprego cultural a par da expansão de actividades culturais de natureza empresarial;
- maior qualificação e juvenilização do emprego cultural relativamente ao emprego em geral;
- experiências piloto articulando criação artística e experimentação tecnológica;
- novos cursos de formação artística com perfis mais actualizados e inovadores;
- alguma sensibilização face ao actual modelo de competitividade europeia.

Em relação às **novas dinâmicas de governância da cultura**:

- emergência de projectos em parceria (administração central e local e sectores público, privado e 3º sector);
- estímulo às iniciativas em rede (de recintos e de programação nalguns casos);
- aparecimento de associações com novo protagonismo (produção artística alternativa);
- experiências de projectos de “bairros culturais” ou de “meios criativos”;
- algum alargamento no acesso à cultura (aumentos na oferta e procura cultural);
- acções de sensibilização para uma participação activa na vida cultural.

Se é importante não esquecer estas tendências, também convém, por outro lado, ter presentes três características que circunscrevem os efeitos de mudança a esperar delas, designadamente o facto de as subidas positivas serem, em regra, **bastante modestas**, de os projectos e iniciativas inovadoras serem **muito fulanizados e frequentemente sem continuidade** e de ser **em Lisboa e no Porto** que tendem a concentrar-se muitos dos elementos facilitadores.

B. RENTABILIZAÇÃO DE POSSÍVEIS

A partir da consideração dos elementos facilitadores acima enunciados e das suas próprias limitações, pode avançar-se um conjunto de táticas a adoptar ou a incrementar com vista a contornar ou superar algumas das dificuldades com que o país se defronta para o Horizonte Cultura 2013.

Destacam-se quatro linhas táticas orientadas para: **1. a exploração de mercados alternativos; 2. o estímulo a pequenas empresas do sector cultural; 3. a vitalização/consolidação de investimentos já realizados; 4. a valorização polivalente do património.**

Uma combinatória da primeira e da segunda – **aposta em determinados mercados que não os de *mainstream* e em pequenas empresas com estruturas muito leves e flexíveis** – poderá proporcionar resultados interessantes a médio prazo e sem excessivos dispêndios.

A título meramente ilustrativo, convoca-se um exemplo para o sector do cinema. Aí, uma intensificação dos apoios específicos para géneros como as curtas metragens, os documentários ou a animação deverá permitir: assegurar a manutenção e incremento de pequenas empresas de produção cinematográfica particularmente direccionadas para aqueles géneros; consolidar a sua representação a nível internacional e a sua participação nas respectivas redes europeias existentes; acautelar condições de distribuição para as suas produções (de notar que o recurso a estas linhas táticas não contraria as tentativas em curso para a criação de uma “indústria de cinema” em Portugal).

Por sua vez, as novas tecnologias concorrem para que empresas de muito pequena dimensão (melhor será designá-las como empresas-projectos) encontrem nichos de mercado. Estão neste caso, por exemplo, projectos no domínio da cultura digital, *new media arts*, etc., que tem vindo a suscitar o interesse de grandes fundações que, na Europa, apoiam estas novas actividades a nível da formação, produção e distribuição – um domínio que, em Portugal, começa a apresentar-se como promissor para investimentos de tipo misto (co-financiamento publico-privado-3º sector).

Relativamente à terceira linha tática, procurar consolidar investimentos já realizados é, naturalmente, algo indispensável sobretudo quando os recursos escasseiam.

Tratar-se-á, em regra, de empreender acções reparadoras ou facilitadoras uma vez que as acções fundadoras e reguladoras já terão tido lugar. Entre aquelas acções, serão de privilegiar as que concorram para que **produções já aprovadas possam ser vistas, ouvidas, lidas; equipamentos culturais já construídos ou reparados possam ser visitados e usados de modo participativo; projectos relevantes possam continuar a ter condições para se desenvolver e dar os seus frutos.**

Para o 1º caso, destaca-se o apoio a nível da distribuição e da exibição/exposição das produções; para o 2º, a nível da programação dos recintos; para o 3º, a nível da sustentabilidade das iniciativas.

A quarta linha tática incide sobre o **património, a considerar numa óptica de política integrada** – articulação de políticas centrais e locais e de políticas sectoriais (em particular cultura, turismo e educação) – e de **prioridade para as acções imateriais** (convocando de novo a terceira linha tática: rentabilização dos investimentos de natureza material já realizados).

O que está aqui fundamentalmente em causa é a exploração cumulativa de três possibilidades: **1. contribuição do património para a economia; 2. descentralização de oportunidades; 3. envolvimento/auto-responsabilização das populações.** Estas possibilidades inserem-se nas Orientações a ser analisadas no capítulo seguinte

(Competitividade; Requalificação urbana e revitalização rural; Cidadania). A 1ª possibilidade implicará o aumento do emprego directo e indirecto, do emprego ligado ao turismo cultural e do emprego induzido em indústrias que integram trabalho criativo e são articuláveis ao património (*design*, decoração, louça, etc.).

A 2ª implicará a correcção de algumas assimetrias, por exemplo, através de iniciativas regionais/locais de valorização cultural de determinados espaços patrimoniais (centros históricos, bairros culturais, etc.), quer fortalecendo a sua relação com o respectivo território, quer associando-os a uma oferta cultural regular e diversificada assente em redes (de equipamentos e de programação), em eventos culturais recorrentes e em projectos de itinerância.

Finalmente, a 3ª possibilidade implicará o envolvimento das populações tanto em termos da aprendizagem e exercício de competências para os novos empregos criados, como em termos da sua participação enquanto públicos de cultura e ainda da sua própria intervenção e avaliação face aos projectos de valorização do património a estabelecer e desenvolver.

C. ADVERTÊNCIAS METODOLÓGICAS

Seria dissonante dos pressupostos da visão estratégica em causa, que não são alheios às dinâmicas atrás avançadas, se a metodologia a utilizar no capítulo seguinte parecesse contrariar as preocupações de aproximação a uma política cultural integrada, inerentes àquela visão. Assim, embora acreditando que, uma vez percorrido atentamente o referido capítulo, esse equívoco não terá lugar, fazem-se desde já algumas advertências no sentido de uma melhor percepção da coesão interna que se pretende para a proposta a apresentar. Escolhe-se um procedimento que, se for lido facialmente, pode ser suspeito de linearidade e compartimentação. Trata-se da **construção do esquema de relações entre Objectivos e Orientações**. Cada Orientação aparece com os seus próprios Objectivos estratégicos e cada um destes com as suas próprias especificações. É o normal neste tipo de esquemas muito marcados pela necessidade de clareza e facilidade analítica. Mas convém não perder de vista que tal delimitação não dispensa duas prevenções, uma relativa à **transversalidade de muitos dos Objectivos face às Orientações**, outra relativa à **articulação entre diferentes Objectivos dentro de uma mesma Orientação**.

Um exemplo para a primeira prevenção: veja-se o Objectivo que consiste na “divulgação da oferta cultural de âmbito patrimonial ou artístico” (adiante no ponto 2.1.2.), ele poderia, em princípio, aparecer ligado a qualquer das três Orientações. Com efeito, é pacífico que concorra quer para “fomentar o alargamento dos mercados” (Competitividade), quer para ir ao encontro de propósitos descentralizadores (Requalificação urbana e revitalização rural) quer para promover uma mais bem informada participação das populações na vida artística e cultural (Cidadania). Na verdade, aparece atribuído à primeira Orientação. Estabeleceu-se

uma prioridade que se fundou em determinados motivos, designadamente a enorme debilidade dos nossos mercados culturais e a dificuldade de colocar externamente bens e serviços culturais portugueses (a divulgação a fazer é no país e no estrangeiro), da mesma forma se procedendo para as outras Orientações em que se privilegiam os Objectivos considerados mais pertinentes para cada uma delas.

Exemplo para a segunda prevenção: continuando a utilizar o citado Objectivo, ver-se-á que no elenco dos que integram a Competitividade outros há que podem associar-se àquele para **um efeito de reforço recíproco na via para as imprescindíveis mudanças** (caso dos Objectivos “aumentar a internacionalização da produção artística e cultural” e “introduzir na ‘marca’ Portugal uma forte componente cultural”).

Em suma, estas prevenções e respectivos exemplos servem, tão só, para mostrar que a organização do esquema de relações Orientações/Objectivos não dispensa uma leitura cruzada e tem subjacente uma rede de prioridades que serão explicitadas no enquadramento de cada Orientação e que confluirão no ponto de chegada que se tem por desejável e possível no Horizonte 2013.

2. ORIENTAÇÕES E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

Na sequência dos pressupostos enunciados no capítulo anterior, apresenta-se aqui o conjunto de três grandes orientações a considerar em futuras actuações do próximo ciclo de programação de fundos comunitários para o tema *Cultura, Identidades e Património*. Para cada uma dessas orientações – Competitividade, Requalificação urbana e revitalização rural e Cidadania – são definidos objectivos estratégicos (ver quadro).

A exposição desses objectivos compreende a explicitação de: 1. resultados que se visam atingir; 2. factores críticos para a consecução dos referidos objectivos; 3. elementos de operacionalização, destacando quando relevante os agentes responsáveis pela concretização das acções a desenvolver, o tipo de medidas adequadas, os meios financeiros necessários e o âmbito territorial dos impactes previsíveis; 4. indicadores e metas a atingir em 2013, sendo estas metas quantificadas sempre que possível.

Orientações e objectivos estratégicos

COMPETITIVIDADE

1. Apoiar e qualificar o **tecido empresarial**, no sector cultural e noutras actividades que incorporam componentes importantes de trabalho intelectual, nomeadamente pela combinação de criação artística e inovação tecnológica.
2. Qualificar a **formação de profissionais** da cultura para o sector cultural e para os outros sectores.
3. Desenvolver as **indústrias criativas** e os **serviços culturais**, na acepção ampla do conjunto das actividades económicas que incorporam como componente fundamental a criação artística e a produção cultural (como o audiovisual ou as artes e tecnologias digitais).
4. Aumentar a **internacionalização** da produção cultural e artística nacional.
5. Introduzir na **'marca' Portugal** uma forte componente cultural.
6. Fazer de Portugal uma **plataforma de cooperação cultural** entre PLOP e UE.
7. Fomentar o alargamento dos mercados por via da **divulgação da oferta cultural** de âmbito patrimonial ou artístico.

REQUALIFICAÇÃO URBANA / REVITALIZAÇÃO RURAL

8. Contribuir para a regeneração de territórios em decadência através de **investimentos culturais com efeito de arrastamento**.
9. Reforçar o binómio **cultura-turismo**, interligando criação e o património.

CIDADANIA

10. Integrar a arte e a cultura no quotidiano das populações contribuindo para desenvolvimento da cidadania e da qualidade de vida.

11. Promover uma intervenção cultural institucionalmente integrada e socialmente participada.

12. Desenvolver iniciativas culturais orientadas para a inclusão social.

13. Consolidar e diversificar a procura cultural interna e criar novos públicos.

14. Favorecer a diversidade cultural a partir das comunidades portuguesas emigrantes e das comunidades imigrantes em Portugal.

2.1. COMPETITIVIDADE

2.1.1. ENQUADRAMENTO

É conhecida a dificuldade que a economia portuguesa vem demonstrando em se reposicionar de maneira competitiva nos mercados internacionais, num contexto cada vez mais marcado pela globalização e pela inovação.

Para além disto, é forçoso reconhecer que, hoje em dia, a problemática da competitividade não se deixa circunscrever estritamente ao plano económico. Este é, sem dúvida, decisivo. Mas a par dele, e em estreita interligação com ele, a competitividade do país manifesta-se igualmente, e joga-se não menos decisivamente, em planos como os da funcionalidade das instituições, da qualidade urbana e ambiental, da qualificação das populações.

Tanto no plano especificamente económico como nestes outros planos, com ele directamente conectados, as dificuldades de reposicionamento competitivo do país no contexto internacional têm-se revelado pesadas e persistentes.

Como contribuir, pelo lado da cultura, para fazer inflectir esta situação?

A competitividade requer, hoje, um entendimento amplo e integrado. No âmago dos factores que a ela conduzem, estão determinadas **capacidades de acção**, inscritas em maior ou menor grau no tecido social, e protagonizadas por indivíduos, grupos e organizações. Estas capacidades de acção incluem, muito em especial, (i) **as capacidades de cooperação, organização e iniciativa**, assim como (ii) **as capacidades de aprendizagem, criatividade e inovação**.

Entre estas últimas destacam-se, como tem sido reafirmado e é efectivamente da maior importância, as de base científico-tecnológica. Mas destacam-se, igualmente, para a inserção competitiva de Portugal numa sociedade globalizada que estrutura cada vez mais o seu desenvolvimento em torno de vectores cognitivos e criativos, **as capacidades de base artístico-cultural**.

No que respeita às artes e à cultura, a aquisição, difusão e activação das referidas capacidades criativas e inovadoras, na escala e intensidade com que hoje podem constituir mola indutora de competitividade elevada e sustentada, não se compadecem já com o panorama tradicional do país neste domínio. Panorama esse que se caracteriza por baixas qualificações (por referência à UE), predominância da informalidade e do amadorismo, talentos dispersos e iniciativas isoladas.

Nem se compadecem com o relativo isolamento do sector da criação artística e da produção cultural em relação a outros sectores, como o educativo ou o mediático, o

administrativo ou o económico, bem como em relação à população em sentido alargado e à sociedade como um todo.

Impõe-se, assim, a articulação intersectorial e, mais do que isso, **uma efectiva transversalidade da cultura**, relativamente às diversas esferas sociais. Transversalidade essa com repercussões significativas na competitividade económica e na funcionalidade das instituições, na qualidade de vida e no exercício da cidadania, aferidos pelos melhores padrões europeus.

O desenvolvimento acentuado das capacidades de aprendizagem, criatividade e inovação do país, e a inscrição alargada, sustentada e actualizada dessas capacidades no tecido económico e social, não poderão dispensar, pois:

a) em termos gerais, uma elevação acentuada dos níveis educativos da população, como condição de fundo, subjacente em larga medida às possibilidades de emergência, qualificação e ampliação das capacidades referidas;

b) em termos específicos, um protagonismo estratégico dos dois núcleos geradores por excelência de criatividade e inovação qualificadas nas sociedades avançadas, precisamente o sector científico-tecnológico e o sector artístico-cultural.

Neste sentido, torna-se evidente a importância de assumir para Portugal, no Horizonte de 2013, uma orientação geral que consista em **constituir as artes e a cultura em vector decisivo de competitividade do país**.

Esta orientação parece justificar-se plenamente perante um contexto internacional em que a informação e o conhecimento, a aprendizagem e a qualificação, a criatividade e a inovação surgem cada vez mais como factores-chave da competitividade. E, ao mesmo tempo, num contexto nacional em que outros pontos de apoio promissores para a competitividade não abundam.

De ambos os pontos de vista, não faz sentido desperdiçar ou subaproveitar um domínio em que não só há acumulado um importante **património cultural** (em sentido lato, isto é, património edificado e artístico, histórico e linguístico, identitário e sociocultural), mas que conta também com **criadores artísticos consagrados** (de grande relevo, inclusivamente a nível internacional) e com **novas gerações de artistas e produtores culturais** muito activas, também elas crescentemente internacionalizadas.

Aliás, a presença destes protagonistas e destas dinâmicas, apesar de ainda relativamente minoritárias e dispersas, verifica-se quer em áreas estabelecidas, como a literatura e as artes plásticas, a música e a dança, o cinema e o teatro, quer em toda uma variedade de novas combinatórias e hibridações performativas e audiovisuais, criativo-patrimoniais e artístico-tecnológicas.

Em contrapartida, não existem qualificações culturais alargadamente difundidas na população, não há educação artística implantada de maneira ampla e consolidada no sistema

de ensino, não há uma formação de artistas, técnicos da cultura e produtores culturais suficiente e actualizada.

Em simultâneo, o sector económico e o tecido empresarial tiram em geral pouco partido do potencial valor acrescentado e da potencial competitividade acrescida provenientes da **incorporação, nos produtos e serviços, de criatividade estética e referências culturais.**

Essa incorporação, nos domínios da concepção, da produção e do marketing de bens e serviços, para ser efectivamente qualificada e actualizada, e, portanto, para ser geradora de valor e factor de competitividade, não pode prescindir dos agentes portadores de competências elevadas e capacidades específicas no que respeita, justamente, à criatividade estética e às referências culturais. Isto é, não pode prescindir da **colaboração, directa e indirecta, de artistas e outros profissionais da cultura.**

A incorporação de cultura no tecido económico como vector forte de qualificação e competitividade (e, na mesma ordem de ideias, mas em sentido alargado, a incorporação de cultura nas instituições, nos territórios e nos quotidianos) requer, por sua vez, dois outros conjuntos de condições relativas à cultura.

Requer, por um lado, um **sector cultural** dinâmico, com dimensão e qualidade, qualificado e bem estruturado. Mais ainda. Estas características, para que a cultura tenha condições de contribuir de maneira significativa para a competitividade, são indispensáveis relativamente ao conjunto e a cada um dos elementos constitutivos fundamentais deste sector. São indispensáveis, por isso, tanto no que se refere aos artistas e outros profissionais da cultura como no que se refere às organizações culturais (sejam elas empresariais, do terceiro sector, autárquicas ou estatais), tanto relativamente às redes de equipamentos e às redes de programação como relativamente aos agentes e sistemas de mediação, incentivo e regulação.

A transferência de valor cultural para a economia e a sociedade, como factor-chave de qualificação e competitividade, pressupõe a existência sustentada e dinâmica de um sector cultural de onde esse valor emane. Ou seja, pressupõe um sector cultural onde se preparem artistas, técnicos culturais e outros profissionais da cultura, onde fermente intensa criatividade cultural e se gerem obras e actividades inovadoras, onde se estabeleçam e renovem padrões exigentes de qualidade, onde se estabeleçam laços estreitos e intensos com o campo artístico e cultural internacional.

Requer, em simultâneo, uma **envolvente social também ela culturalmente qualificada.** De certo modo, trata-se ainda aqui de transversalidade da cultura. Só que, desta vez, em relação à população em geral e aos seus diversos segmentos, sejam eles concebidos em termos de género ou idade, de condição social ou estilo de vida, de localização territorial ou identidade cultural.

O acesso à cultura, ou melhor, a participação diversificada, conhecedora e activa das populações na esfera da cultura é, em si mesmo, um objectivo civilizacional e um elemento decisivo de cidadania e qualidade de vida.

Mas, na perspectiva do sector da cultura, ela é também contexto propiciador de procura cultural, de emergência de vocações e carreiras artísticas, de difusão de padrões de gosto plurais, exigentes e dinâmicos.

E, na perspectiva económica, uma população culturalmente enriquecida e participativa é também campo de recrutamento de trabalho e empreendedorismo culturalmente qualificados, meio envolvente de valorização cultural das actividades produtivas, mercado de referência para bens e serviços de qualidade.

É, em suma, expressão de uma sociedade com qualificações elevadas e capacidades criativas alargadas, condição por excelência de competitividade na era actual.

2.1.2 OBJECTIVOS

Objectivo 1

*Apoiar e qualificar o **tecido empresarial**, no sector cultural e noutras actividades que incorporam componentes importantes de trabalho intelectual, nomeadamente pela combinação de criação artística e inovação tecnológica.*

A dinamização da cultura como recurso económico estratégico potenciador de competitividade tem subjacente, por um lado, o favorecimento de uma ligação mais estreita e transversal da cultura às diferentes actividades económicas, quer estas se encontrem relacionadas com a valorização do turismo e com outras indústrias de lazer, quer com dinâmicas de carácter mais inovador e revitalizador da iniciativa empresarial. Por outro lado, implica igualmente promover e apoiar a qualificação das organizações e dos profissionais da cultura, procurando aumentar a relevância destes últimos no cômputo da população activa do país através da abertura e diversificação de diferentes sectores de actividade às competências específicas destes profissionais.

Factores críticos

De uma forma geral, é notório, o insuficiente reconhecimento, por parte dos agentes privados nacionais, do potencial da incorporação da cultura na economia e da importância do financiamento das artes e da cultura como um relevante sector de investimento, por outro lado é também significativa, no que toca estritamente ao sector cultural, a fragilidade e excessiva dependência de financiamentos públicos por parte das organizações culturais e artísticas de iniciativa privada. Se uma presença dominante da intervenção pública estatal se justifica face a défices estruturais, a sua configuração excessivamente centralizada funcionará como elemento inibidor da iniciativa privada. Pelo contrário, a intensificação de parcerias, designadamente ao nível de modelos de financiamento público-privado, permitirá o desenvolvimento de sinergias de práticas inovadoras.

Outro aspecto a ter em conta prende-se com a permanência de processos administrativos excessivamente burocráticos no que toca à iniciativa privada (por exemplo, a prática de mecenato), o que reclama uma maior agilidade das práticas administrativas de modo a viabilizar um relacionamento mais próximo entre o tecido empresarial nacional e as organizações culturais e artísticas.

Operacionalização

A prossecução do objectivo enunciado requer, de modo geral, uma maior proximidade da cultura às diferentes actividades económicas através do **estímulo e incentivo às empresas na incorporação de trabalho criativo e cultural, sendo de privilegiar, neste âmbito, as parcerias entre organismos públicos, empresas e associações**. Estes incentivos deverão ser extensíveis à inserção de profissionais da cultura em diferentes sectores económicos como forma de lhes conferir dinamismo, criatividade e inovação.

No propósito de estimular a iniciativa privada e fortalecer o tecido empresarial do sector cultural, surge também a necessidade de **aumentar o apoio às acções imateriais nos programas de financiamento comunitário, sobretudo destinados a agentes privados**. Neste âmbito é de privilegiar as iniciativas que aproveitem o crescimento proporcionado pela procura turística, **fomentando à escala nacional e local as parcerias estratégicas entre agentes turísticos e agentes culturais**.

Para além dos incentivos às empresas é de privilegiar as estratégias operacionais que passam pela **dinamização e consolidação de organizações culturais não governamentais (de iniciativa privada ou do terceiro sector)** através de uma atitude pró-activa consubstanciada na **promoção de parcerias público-privado a diferentes escalas territoriais (local, regional, nacional)**.

Refira-se ainda a necessidade de promover a produção alargada de bens e serviços com qualidade estética e funcional, ajustada a padrões de exigência elevados por parte de potenciais consumidores e utentes, nacionais e estrangeiros, o que implica, para o efeito, o apoio a empresas e instituições para a aquisição de serviços de design e marketing qualificados.

Indicadores e metas

INDICADOR	METAS (<i>em 2013</i>)
Montante do investimento de I&D nas actividades do sector cultural	50 milhões de euros

Nota: Os dados disponíveis que informam o indicador em causa reportam-se ao 'Inquérito ao Potencial Científico e Tecnológico Nacional' e englobam a despesa em Edição, impressão e reprodução de suportes de informação gravados (CAE 22), Actividades recreativas, culturais e desportivas (CAE 92) e Outras actividades de serviços prestados principalmente às empresas (CAE 74). Esta categoria representava em 1999 cerca de 23 milhões de euros de investimento em I&D, devendo considerar-se a estimativa apresentada a preços constantes.

Objectivo 2

Qualificar a formação de profissionais da cultura para o sector cultural e para os outros sectores.

A transferência de valor cultural para a economia e a sociedade, como factor-chave de qualificação e competitividade, pressupõe a existência sustentada e dinâmica de um sector cultural de onde esse valor emane. Ou seja, pressupõe um sector cultural criativo onde se preparem artistas, técnicos culturais e outros profissionais da cultura e se gerem obras e actividades inovadoras, onde se estabeleçam e renovem padrões exigentes de qualidade, onde se estabeleçam laços estreitos e intensos com o campo artístico e cultural internacional. Para o efeito torna-se fundamental o estímulo e reforço ao investimento concreto na qualidade da formação e na certificação dos profissionais da cultura.

Factores críticos

Uma malha consistente de profissionais qualificados aptos para o desempenho de funções polivalentes susceptíveis de se adequarem a contextos de grande flexibilidade implica a disponibilização de uma oferta diversificada ao nível da formação.

A debilidade de articulação de políticas intersectoriais, nomeadamente no que se refere às políticas definidas pelos Ministérios da Educação e da Cultura, não favorece a estruturação de um quadro de formação adequado. A viabilidade do objectivo descrito requer uma reformulação prévia das políticas existentes, no sentido de um maior desenvolvimento de competências específicas para o sector cultural e artístico e a existência de dispositivos de certificação reconhecidos.

O ensino profissionalizante carece de um reforço acentuado da quantidade, qualidade e actualização da formação artística e cultural tanto ao nível do ensino básico, secundário e superior, como na formação ao longo da vida.

Refira-se também a inadequação da legislação nacional relativamente ao que são, na prática, os perfis (competências e conteúdos profissionais) das diferentes profissões da cultura. Esta limitação reflecte-se particularmente na definição de carreiras e categorias profissionais nos quadros da administração pública, inadaptados ao novo perfil de actividades artísticas, técnicas e de gestão.

Operacionalização

A operacionalização deste objectivo implica a **implementação de iniciativas e programas específicos de formação profissional na área da cultura por parte de organismos privados ou do terceiro sector, adoptando o Estado uma função fundamentalmente reguladora.**

Estas iniciativas poderão assumir diferentes formas: implementação de programas de estágios profissionais em empresas e noutros organismos culturais; promoção de cursos de formação polivalentes desenvolvidos em estruturas reconhecidas e com programas que incidam não só na componente criativa/artística mas também nas competências ligadas à gestão, programação, produção divulgação, mediação; constituição de parcerias público-privado para a implementação de formação específica para dirigentes e técnicos da administração local; criação de uma bolsa de formação profissional específica no âmbito da cultura e das artes, favorecendo e promovendo a formação ao longo da vida.

Indicadores e metas

INDICADOR	METAS (em 2013)
Percentagem dos profissionais da cultura com formação superior	50%

Nota: Em 2002, a formação académica superior representava 25% da população empregada no sector cultural.

Objectivo 3

*Desenvolver as **indústrias criativas** e os **serviços culturais**, na acepção ampla do conjunto das actividades económicas que incorporam como componente fundamental a criação artística e a produção cultural (como o audiovisual ou as artes e tecnologias digitais).*

Numa estratégia para a competitividade, incorporando no tecido económico as potencialidades de criação e inovação que as artes e a cultura comportam, é central o desenvolvimento de indústrias criativas e serviços culturais inovadores. As indústrias culturais e, em especial, o audiovisual e as actividades que combinam as artes com as tecnologias digitais, constituem, neste âmbito, um núcleo com potencialidades de inovação particularmente decisivo.

Factores críticos

O perfil inovador e experimental que caracteriza o sector cultural e artístico favorece a sua abertura a novas oportunidades de expressão, produção e difusão suscitadas pela introdução das novas tecnologias de informação e comunicação. Nesse sentido, é necessário favorecer o cruzamento do sector criativo e das TIC para colmatar a actual ausência de políticas que valorizem a promoção de aprendizagens específicas no domínio das novas tecnologias ligadas à produção artística.

O desenvolvimento do objectivo proposto tem subjacente o estímulo a uma produção nacional inovadora que combine criatividade e experimentação, concorrendo para minimizar o défice de afirmação competitiva das indústrias culturais.

Operacionalização

É necessário **estimular as empresas e outros organismos não governamentais (organismos do terceiro sector) a conceber projectos que cruzem a criação artística e a experimentação tecnológica** e que, noutro âmbito, sejam incentivados projectos que cruzem a actividade turística e a produção de suportes digitais e multimédia.

Paralelamente importa ampliar o desenvolvimento de TIC ligadas à produção artística, introduzindo no sistema de formação profissional a **aprendizagem de TIC ligadas especialmente ao sector audiovisual**.

É igualmente importante assumir a possibilidade de **financiamento de projectos inovadores que incorporem nos bens produzidos ou nos serviços prestados a criação artística e a produção cultural como elementos centrais**, contribuindo assim para a promoção do emprego cultural e para a sua inserção em sectores de actividade diversos.

Indicadores e metas

INDICADOR	METAS (em 2013)
Percentagem de emprego cultural no total do emprego	2,5%
Percentagem do peso económico do sector cultural no total de negócios	3,0%

Nota: De acordo com a informação disponível, em 2002 a percentagem de emprego cultural representava 1,4% no total do emprego, e a percentagem do peso económico do sector cultural representava em 2003 2,4% do total de negócios.

Objectivo 4

Aumentar a internacionalização da produção cultural e artística nacional.

Com o presente objectivo pretende-se promover activamente a internacionalização em três vertentes: a visibilidade externa e presença regular da produção nacional em circuitos internacionais; o acolhimento da produção internacional contemporânea; a cooperação e realização de projectos conjuntos entre criadores/intérpretes nacionais e estrangeiros.

Factores críticos

A experiência adquirida na organização de grandes e médios eventos culturais bem como a progressiva implementação de redes de infra-estruturas e equipamentos culturais susceptíveis de integrar circuitos internacionais representam um capital da maior importância para a internacionalização da produção artística nacional.

Além disso, a prossecução do objectivo implica a promoção de estruturas capazes de responder à necessidade de informação, mediação e articulação de agentes culturais e obras artísticas nos planos nacional e internacional.

A este propósito, é imprescindível a redefinição das relações entre ministérios, designadamente entre os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e da Cultura, e agentes do sector privado, de modo a veicular estratégias e acções concertadas com vista à internacionalização.

Ainda relativamente aos meios organizacionais saliente-se os escassos meios para a assistência técnica a projectos candidatos e apoiados por programas comunitários, com prejuízo para o acesso e participação de empresas e organismos do terceiro sector em projectos internacionais. A prossecução do objectivo descrito passa também por uma maior dotação de recursos humanos e financeiros para apoio a candidaturas nacionais a programas comunitários.

Operacionalização

O aumento da internacionalização da produção cultural e artística nacional implica o estímulo e apoio à **intervenção de organismos não governamentais (empresas e estruturas pertencentes ao terceiro sector)** para dinamizar: a) a participação de produtores, programadores, artistas e obras portuguesas em eventos internacionais; b) o acolhimento de artistas e obras estrangeiras quer em residências artísticas, quer na programação de eventos; c)

a co-produção de obras artísticas entre criadores nacionais e estrangeiros, o que implica, neste último caso, intensificar a realização de projectos conjuntos entre criadores/intérpretes nacionais e estrangeiros.

Afigura-se igualmente necessário criar ou consolidar programas de itinerância de forma sistemática que permitam economias de escala por parte de quem acolhe e de quem produz.

Refira-se também a necessidade de desenvolver o apoio à tradução de textos literários e de textos informativos (em papel, suporte digital, entre outros).

Devem ainda ser rentabilizadas ou reforçadas as **geminções entre autarquias** para a circulação internacional de produções culturais com carácter regular e recíproco.

Indicadores e metas

INDICADOR	METAS (em 2013)
Recintos da Rede de Teatros e Cine-Teatros integrados em redes de programação internacional	Todos
Museus da Rede Portuguesa de Museus que integram circuitos internacionais de circulação de exposições.	Todos
Número de projectos de cooperação participados por agentes nacionais e apoiados por programas europeus do tipo Cultura 2000	50
Número de projectos de cooperação liderados por agentes nacionais e apoiados por programas europeus do tipo Cultura 2000	20
Número de traduções de obras portuguesas	Duplicar

Nota: Relativamente aos projectos apoiados pelo Programa Cultura 2000 em 2002, realizaram-se 16 projectos participados por agentes portugueses, 2 dos quais na qualidade de organizadores.

Objectivo 5

Introduzir na ‘marca’ Portugal uma forte componente cultural.

Deverá caber à cultura um papel nuclear nas estratégias de afirmação do país no exterior. Isso significa rentabilizar a produção cultural e artística portuguesa como factor de singularidade identificado e reconhecido internacionalmente.

Factores críticos

Para além dos constrangimentos e potencialidades associadas à internacionalização da produção cultural e artística portuguesa, a incorporação de uma componente cultural na 'marca' Portugal é dependente de um factor fundamental – a articulação institucional das políticas da Economia, Negócios Estrangeiros e Cultura.

Operacionalização

Na perspectiva da afirmação da 'marca' Portugal afigura-se fundamental seleccionar produtos culturais que representem adequadamente os territórios e induzam retornos em termos de reputação, notoriedade e prestígio, capazes de despoletar fluxos económicos diversos e de otimizar a capacidade de geração de receitas. Para o efeito importa consolidar, reforçar e articular a actuação das instituições, dos promotores de eventos culturais e do património cultural, **promovendo parcerias entre os vários organismos e agentes (públicos e privados) de natureza cultural ou outra.**

Afigura-se igualmente necessário a **criação de um Portal que reúna informação de divulgação da oferta cultural portuguesa** em articulação com programas turísticos.

Indicadores e metas

INDICADOR	METAS (<i>em 2013</i>)
Número de visitas de estrangeiros a museus e monumentos musealizados	6 Milhões

Nota: Dada a ausência de dados gerais sobre o número de visitas de estrangeiros, o valor estimado em 2002 a partir do conjunto dos principais museus e monumentos musealizados nacionais é de 3 milhões.

Objectivo 6

*Fazer de Portugal uma **plataforma de cooperação cultural** entre PLOP e UE.*

Pretende-se com este objectivo fazer de Portugal uma plataforma de cooperação cultural aproveitando laços privilegiados quer com os países da EU, quer com os países de língua portuguesa, de emigração portuguesa e de imigração para Portugal.

Factores críticos

À semelhança do que foi já referido para o objectivo anterior, constitui condicionante incontornável também deste objectivo uma articulação institucional entre diferentes Ministérios, em especial os dos Negócios Estrangeiros e da Cultura.

Operacionalização

A prossecução do objectivo descrito implica o **apoio a actividades e eventos culturais das comunidades emigrantes portuguesas nos lugares de destino** como meio de divulgação da cultura nacional e das culturas regionais, **assim como apoiar a produção cultural das comunidades imigrantes em Portugal**, nomeadamente por via da imbricação entre políticas culturais e políticas de imigração-integração, tendo em conta a diversidade de expressões culturais.

Refira-se também a exploração e promoção do tema ‘Portugal no Mundo’ na organização de eventos culturais de grande impacto, assim como na **promoção da presença internacional da “música do mundo” de origem portuguesa**. Para o efeito é necessário reforçar as trocas comerciais no âmbito dos mercados culturais, desenvolvendo em especial a capacidade de exportação nacional.

Revela-se igualmente pertinente a **criação de uma plataforma permanente de co-produção internacional na área do cinema, audiovisual e multimédia** vocacionada para o triângulo Europa-África-América.

Indicadores e metas

INDICADOR	METAS (em 2013)
Número de edições musicais de artistas dos PLOP em Portugal	Aponta-se um crescimento significativo, embora não se possa quantificar uma meta (para a qual será necessária a recolha de informação não disponível no presente)
Número de edições musicais nacionais na União Europeia	

Objectivo 7

Fomentar o alargamento dos mercados por via da divulgação da oferta cultural de âmbito patrimonial ou artístico.

Um sistema de informação da oferta cultural, de âmbito artístico-patrimonial, a divulgar no país e no estrangeiro, representará factor de atractividade turística e gerador de novas iniciativas que cruzem turismo e cultura, permitindo a inserção e divulgação de conteúdos em circuitos nacionais e internacionais. Para além da captação de públicos nacionais e estrangeiros, constitui um objectivo complementar a definição de estratégias de divulgação de modo a potenciar articulações e sinergias entre instituições culturais e agentes económicos ligados ao turismo ou a outras actividades de promoção externa do país.

Factores críticos

A actual tendência para a rápida generalização das novas tecnologias da informação e da comunicação constitui uma oportunidade para a consecução do objectivo enunciado, embora no presente se verifique o atraso significativo da digitalização no sector e a ausência de mecanismos articulados de divulgação.

Operacionalização

A operacionalização deste objectivo passa pelo reforço da ‘cultura de suporte digital’, concertando conteúdos, tecnologias e serviços através da **articulação entre agentes (privados e públicos)** para a criação de suportes vários de divulgação da oferta cultural portuguesa, incluindo suporte electrónico de alta qualidade, **com possibilidade de colocação permanente e descentralizada de referências indexadas a iniciativas, actividades, obras e sítios culturais**

dirigidos às escolas, às populações em geral, ao turismo nacional e internacional. Paralelamente é necessário incentivar/consolidar processos informativos e comunicativos nas instituições culturais.

Indicadores e metas

INDICADOR	METAS (em 2013)
Percentagem de recintos da Rede de Teatros e Cine-teatros com página própria de <i>internet</i>	100%
Percentagem de museus da Rede Portuguesa de Museus com página própria de <i>internet</i>	100%

Nota: Em 2005, a percentagem de museus da Rede Portuguesa de Museus com página em domínio próprio e conteúdos desenvolvidos, representa 25% do total de museus aí integrados.

2.2. REQUALIFICAÇÃO URBANA E REVITALIZAÇÃO RURAL

2.2.1 ENQUADRAMENTO

A qualificação dos territórios situa-se claramente na linha de intersecção entre as questões da competitividade e da coesão. Constitui por isso um domínio crucial das políticas públicas, numa óptica de integração sectorial.

A cultura tem um papel cada vez mais central na qualificação dos territórios, quer numa perspectiva mais tradicional como factor de regeneração associado aos consumos, ao lazer e ao turismo, quer do ponto de vista mais inovador e menos explorado da (re)produção e do capital cultural. A sociedade do conhecimento, paradigma do desenvolvimento europeu nas últimas décadas, não pode ser construída sem a cultura, entendimento que está implícito na ideia, mais recente, de uma Europa Criativa. Este desígnio impõe, p.ex., uma articulação efectiva entre escolas, universidades, centros de investigação e instituições culturais e artísticas. O desenvolvimento passa a estar estreitamente ligado não só ao conhecimento científico-tecnológico mas também ao conjunto dos saberes sociais e culturais.

A cultura como factor de qualificação dos territórios deve ser perspectivada em cinco frentes, distintas mas articuladas:

1. **As actividades culturais e artísticas como uso adequado e valorizador de espaços obsoletos e devolutos das cidades e do campo.** Um problema central do desenvolvimento dos lugares é a conciliação de mudança e continuidade, desígnio que implica uma integração sistemática de recuperação e inovação/criação, por um lado, e de funcionalidade e significado simbólico, por outro. Importa que as intervenções estejam de acordo com o património histórico dos lugares e com o seu potencial contemporâneo (innovar, respeitando e valorizando o sentido do lugar).
2. **Os equipamentos culturais qualificam a intervenção no espaço urbano,** ajudando a preencher espaços intersticiais (instalações industriais ou de transportes obsoletas, vias inacabadas, e áreas residenciais desordenadas, sobretudo suburbanas) e a ‘suturar’ tecidos urbano rasgados.
3. Os equipamentos culturais, quer sejam resultantes de operações de reabilitação ou criados de raiz, podem constituir o travejamento do tecido urbano, do equilíbrio social e da participação cívica. Os investimentos culturais permitem valorizar o património colectivo,

potenciar a capacidade criativa, mas também favorecer o debate intelectual e a reflexão humanística. **A cultura e as artes são instrumentos cruciais para a reinvenção de um espaço público ameaçado na cidade contemporânea. Esta intervenção implica que os critérios urbanísticos e arquitectónicos não continuem a prevalecer sobre os critérios de programação e de funcionalidade dos equipamentos culturais.** Um espaço cultural deve ser um local de encontro, de comunicação entre o público e a criação artística.

4. Nos lugares do mundo rural, o desenvolvimento ancorado na cultura assume traços específicos. São sobretudo as adversidades que engendram soluções criativas. Importa regenerar as ruínas (entram em colapso as produções humanas que deixam de ter uso e sentido) que povoam o espaço rural português, tendo presente que esses testemunhos representam memórias, heranças e identidades partilhadas. **As actividades económicas tradicionais (ditas produtivas) mostram-se incapazes de assegurar o equilíbrio das áreas rurais. As iniciativas culturais e artísticas podem ser um contributo relevante, quer em termos da harmonia das paisagens, quer na óptica do desenvolvimento económico e social.** Os lugares criativos no mundo rural serão aqueles que, em vez de importarem os modelos das grandes cidades, possam responder ao desafio de se encontrarem novos equilíbrios entre natureza e cultura.

5. **A cultura é, quer no meio urbano quer no rural, um importante recurso turístico.** Importa, contudo, acautelar os abusos da utilização intensiva desses recursos, na maioria dos casos não recuperáveis. O propósito de tornar a cultura um meio privilegiado de qualificar os territórios implica atribuir-lhe o sentido de motivar ou de ter capacidade de receber, de reciclar e de exportar ideias, sensibilidades e projectos que melhorem a qualidade de vida dos habitantes e que valorizem os lugares na competição internacional.

2.2.2. OBJECTIVOS

Objectivo 8

*Contribuir para a regeneração de territórios em decadência através de **investimentos culturais com efeito de arrastamento.***

O desenvolvimento dos territórios passa em grande medida pela criação de condições que permitam o aumento da equidade em termos sociais, económicos e culturais.

O estabelecimento destas condições tem por objectivo combater os efeitos de degradação e desertificação que certos territórios alcançaram, sejam eles urbanos, como os centros históricos, sejam eles rurais, como muitas das aldeias do interior de Portugal, contribuindo, deste modo, para a sua regeneração, revitalização, requalificação e, principalmente, para a reafirmação identitária e reforço da auto-estima das respectivas populações.

No processo de reabilitação e qualificação dos territórios urbanos e rurais, o domínio da cultura assume-se, de uma forma cada vez mais criativa e inovadora, como um elemento fundamental e com o qual é necessário estabelecer uma eficaz articulação.

Deste modo, as acções de reabilitação urbana ou rural, devem promover o envolvimento e a participação da população dos respectivos territórios, como principais intervenientes em todo o processo, uma vez que, da articulação daquelas acções com os programas de política cultural local, podem provir benefícios ao nível do desenvolvimento económico, social e turístico dos territórios intervencionados.

Factores críticos

Um obstáculo de monta para a concretização do objectivo é a ausência de articulação entre as políticas públicas dos Ministérios com a tutela das áreas da Cultura, Ordenamento do território e Revitalização Urbana e Rural.

É fundamental, por outro lado, implementar uma malha densa e descentralizada no país de agências de mediação entre os gestores das políticas públicas e os agentes culturais no sentido de melhorar quer a divulgação e informação quer a assessoria técnica para a elaboração e gestão de projectos. Ainda neste âmbito, torna-se necessário o estabelecimento de parcerias entre os sectores público, privado e terceiro sector dado que essa representação é, presentemente, insuficiente.

Por último, como forma de melhor rentabilizar os recursos culturais locais existentes, é indispensável fomentar a articulação entre autarquias no que diz respeito a grandes investimentos culturais (equipamentos, eventos, etc).

Operacionalização

A articulação entre cultura e reabilitação dos territórios passa pela intervenção concertada entre várias entidades (públicas, privadas, terceiro sector e particulares), no sentido quer da **adaptação de edifícios ou espaços obsoletos a equipamentos de cariz cultural**, respeitando assim a memória do património histórico local; quer da **construção de novos equipamentos culturais, organizados e programados de forma equilibrada pelo território**, com condições para desempenhar todas as funções inerentes; quer pela valorização do espaço público através da promoção de actividades de animação cultural e artística que privilegiem o contacto entre criador e o público.

Neste sentido, impõe-se o **fomentar de políticas nacionais e autárquicas de ligação entre reabilitação urbana e programas culturais (vertente material e imaterial)**, de registo e valorização histórica, de recriação/hibridação etnográfica-artística e de promoção do turismo cultural em espaços urbanos e rurais, através da dinamização de itinerários culturais específicos. Fortalecer o aparecimento de parcerias entre entidades como forma de desenvolvimento regional e nacional.

Deverão ser criadas ao nível dos agentes promotores – Administração Central – **medidas que conduzam, por um lado, à regulamentação e, por outro, ao financiamento público de projectos e agentes culturais cuja principal actividade se desenvolve na valorização e promoção das culturas tradicionais**, que passem também, pela respectiva recolha e inventariação do património móvel, como forma de conhecimento e desenvolvimento dos respectivos territórios. Esta medida destina-se a projectos e agentes de todo o território nacional.

A **promoção duma intervenção cultural participada, de âmbito local**, tendo em conta agentes, instituições culturais e populações através quer do envolvimento das respectivas populações nas iniciativas culturais locais e nos programas de revitalização urbana e rural; quer no apoio ao associativismo como instrumento privilegiado para promover a participação dos cidadãos; quer na dinamização e incentivo de formas culturais e artísticas habitualmente marginalizadas, mas com potencial de criatividade e inovação (bandas, graffitti, ...).

Indicadores e metas

INDICADOR	METAS (em 2013)
Cidades com reabilitação de um edifício a equipamento cultural de referência	Todas

Objectivo 9

*Reforçar o binómio **cultura-turismo**, interligando criação e o património*

A regeneração/revitalização urbana e rural permite colocar em evidência as potencialidades endógenas dos respectivos territórios, sendo a cultura um desses elementos, tornando-a deste modo, um produto acessível a todo um conjunto de procura turística.

Neste âmbito, pretende-se aproximar a cultura e o turismo, ou seja, a multiplicidade de ofertas culturais e a variedade da procura, procurando explorar uma relação com mútuos benefícios.

Factores críticos

Para a prossecução do objectivo torna-se necessário, uma vez mais, melhorar quer a articulação entre as políticas públicas dos Ministérios com a tutela das áreas da Cultura, Turismo, Ordenamento do território e Revitalização Urbana e Rural, quer o estabelecimento de parcerias entre os sectores público, privado e terceiro sector (modelo de financiamento misto) através das respectivas medidas de incentivo.

Outras condições essenciais para uma melhor articulação entre criação e património:

Agilizar a aplicação do mecenato às actividades culturais, através de alterações regulamentares;

Permitir a constituição, dada a sua fraca implementação, de uma malha densa e bem descentralizada no país de agências de mediação entre os gestores das políticas públicas e os agentes culturais, visando quer a divulgação e informação, quer a assessoria técnica para a apresentação de candidaturas e para a gestão de projectos;

Promover o protagonismo do terceiro sector através quer da revitalização e dinamização de entidades tradicionais deste sector com papel relevante na coesão social, quer do incentivo à

participação do terceiro sector na tomada de decisões e na implementação de políticas públicas;

Fomentar, tal como já foi referido, a articulação entre autarquias no que diz respeito a grandes investimentos culturais (equipamentos, eventos, etc) como forma de melhor rentabilizar os recursos culturais existentes.

Operacionalização

A combinação da cultura com o turismo e o lazer pode ser vista por um lado, na intensificação das actividades turísticas através da promoção e realização, em termos quantitativos e qualitativos, de **actividades de animação cultural e artística (espectáculos, visitas guiadas, mostras, itinerários, etc.)** e, por outro, do ponto de vista dos **agentes da produção cultural e artística**, através da correspondente visibilidade e condições de desenvolvimento e possibilidade de cooptação para outros circuitos, quer nacionais, quer internacionais, de forma a dar a conhecer a produção cultural nacional.

Implementar e apoiar financeiramente, ao nível da Administração Central, projectos com uma forte integração da componente cultural nas intervenções de reabilitação urbana, investindo na marca **'bairros culturais' como factor de atracção do turismo cultural**. Dinamizar neste sentido, itinerários culturais locais. Estes projectos têm um enquadramento de âmbito nacional e devem envolver a **administração pública e os privados**.

Criação, ao nível da administração pública central e local, de um conjunto de meios financeiros e de estruturas de mediação com o objectivo de, por um lado, promover a **adaptação de espaços reabilitados a sede de actividades culturais (estúdios, laboratórios artísticos, residências artísticas)** e, por outro, incentivar e, levar ao conseqüente aumento, o número de **agentes culturais e artísticos (companhias de artes performativas, galerias, etc.)** e **associações culturais localizadas em 'bairros culturais'** e zonas históricas de territórios revitalizadas.

Ao nível da Administração Local, devem ser criadas medidas de mediação e apoios financeiros a projectos que combinem conservação patrimonial, componente turística e animação cultural e artística. Promover o estabelecimento de parcerias entre equipamentos culturais e outros agentes. Estes projectos, de âmbito local, devem envolver autarquias, terceiro sector e criadores e produtores culturais.

No que toca à iniciativa privada, estimular e fortalecer o tecido empresarial do sector cultural, apoiando financeiramente projectos regionais e locais de componente imaterial e iniciativas que aproveitem o crescimento proporcionado pela procura turística, promovidos por agentes privados.

Criar um **sistema descentralizado de informação da oferta cultural, regional e nacional**, de âmbito artístico-patrimonial, a divulgar no país e no estrangeiro, tendo destinatários e suportes diversificados. O reforço da digitalização do património arquitectónico local e da inventariação do património móvel deve igualmente ser levado a cabo. Estes projectos, a serem mediados e apoiados financeiramente devem resultar da cooperação entre o Estado, as autarquias e o terceiro sector.

É também neste sentido, que se deverá promover a constituição de **agências eficazes de informação e mediação** internacional nas áreas artísticas, nas indústrias culturais e nos meios comunicacionais.

Indicadores e metas

INDICADOR	METAS (<i>em 2013</i>)
Monumentos nacionais que promovem actividades e eventos culturais	Todos

2.3. CIDADANIA

2.3.1 ENQUADRAMENTO

A cultura tem vindo a ganhar recentemente uma relevância acrescida no quadro do modelo de desenvolvimento para uma Europa Criativa, ampliando o papel que lhe é habitualmente reconhecido ao nível da coesão social. Face aos sobejamente identificados défices de qualificação da sociedade portuguesa no contexto europeu, a importância da cultura tem especial significado, entre outros aspectos, no que respeita à melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e das populações e ao aprofundamento da cidadania.

Neste domínio são cruciais questões como a **democratização do acesso à cultura** e a **cultura como forma de expressão e participação** da população em geral e dos diferentes grupos sociais que a compõem.

No que respeita à democratização da cultura, é muito sensível a alteração do panorama do país ao longo da última década e meia em termos de oferta cultural, quer pelo reforço das infraestruturas e dos equipamentos hoje existentes em vários subsectores, quer pelo acelerado crescimento das programações culturais disponíveis. Não obstante, se é verdade que daí tem resultado uma melhor cobertura territorial da actividade cultural, é de destacar por outro lado a persistência de assimetrias vincadas entre diferentes regiões do país, ou dentro de uma mesma região. Deste ponto de vista e para além de assegurar a continuidade do investimento em infraestruturas onde se verifique necessário, é urgente **aprofundar o processo de desconcentração da cultura**, nomeadamente através da consolidação de **redes de programação e dispositivos de difusão cultural e artística**.

Este tipo de redes e dispositivos poderão constituir-se como eixo decisivo de qualificação da actividade cultural e como possíveis instâncias de mediação entre Administração Central, Local e agentes e produtores culturais. É crucial, a este propósito, a articulação entre os planos nacional e regional: por um lado, o âmbito de actividade das redes regionais poderá mais facilmente associar-se à ideia de cultura como um **serviço de proximidade** acessível às populações; por outro, torna-se necessário do lado da definição de políticas públicas a nível nacional um **quadro regulamentar claro e estável**.

A par das mudanças que se têm verificado relativamente à oferta cultural, é igualmente de assinalar o pronunciado crescimento e diversificação dos consumos culturais dos portugueses, pese embora a persistência de fortes clivagens sociais a este respeito. Naturalmente, observa-se ao mesmo tempo uma preocupação crescente com a questão dos **públicos da cultura** e com a sua segmentação. Um melhor conhecimento adquirido neste domínio através da

generalização, que importa prosseguir, de estudos sobre públicos está associado à elaboração, por parte de instituições e promotores culturais, de estratégias específicas de captação e consolidação de diferentes segmentos de públicos.

Entre a enorme variedade de acções possíveis neste domínio, é forçoso sublinhar as possibilidades oferecidas pelas novas **tecnologias da informação e comunicação**, que não apenas vêm adquirindo grande relevância num passado recente, como se afiguram centrais num futuro próximo. É certo que a utilização de tecnologias de suporte digital é atravessada por desigualdades sociais que impedem o seu fácil acesso a todos os grupos sociais. Por outro lado, o potencial aberto por estes meios é enorme, a diferentes títulos: na captação de públicos através de formatos “dessacralizadores”, como por exemplo, visitas virtuais a museus e outros equipamentos culturais ou a incorporação de conteúdos culturais e artísticos em suportes de natureza mais lúdica, como jogos didácticos e pedagógicos; no estabelecimento de novas formas de interacção entre criadores ou produtores culturais e públicos; na possibilidade de transmissão de informação e conhecimento a públicos interessados, etc.

Uma questão mais abrangente que a da importância das TIC na captação e fidelização de públicos, é a da definição das **estratégias comunicacionais** das instituições culturais. Importa neste aspecto não apenas a produção e divulgação de conteúdos culturais enquanto serviço que é prestado à população, mas mais do que isso, a definição de estratégias comunicacionais que possam funcionar como instrumento de articulação e cooperação entre organismos públicos e instituições privadas e do 3º sector, ou entre agentes culturais e agentes económicos (através de mecanismos de mecenato ou *sponsoring*). Tais formas de cooperação poderão ir de par, ou contribuir para maior envolvimento das empresas na esfera da cultura.

Para além das questões que se levantam a propósito da democratização cultural e do crescimento combinado da oferta e da procura culturais, importa considerar a cultura como forma de participação e expressão, garantindo a sua incorporação nos estilos de vida, nos consumos e nos lazeres das populações. Trata-se não apenas de assegurar a acessibilidade os equipamentos e eventos culturais, mas de um sentido mais proactivo de formação individual e cívica.

Um eixo fundamental para a importância da cultura enquanto componente formativa, que é desde há muito objecto de reflexão mas que se afigura consistentemente difícil de concretizar, é a **incorporação efectiva de expressões artísticas diversificadas nos tempos curriculares de aprendizagem dos 3 ciclos do Ensino Básico**.

É crucial assegurar não apenas que estas expressões tenham um peso relevante no tempo lectivo – o que em parte está aliás consagrado na legislação –, como garantir que tal desígnio abranja a totalidade das escolas. É igualmente imprescindível a exigência de que os conteúdos a preencher esses tempos não se limitem a uma reprodução mais ou menos mecânicas de competências expressivas que já são tradicionalmente contempladas na escola, mas antes que

incluam modalidades de aprendizagem inovadoras, combinando disciplinas e metodologias diversificadas.

A concretização de uma orientação que vise colocar a **aprendizagem artística no centro dos curricula escolares** envolve necessariamente um conjunto complexo de factores e condições como sejam, a título ilustrativo: a implementação de dispositivos de formação específica dos professores responsáveis por esta área; o envolvimento directo de criadores, intérpretes e produtores culturais e artísticos nos tempos lectivos, generalizando ao conjunto do sistema educativo algumas iniciativas que acontecem no presente em algumas escolas, designadamente rentabilizando dinâmicas locais; a promoção de projectos de “experimentação artística” em meio escolar e em contexto artístico, estabelecendo neste aspecto algum paralelo com a divulgação e aprendizagem da prática científica, etc.

Num plano mais institucional, essa centralidade da aprendizagem artística depende incontornavelmente de uma **articulação das políticas da educação e da cultura** e, num plano mais prático, do **desenvolvimento de relações regulares e continuadas entre os serviços educativos das instituições culturais e o sistema escolar**.

2.3.2 OBJECTIVOS

Objectivo 10

Integrar a arte e a cultura no quotidiano das populações contribuindo para desenvolvimento da cidadania e da qualidade de vida.

Constitui objectivo fundamental que a generalidade da população portuguesa atinja um padrão de qualidade de vida com perfil cultural elevado, actualizado e diversificado. Um padrão em que os consumos culturais sejam parte integrante dos estilos de vida dessa população.

Estreitamente associado a este objectivo, apresenta-se um outro: que a população jovem possua, em geral, à saída do ensino obrigatório, uma formação artística e cultural diversificada. Esta proporcionar-lhe-á condições para o desenvolvimento de práticas de consumos culturais mais duradouras, críticas e não restringidas a contextos exclusivamente escolares.

Factores críticos

Para a prossecução deste objectivo, é necessária uma efectiva articulação de políticas culturais e educativas, de modo a potenciar esforços de intervenções sectoriais.

Importa que esteja igualmente assegurada a articulação entre Ministério da Cultura, Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional (CCDRs) e Autarquias, para um melhor funcionamento de projectos e programas que envolvam diversos agentes públicos.

Relativamente à sensibilização para as artes e cultura, no ensino obrigatório, é necessário que esta ocorra de forma precoce e regular. Além disso, o leque de linguagens com as quais os mais novos têm contacto deverá ser mais diversificado, incluindo desde as artes tradicionalmente mais consagradas até às mais recentes e/ou menos reconhecidas. A garantia destas condições terá efeitos favoráveis para outros objectivos, nomeadamente os que remetem para a inclusão social.

Para permitir a integração da arte e cultura no quotidiano das populações, afigura-se essencial uma distribuição territorial mais equilibrada de equipamentos e eventos – revelando-

se crucial o incentivo ao funcionamento em rede de equipamentos e programação, por constituir um instrumento decisivo para a coesão social.

Operacionalização

Implementação e financiamento de **Programas de colaboração alargada entre artistas, produtores e organizações culturais e as escolas** na sensibilização e formação cultural nos vários níveis de ensino e na formação ao longo da vida. Estes Programas são de **âmbito nacional** e poderão apresentar, para além de um **enquadramento institucional articulado** entre os **Ministérios da Cultura e da Educação**, uma configuração similar à de projectos desenhados e já em curso noutros domínios, como, no caso da promoção da cultura científica, o Programa Ciência Viva.

Qualificação dos serviços educativos na generalidade das **instituições e culturais**, com prioridade para os equipamentos que integrem Redes (bibliotecas, cine-teatros, museus), de forma a assegurar uma cobertura territorial tão extensa quanto possível. Trata-se de expandir a função sensibilizadora dos serviços educativos, de cuja importância já existe uma relativa consciência generalizada.

Criação de eventos culturais incentivadores da sensibilização para as artes, incluindo, por exemplo, a encomenda de produções em que a participação dos cidadãos possa, em alguma fase, estar prevista.

Indicadores e metas

INDICADOR	METAS (em 2013)
Municípios com um equipamento cultural polivalente	Todos

Nota: Por equipamento cultural polivalente entende-se, por exemplo, biblioteca com auditório, galeria municipal com oficinas de sensibilização para as artes, etc..

Objectivo 11

Promover uma intervenção cultural institucionalmente integrada e socialmente participada.

Visa-se fundamentalmente promover uma intervenção cultural participada por agentes e instituições culturais dos três sectores, sendo imprescindível, no que toca à administração pública, concertar políticas culturais dos seus vários níveis.

Entre os agentes do terceiro sector, é dado enfoque à intervenção de associações enquanto estruturas vocacionadas para promover o envolvimento e a participação cultural dos cidadãos.

Procura-se a valorização de formas culturais e linguagens artísticas habitualmente marginalizadas – isto também por via do apoio a associações que se dediquem a tais actividades (não as excluindo, pois, na atribuição de apoios).

Factores críticos

É necessário o desenvolvimento de um quadro de incentivo e regulação das actividades de mediação, assessoria e consultoria económico-cultural, concorrendo para um conjunto articulado de redes e parcerias entre agentes culturais e actividades económicas, autarquias e escolas; entre sectores público, privado e terceiro sector; entre agentes e iniciativas culturais nacionais e estrangeiras.

De modo a conseguir-se uma intervenção cultural institucionalmente integrada deve garantir-se a articulação entre políticas culturais e educativas.

Deve ser assegurado, nas acções de sensibilização artística precoce e regular, o contacto com diferentes formas culturais de modo a que os destinatários, enquanto cidadãos fruidores e/ou praticantes, não rejeitem essas linguagens por desconhecimento ou por representações distorcidas.

Operacionalização

Promoção, ao nível de iniciativas de parceria entre **administrações central e local**, de acções de formação destinadas a associações e seus corpos de gestão. Ainda no âmbito destas **parcerias**, perspectivar o financiamento de obras de requalificação dos espaços das associações. A par deste esforço na dotação de condições para a realização de actividades, é de incentivar a criação de parcerias entre a **administração local** e o **3º sector** na organização de eventos culturais, mobilizando os agentes culturais locais (associações, cooperativas, fundações, entre outros).

Indicadores e metas

INDICADOR	METAS (<i>em 2013</i>)
Planos estratégicos regionais/locais que contemplam a área cultural	Todos
População envolvida em voluntariado nas actividades culturais	Duplicar

Objectivo 12

Desenvolver iniciativas culturais orientadas para a inclusão social.

Trata-se de utilizar a cultura como factor de inclusão social, com vista a que também os mais desfavorecidos integrem os consumos culturais nas suas vidas.

Alargar o leque de destinatários dos serviços educativos e outras formas de sensibilização para as artes e cultura – quer em grupo etário quer em segmento social – é um desígnio implícito neste objectivo. Pretende-se igualmente incentivar a participação de grupos etários, como jovens e idosos, em serviços de voluntariado de instituições culturais.

Factores críticos

A prossecução deste objectivo encontra-se dependente, em primeiro lugar, de uma distribuição territorialmente equilibrada dos equipamentos e eventos culturais. Não havendo investimento neste sentido, a inclusão social por via da cultura é desde logo dificultada pela configuração da oferta.

Ao nível das diversas políticas públicas – áreas da justiça, solidariedade social, entre outras – é indispensável que se afirme e consolide o lugar das actividades culturais como factor de integração social.

Operacionalização

Apoiar, ao nível da **administração local**, o acesso por parte de idosos e grupos socialmente desfavorecidos a instituições e eventos culturais, em projectos eventualmente realizados em parceria com **entidades** locais do **terceiro sector**, como associações.

Promover a participação de jovens e adultos da terceira idade, em regime de voluntariado, em **serviços de instituições culturais**.

Promover e apoiar a intervenção dos serviços educativos – com prioridade para aqueles que funcionem em equipamentos integrados em Redes – dirigida a destinatários diversificados em idade e segmento social, não a limitando a crianças e jovens (para tal, é necessário o reforço de recursos, habitualmente já escassos mesmo quando se trata do trabalho centrado nos mais novos).

Indicadores e metas

INDICADOR	METAS (<i>em 2013</i>)
Equipamentos culturais inseridos em Redes Públicas com actividades/iniciativas dirigidas a grupos socialmente desfavorecidos	Todos
Estabelecimentos Prisionais com actividades artísticas/culturais	Todos

Objectivo 13

Consolidar e diversificar a procura cultural interna e criar novos públicos.

Na continuação dos objectivos anteriores, impõe-se a necessidade de promover um maior acesso à cultura, ou seja, um alargamento social da comunidade de fruidores e/ou praticantes. Importa criar e consolidar dispositivos de programação e acolhimento da produção artística, distribuídos territorialmente de forma equilibrada.

Factores críticos

A articulação entre políticas culturais e educativas constitui, novamente, uma condição indispensável ao alcance do objectivo em presença.

É igualmente essencial que a sensibilização para as artes e cultura, no ensino obrigatório, decorra de forma precoce e regular. Por outro lado, as iniciativas pedagógicas que habitualmente têm lugar em equipamentos culturais devem abranger um leque de destinatários muito mais diversificado do que sucede actualmente.

Do ponto de vista da consolidação e diversificação da procura cultural, é necessário haver uma adequação das políticas de bilheteira ao contexto em que se realizam as iniciativas. Impõe-se um maior apoio público onde a oferta é mais deficitária – particularmente na regiões afastadas dos grandes centros urbanos. Por outro lado, onde a oferta é, apesar de tudo, maior e mais diversa, é preciso introduzir ou reforçar mecanismos de mercado que permitam aos promotores culturais recuperar os seus investimentos através da bilheteira e que possibilitem igualmente um crescimento sustentado da oferta.

Operacionalização

Promover e apoiar a intervenção dos serviços educativos – com prioridade para aqueles que funcionem em **equipamentos** integrados em **Redes** – dirigida a **destinatários diversificados** em idade e segmento social, não a limitando a crianças e jovens (para tal, é necessário o reforço de recursos humanos, habitualmente escassos mesmo quando se trata do trabalho com os mais novos).

Incentivar e consolidar, aos níveis das **administrações central e local**, processos informativos e comunicativos nas instituições culturais.

Indicadores e metas

INDICADOR	METAS (em 2013)
Percentagem de tempo lectivo, nos 3 ciclos do ensino básico, ocupado em actividades performativas, plásticas, musicais e literárias	20%
Equipamentos inseridos em Redes Públicas com actividades/iniciativas dirigidas a grupos específicos (excepto escolares)	Todos

Objectivo 14

*Favorecer a **diversidade cultural** a partir das comunidades portuguesas emigrantes e das comunidades imigrantes em Portugal*

Pretende-se criar condições para a maior presença e expressão das comunidades emigrantes nos locais de destino e da produção cultural das comunidades imigrantes em contexto nacional.

Factores críticos

Requer-se uma efectiva articulação entre as políticas culturais dos diversos Ministérios, sendo que os da Cultura e Estrangeiros afiguram-se os que necessitam de uma estratégia mais concertada.

No que se refere a políticas genéricas de integração social, é essencial a consolidação do processo de inclusão das comunidades imigrantes em Portugal.

Operacionalização

Incentivar a criação de eventos, de âmbito nacional/internacional, em cujos elencos figurem agentes culturais portugueses e das comunidades imigrantes, intervenientes em diversos domínios culturais.

Apoiar a produção dos agentes culturais e artísticos das comunidades imigrantes, aos níveis dos apoios das administrações central e local que se destinem, designadamente, a associações.

Integrar, no trabalho desenvolvido por serviços educativos e por outras iniciativas de sensibilização para as artes e cultura, os agentes culturais imigrantes potenciando a expressão da diversidade cultural.

Indicadores e metas

INDICADOR	METAS (<i>em 2013</i>)
Municípios com uma proporção de residentes imigrantes superior à média nacional, tendo parcerias culturais (eventos co-produzidos, intercâmbios entre artistas, etc.) com os lugares de origem dessa população	Todos

3. BALANÇO

O presente Relatório está estruturado de forma a que ao longo da sua leitura se possa ir identificando as linhas de força que o configuram. No entanto, os procedimentos adoptados são naturalmente diferentes conforme se trata do Ponto de partida ou da Visão estratégica.

No primeiro, a informação quantitativa e qualitativa recolhida está organizada segundo 10 temáticas e seguidamente sintetizada e classificada através da análise SWOT.

Na segunda, a passagem para o olhar prospectivo aparece mediada pela apresentação de um conjunto de pressupostos a que se sucedem as propostas da visão estratégica propriamente dita, encimadas pelas três grandes linhas de orientação e respectivos objectivos que se procura dotar de condições de exequibilidade, de acordo com as *Especificações técnicas* para a realização deste estudo emanadas do Observatório do Quadro Comunitário de Apoio III.

O Relatório no seu todo é já uma síntese dos muitos e densos debates da equipa em torno dos resultados do diagnóstico, das perspectivas a privilegiar, das escolhas a eleger. Fazer uma síntese de sucessivas sínteses é correr o risco de produzir um texto demasiado redutor e de subvalorizar determinados elementos que não são despiciendos.

Sem a pretensão de conseguir eliminar esse risco, opta-se por dar relevo a algumas exigências transversais aos diferentes objectivos.

Exigências de qualificação:

Cruzam os planos da formação, da profissionalização e da avaliação. Colocam-se, em particular, para os agentes culturais e artísticos. Devem prolongar-se ao longo da vida. Repercutem-se sobre a qualidade dos equipamentos culturais, dos territórios e da vida das populações.

Não dispensam a criação de novos cursos nem de professores/formadores devidamente preparados. Não dispensam a criação de novos empregos (qualificação sem emprego é *brain drain* para o país e *brain gain* fora dele).

Exigências de internacionalização:

Envolvem agentes culturais e artísticos, projectos, bens e serviços culturais. Combinam movimentos de Portugal para outros países, destes para Portugal e de inter-colaboração.

Não dispensam a existência de agências mediadoras capazes de informar potenciais candidatos a programas ou projectos internacionais e de dar-lhes a necessária assistência técnica.

Exigências de sustentabilidade:

Visam assegurar a manutenção e desenvolvimento de projectos/actividades de vária natureza a ter lugar ou já em curso.

Não dispensam o incremento da formação adequada (gestão da cultura) e passam pela prática de uma cultura de gestão capaz de estruturar um projecto, orçamentá-lo, cumprir prazos e custos, e prever meios para a sua continuidade. Esta última reclama avaliações dos resultados previstos no sentido de poder (ou não) ser assegurada.

Exigências de participação/responsabilização:

Envolvem a população em geral e dependem da sua qualificação cultural, vista aqui num sentido lato – incorporação da cultura na vida quotidiana – e não em termos de qualificação especializada como acima foi referida.

Reclamam a participação dos corpos de especialistas (artistas/profissionais da cultura), junto das populações, nas escolas, nas associações, em itinerâncias, etc.

Para lá destas quatro exigências de fundo, há ainda algumas outras coordenadas que, pela sua importância, se entende deverem ser aqui relevadas.

Uma delas tem pesadas implicações sobre o exercício da política cultural. Na medida em que a actuação sobre uma dada realidade exige o conhecimento da mesma, ficará grandemente prejudicada a adequação das políticas a implementar se estas não puderem dispor de informação consistente, actualizada, credível.

As dificuldades, a este respeito, situam-se, em Portugal, a montante dos problemas que, como ficou dito atrás, se colocam em vários países da UE empenhados em utilizar indicadores mais adequados ao sector da cultura do que os convencionalmente usados. No nosso país, temos esses problemas mas continuamos ainda a ter um défice de informação de base que, embora venha registando melhorias no decurso da última década, continua a ser um sério obstáculo à realização de estudos de diagnóstico, avaliação e prospecção (permita-se o exemplo do presente trabalho onde a carência de dados fiáveis empobreceu a apresentação de indicadores).

Resulta, assim, imprescindível **promover, nos organismos públicos em causa, a recolha sistemática de dados relevantes sobre diversos domínios do sector da cultura, tanto sobre os vários tipos de oferta como sobre os diferentes segmentos da procura.**

Um outro aspecto a não perder de vista tem a ver com a necessidade de enfatizar uma concepção de política cultural como **processo**, não como um adquirido, em que, a cada

momento-chave, há que identificar quais os agentes a implicar para a determinação dos objectivos a privilegiar e das medidas visando atingi-los; quais as fontes de financiamento a mobilizar; qual a amplitude territorial a alcançar.

Neste processo, o envolvimento e responsabilidade dos agentes na concretização dos objectivos é de diferente natureza, (como se terá deduzido a partir da operacionalização de Objectivos apresentada no Relatório) – mais ou menos próximos dos níveis de decisão formal; mais ou menos próximos dos níveis de execução. **O recurso a parcerias e redes revela-se cada vez mais indispensável para aproximar os agentes e rentabilizar as acções.**

As medidas, pelo menos em determinados casos, deverão, preferencialmente, tender a ser **cumulativas** (apoio financeiro não dispensará, frequentemente, medidas de formação, de mediação ou de regulamentação).

Quanto às fontes de financiamento, haverá vantagem em adoptar o **modelo misto** que se vem afirmando no campo das políticas culturais dos vários países europeus.

Por fim, relativamente ao âmbito territorial sobre o qual incidem as políticas em causa, a aplicação de **uma lógica integrada** afirmar-se-á, geralmente, como vantajosa, concretizando-se através de instrumentos como as já referidas redes de equipamentos e de programação ou as geminações de cidades. As cidades médias serão um alvo a privilegiar dada a situação promissora a que correspondem.

SÍNTESE EXECUTIVA

Contribuições para a formulação de políticas públicas no horizonte 2013 relativas ao tema Cultura, Identidades e Património

I. ORIENTAÇÕES E OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

COMPETITIVIDADE

1. Apoiar e qualificar o **tecido empresarial**, no sector cultural e noutras actividades que incorporam componentes importantes de trabalho intelectual, nomeadamente pela combinação de criação artística e inovação tecnológica.
2. Qualificar a **formação de profissionais** da cultura para o sector cultural e para os outros sectores.
3. Desenvolver as **indústrias criativas** e os **serviços culturais**, na acepção ampla do conjunto das actividades económicas que incorporam como componente fundamental a criação artística e a produção cultural (como o audiovisual ou as artes e tecnologias digitais).
4. Aumentar a **internacionalização** da produção cultural e artística nacional.
5. Introduzir na **'marca' Portugal** uma forte componente cultural.
6. Fazer de Portugal uma **plataforma de cooperação cultural** entre PLOP e UE.
7. Fomentar o alargamento dos mercados por via da **divulgação da oferta cultural** de âmbito patrimonial ou artístico.

REQUALIFICAÇÃO URBANA / REVITALIZAÇÃO RURAL

8. Contribuir para a regeneração de territórios em decadência através de **investimentos culturais com efeito de arrastamento**.
9. Reforçar o binómio **cultura-turismo**, interligando criação e o património.

CIDADANIA

10. **Integrar a arte e a cultura no quotidiano das populações** contribuindo para desenvolvimento da cidadania e da qualidade de vida.
11. Promover uma **intervenção cultural institucionalmente integrada e socialmente participada**.
12. Desenvolver **iniciativas culturais orientadas para a inclusão social**.
13. Consolidar e diversificar a **procura cultural** interna e criar **novos públicos**.
14. Favorecer a **diversidade cultural** a partir das comunidades portuguesas.

II. GRANDES METAS PARA O HORIZONTE 2013

1. Crescimento das indústrias criativas: i) 2,5% no total do emprego; ii) 3% no produto total gerado pelas empresas.

2. Em cada cidade um equipamento cultural de referência num edifício reabilitado.

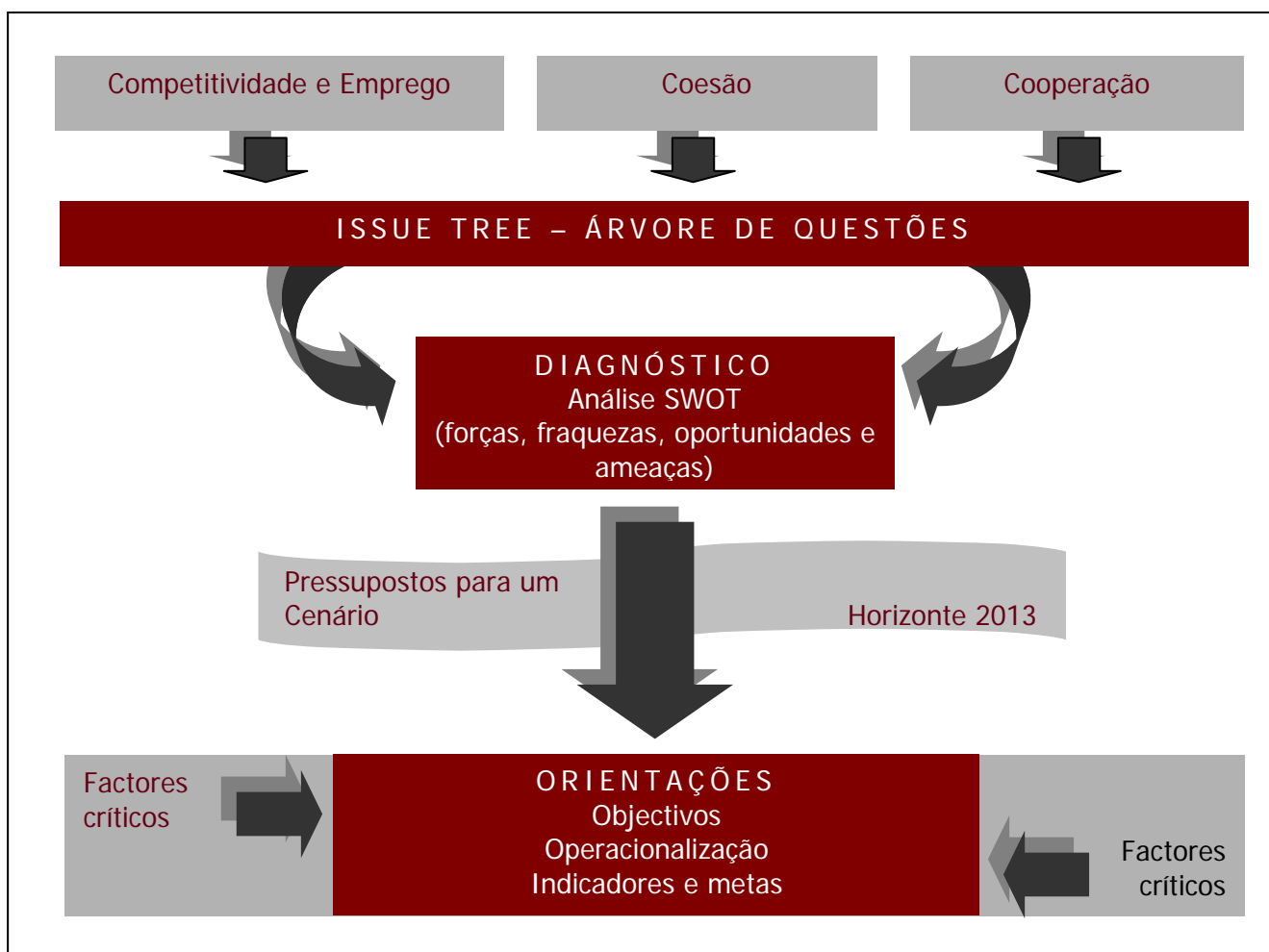
3. 20% dos tempos lectivos do ensino básico ocupados na aprendizagem de expressões artísticas diversas (performativas, plásticas, musicais e literárias).

ANEXOS

ANEXO 1 – METODOLOGIA

1.1 ROTEIRO DO ESTUDO

Foi desenhado um roteiro para o estudo, cujo ponto de partida se situou nos grandes desígnios das políticas comunitárias acolhidos no Quadro de Referência Estratégica Nacional 2007-2013.



1.2 ÁRVORE DE QUESTÕES

A partir dos objectivos gerais – competitividade e emprego, coesão, cooperação – foi definida uma árvore de questões que permitiu estruturar as etapas seguintes do estudo.

ÁRVORE DE QUESTÕES – NÍVEIS I E II

Nível I	Nível II
COMPETITIVIDADE E EMPREGO	1. Inovação
	2. Economia da cultura – iniciativa e mercado
	3. Emprego e trabalho
	4. Formação e qualificação
	5. Internacionalização
COESÃO	6. Regeneração urbana e dinamização de espaços rurais
	7. Acesso e democratização da cultura (equidade)
COOPERAÇÃO E MEDIAÇÃO	8. Associativismo
	9. Parcerias e redes
	10. Mediação e gestão

Foi ainda definido um terceiro nível na árvore de questões que permitiu uma maior clarificação metodológica através da identificação dos conteúdos específicos de cada um dos itens do nível II.

ÁRVORE DE QUESTÕES – NÍVEIS I, II E III

Nível I	Nível II	Nível III
COMPETITIVIDADE E EMPREGO	1. Inovação	Reforço de sectores inovadores na esfera das indústrias de conteúdos Apoio aos produtores culturais e artísticos nacionais no sentido da sua afirmação a nível nacional e internacional
	2. Economia da cultura – iniciativa e mercado	Indústrias culturais Iniciativas no campo das artes Complementaridade entre diferentes sectores Turismo cultural
	3. Emprego e trabalho	Profissões artísticas e culturais Segmentos profissionais de apoio à actividade cultural Apelo à criatividade em numerosos segmentos do mercado de trabalho não cultural
	4. Formação e qualificação	Ensino cultural e artístico profissionalizante Formação de agentes especializados
	5. Internacionalização	Eventos / <i>Marketing</i> territorial Inserção de agentes artísticos e entidades culturais em circuitos internacionais
	6. Regeneração urbana e dinamização de espaços rurais	Reabilitação de centros históricos Reutilização para fins culturais de edifícios/espacos com usos obsoletos Valorização dos espaços públicos por via dos investimentos culturais
COESÃO	7. Acesso e democratização da cultura (equidade)	Assimetrias relativamente à oferta e procura cultural: (i) perfis sociológicos; (ii) padrões territoriais Envolvimento/participação da população Sensibilização para as artes e criação de novos públicos Ensino cultural e artístico formativo
	8. Associativismo	Ensino artístico ligado a actividades amadoras Animação sócio-cultural
COOPERAÇÃO E MEDIAÇÃO	9. Parcerias e redes	Cooperação entre agentes dos sectores público, privado e terceiro sector Cooperação transnacional Redes de produtores Redes de recintos Redes de equipamentos Redes de actividades/programação
	10. Mediação e gestão	Regulação do sector cultural Estruturas de difusão Apoio técnico e logístico a entidades culturais

1.3 ANÁLISE SWOT

O diagnóstico da situação actual no sector cultural baseiou-se numa análise SWOT que permitiu quer uma apreciação externa – oportunidades e ameaças configuradas em determinados contextos (social, político, geográfico, ...) quer uma apreciação interna das forças e fraquezas do sector cultural e dos vários sub-sectores.

Dimensões	Definição	Orientações para a concretização
FORÇAS	Recurso ou capacidade que pode ser usado para atingir determinados objectivos	Quais são as vantagens do sector? O que é que se tem feito bem? O que é que os outros vêm como pontos fortes no sector?
FRAQUEZAS	Limitação, erro ou defeito que impede atingir determinados objectivos	O que pode ser melhorado? O que é se tem feito mal? O que é que os outros vêm como pontos fracos no sector? O que é que pode ser evitado? O que é que os outros (sectores culturais noutros países/regiões) fazem melhor?
OPORTUNIDADES	Situações favoráveis para o sector existentes ou previsíveis no ambiente externo	Quais as mudanças relevantes ao nível tecnológico, organizativo ou nos mercados? Quais as mudanças relevantes nos padrões sociais, nos perfis demográficos, nos modos de vida? O que se pode prever ao nível da realização de eventos?
AMEAÇAS	Situações desfavoráveis no ambiente externo que limitam ou impedem o desenvolvimento do sector	Quais são os obstáculos externos ao desenvolvimento do sector? As condições para o desenvolvimento do sector estão a mudar? Alterações na procura constituem pressão para o sector?

Adaptado de: *Strategy Survival Guide*, Prime Minister's Strategy Unit, UK Government, 2004 (www.strategy.gov.uk)

ANEXO 2 – FONTES CONSULTADAS

BIBLIOGRAFIA

AAVV (2003), *Plano de Desenvolvimento Social. Programa Rede Social*, Instituto de Solidariedade e Segurança Social.

AAVV (2003) *Culture – Gates. Exposing Professional ‘Gate-Keeping’ Processes in Music and New Media Arts*, ARTCult Media.

AAVV (sem data) *Manual Metodológico - Evolução das Qualificações e Diagnóstico das Necessidades de Formação - Estudos Sectoriais Prospectivos*, INOFOR – Instituto para a Inovação na Formação.

BATTEN, David F. (1995), “Network cities: creative urban agglomerations for the 21st century”, *Urban Studies*, vol. 32, n.º 2, pp. 313-327.

BAYLISS, Darrin (2004), “Creative planning in Ireland: the role of culture-led development in Irish planning”, *European Planning Studies*, vol. 12, n.º 4, pp. 497-515.

BAYLISS, Darrin (2004), “Ireland’s creative development: local authority strategies for culture-led development”, *Regional Studies*, vol. 38.7, pp. 817-831.

CAPUCHA, Luís (1996) “Sistema de avaliação de programas: uma proposta para o futuro”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º22, Lisboa, CIES /ISCTE pp. 185-193.

CAMACHO, Clara (2005) *Ao Encontro dos Públicos: Novos Rumos e Novos Desafios para os Museus Portugueses*, Conferência realizada no Museu Militar do Porto, 21 de Março 2005.

CONDE, Idalina; PINHEIRO João (2000) “Profissões Artísticas e Emprego no Sector Cultural”, *OBS*, n.º 7, Observatório das Actividades Culturais, pp. 16-22.

COSTA, Pedro Miguel Alves Felício Seco da (2002) *As actividades da cultura e a competitividade territorial: o caso da Área Metropolitana de Lisboa*, Tese de Doutoramento em Planeamento Regional e Urbano, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

CHRUSCIAK, Alex; Linn Skoog; Kristofer Uddén; YuanSan Chen, (s/d) *What Can Tallinn and Helsinki Gain through Working Together in the Field of Cultural Heritage?* Division of Urban Studies, KTH, pp. 1-45.

CLICHÉ, Danielle, MITCHELL, Ritva, WIESAND, Andreas (2002), *Creative Europe: On Governance and Management of Artistic Creativity in Europe*, Bona, Ericarts.

FERRÃO, João (1996) “A avaliação comunitária de programas regionais: aspectos de uma experiência recente”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 22, Lisboa, CIES /ISCTE, pp. 29-41.

FERRÃO, João (sem data) “Dinâmicas territoriais e trajectórias de desenvolvimento, Portugal 1991-2001”, *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 34, pp. 1-9.

FLORIDA, Richard e TINAGLI, Irene (2004), *Europe in the Creative Age*, Demos (Europe in the creative age 2004).

FORTUNA, Carlos (1995), *Os Centros das Nossas Cidades: Entre a Revitalização e a Decadência*, Oficina do Centro de Estudos Sociais n.º 62, CES.

FORTUNA, Carlos (1995), *Por Entre as Ruínas da Cidade: o Património e a Memória na Construção das Identidades Sociais*, Oficina do Centro de Estudos Sociais n.º 61, CES.

GODET, Michel (2000) “The Art of Scenarios and Strategic Planning: tools and Pitfalls” *Tecnological, Forecasting and Social Change*, n.º 65, pp 3-22.

GODET, Michel (2000) *A «Caixa de Ferramentas» da Prospectiva Estratégica: Problemas e Métodos* Lisboa, Cadernos do CEPES, pp. 1-97.

GUERRA, Isabel e Walter Rodrigues (1996) “Impacto Social da Operação Integrada de Desenvolvimento da Península de Setúbal – 1988 a 1992”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º 22 Lisboa, CIES /ISCTE, pp. 109-135.

GUERRA, Isabel (1999) *A Baixa Pombalina. Diagnóstico, Prospectiva e Estratégia de Actores*, Oeiras, Celta Editora.

GUERRA, Isabel (2000), *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção. O Planeamento em Ciências Sociais*. S. João do Estoril.

HALL, Peter (2000), “Creative cities and economic development”, *Urban Studies*, vol. 37, n.º 4, pp. 639-649.

HANSEN, Anders Lund; ANDERSEN Hans Thor; CLARK, Eric (2001), “Creative Copenhagen: globalization, urban governance and social change”, *European Planning Studies*, vol. 9, n.º 7, pp. 851-869.

HEALEY, Patsy (2004), “Creativity and urban governance”, *Policy Studies*, vol. 25, n.º 2, pp. 87-102.

JEANNOTTE, M. Sharon; STANLEY, Dick (2002); “How will we live together?”, *Canadian Journal of Communication*, vol. 27, pp. 133-139.

JENSON, Jane (2002), “Identifying the links: social cohesion and culture”, *Canadian Journal of Communication*, vol. 27, pp. 141-151.

LEY, David (2003), “Artists, Aestheticisation and the fields of gentrification”, *Urban Studies*, vol. 40, n.º 12, pp. 2527-2544.

KARPPI, Ilari; Merja Kokkonen; Kaisa Lahteenmaki-Smith (2001) *SWOT: Analysis as a Basis for Regional Strategies*, Stockolm, Nordregio , pp. 1-84.

MOULAERT, Frank; DEMUYNCK, Hilde; NUSSBAUMER, Jacques (2004), “Urban renaissance: form physical beautification to social empowerment”, *City*, vol. 8, n.º 2, pp. 229-235.

MOURA, Dulce e Teresa Amor (2000) “Uma análise da Estratégia de Actores” *Cidades – Comunidades e Território*, nº 1, Lisboa, CET/ISCTE, pp. 73-83.

NEVES, A. Oliveira das (1996) “Avaliação ex-ante do impacto de grandes projectos sobre desenvolvimento local: um contributo metodológico a propósito do projecto Ford/Vw”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº22, Lisboa, CIES /ISCTE, pp. 43-59.

PAIS, José Machado; FERREIRA, Paulo Antunes; FERREIRA, Vítor Sérgio (1995) *Inquérito aos Artistas Jovens Portugueses*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

PEIXOTO, Paulo (2003), *Centros históricos e sustentabilidade cultural das cidades*, *Sociologia* nº 13, pp. 211-226.

PEIXOTO, Paulo (2002), *A corrida ao status de património mundial e o mercado urbano de lazer e turismo*, *Veredas Revista Científica de Turismo* nº 1, pp. 23-45.

PEIXOTO, Paulo (2002), *Os meios rurais e a descoberta do património*, *Oficina do Centro de Estudos Sociais* nº 175, CES.

PEIXOTO, Paulo (2000), *O património mundial como fundamento de uma comunidade humana e como recurso das indústrias culturais urbanas*, *Oficina do Centro de Estudos Sociais* nº 155.

PEGADO, Elsa, Helena Seita Gonçalves, Joaquim Bernardo e Paulo Costa Santos (1996) “Sistema de Acompanhamento e Avaliação do Programa Horizon: uma experiência de avaliação”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, nº22, Lisboa, CIES /ISCTE, pp. 171-184.

PERESTRELO, Margarida e José Maria Castro Caldas (1996) “Estratégia de actores: prospectiva e avaliação”, *Sociologia - Problemas e Práticas*, n.º22, Lisboa, CIES /ISCTE, pp. 81-94.

Prime Minister’s Strategy Unit (2004) *Strategy Survival Guide – strategy skills structuring the Thinking: SWOT*, London, UK Government, pp. 1-4 [strat guide_UK STRAT UNIT (doc)]

Tamworth City Concil (2003) *Cultural Plan*, pp. 1-76.

RATZENBOCK, Verónica; DEMEL, Katarina (2004) *An Analysis of the Economic Potential of the Creative Industries in Vienna*, Vienna, Kulturdokumentation, Mediact, Wifo.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (2004) *Políticas Culturais e Descentralização: Impactos do Programa Difusão das Artes do Espectáculo*, OBS Pesquisas n.º 12, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais.

SANTOS, Maria de Lourdes Lima dos (coord.) (2005) *O Panorama Museológico em Portugal [2000-2003]*, Lisboa, OAC e IPM/RPM.

SILVA, Augusto Santos (2004), *As redes culturais: balanço e perspectivas da experiência portuguesa, 1987-2003*”, in AAVV, *Públicos da Cultura*, Lisboa, Observatório das Actividades Culturais, pp. 241 – 283.

DOCUMENTOS DA COMISSÃO EUROPEIA

Commission of the European Communities (2004) *Communication from the Commission to the council and the European Parliament – Financial perspectives 2007-2013*, Brussels, pp. 1-28.

Comissão das Comunidades Europeias (2004) *Proposta de Regulamento do Conselho que estabelece disposições gerais relativas ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ao Fundo Social Europeu e ao Fundo de Coesão*, Bruxelas, pp. 1-96.

Comissão das Comunidades Europeias (2004) *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional*, Bruxelas pp. 1-20.

Comissão das Comunidades Europeias (2004) *Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo ao Fundo Social Europeu*, Bruxelas, pp. 1-13.

Comissão das Comunidades Europeias (2004) *Relatório da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho – Estatísticas do Sector Audiovisual*.

DOCUMENTOS RELATIVOS AOS PROGRAMAS OPERACIONAIS

Augusto Mateus & Associados/GEOIDEIA (2003) *Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Cultura do Quadro Comunitário de Apoio 2000-2006 (QCA III) – Sumário Executivo do Relatório Final*.

Augusto Mateus & Associados/GEOIDEIA (sem data) *III. Parte. O Contributo do Programa Para Os Grandes Objectivos e Prioridades Nacionais e Comunitárias - Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Cultura (QCAIII) – Relatório Final*.

Augusto Mateus & Associados; CIRIUS; GEOIDEIA (2003) *Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Região de Lisboa e Vale do Tejo – Sumário Executivo do Relatório Final*.

Augusto Mateus & Associados/GEOIDEIA (2004) *Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Cultura – Apresentação das grandes Linhas Conclusivas e das Principais Recomendações.*

CEDRU; QUASAR SA; Quatenaire Portugal (2003) *Avaliação Intercalar do Programa do PROAlgarve – Síntese de Avaliação Intercalar – Relatório Final*

CEDRU; Quatenaire Portugal (2003) *Avaliação Intercalar da ON – Estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Região do Norte (2000-2006) - Sumário Executivo do Relatório Final.*

CESO; CIDEC (2003) *Estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Região Alentejo (PorAlentejo) 2000-2006 – Sumário Executivo do Relatório Final*

Criar Cultura: Newsletter do Programa Operacional da Cultura, n.º 1 a n.º 7 (2002-2005).

Gabinete de Gestão do POC (2000), *POC – Programa Operacional da Cultura 2000-2006 – Relatório inicial*

Gabinete de Gestão do POC (2000), *Complemento de Programação do Programa Operacional da Cultura (2000-2006).*

Gabinete de Gestão do POC (2003), *Relatório Síntese da Execução do Programa Operacional da Cultura – 1º semestre de 2003.*

Gabinete de Gestão do POC (2004), *Relatório Semestral de Execução do Programa Operacional da Cultura – 1º semestre de 2004.*

QUASAR SA; CEDRU; Quatenaire Portugal (2003) *Estudo de Avaliação Intercalar do Programa Operacional da Região do Centro (2000-2006) – Síntese Conclusiva, Recomendações e Boas Práticas.*

Programa Operacional da Cultura (2005): *Avaliação e Perspectivas Futuras - Seminário de 11 de Abril de 2005*

OUTROS DOCUMENTOS

ALVES, José Matias (2005) “Educação e Formação” Seminário Norte 2015, realizado a 25 de Maio de 2005 pela CCRN.

ANDRESEN, Teresa (2005) “Património Natural e Paisagístico”, Seminário Norte 2015, realizado a 25 de Maio de 2005 pela CCRN

CADA – Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, *Relatório de Actividades 2002.*

CEG (2005) “Social Innovation and Creative Millieux. 3 Geographical explorations” PowerPoint apresentado no Workshop *Inovação Social*, 1 e 2 de Março 2005.

CEG, (2005) “Meios Criativos” - Adaptação da apresentação “Social Innovation and Creative Millieux. 3 Geographical explorations” no workshop subordinado ao tema *Inovação Social*, 1 e 2 de Março 2005.

Centro Cultural de Belém; Plano Operacional de Cultura (sem data) *Percursos: Projecto Artístico Europeu de Artes do Espectáculo para um Público Jovem 2002-2004 – Relatório Final*.

Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento, IN+ (2005) *Preparar Portugal Para Um Novo Ciclo De Fundos Estruturais 2007- 2013: O que podemos aprender da investigação para a formulação de políticas públicas na área da ciência, inovação e desenvolvimento sustentável... Um estudo a apresentar ao Observatório do QCA*.

Centro de Estudos em Inovação, Tecnologia e Políticas de Desenvolvimento, IN+ (2005), *Preparar Portugal Para Um Novo Ciclo De Fundos Estruturais 2007- 2013: O que podemos aprender da investigação para a formulação de políticas públicas na área da ciência, inovação e desenvolvimento sustentável – Anexo Técnico*.

CIED (2005), *Estudos Horizonte 2013. Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Educação – 1º Relatório de Progresso*.

Cine Clube de Viseu / Acert (2004), *Comum – Rede Cultural*.

Comissão de Coordenação da Região Algarve (2002), *Plano Estratégico para a Áreas de Baixa Densidade do Algarve*, Volume 1, CCRA.

Comissão de Coordenação da Região Algarve (2002), *PROAlgarve – Programa Operacional do Algarve 2000-2006. Resumo*, CCRA.

Comissão de Coordenação da Região Centro (1999), *Programa das aldeias históricas de Portugal – Beira Interior*, Coimbra, 2ª Edição, CCRC.

Comissão de Coordenação da Região Centro (2002), *Aldeias históricas de Portugal – Um património com futuro*, Isabel Boura (coord.), Coimbra, CCRC.

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2001), *Plano Estratégico da Região de Lisboa Oeste e Vale do Tejo*.

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2002), *Guia para a Gestão Estratégica da Região de Lisboa e Vale do Tejo 2002/2006*, pp. 1–94.

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2005), *LVT – Lisboa/Vale do Tejo*, nº 1, Abril 2005.

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2005), *Lisboa e Vale do Tejo: Reabilitação do Património e Arte em Rede*, Lisboa, Corlito.

Comissão de Coordenação da Região de Lisboa e Vale do Tejo (2005), *Lisboa 2015. Políticas Culturais*, pp. 1-4.

Comissão de Coordenação da Região Norte (1998), *Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social. Diagnóstico Prospectivo da Região do Norte*, Porto, CCRN.

Comissão de Gestão do QCA III/Observatório do QCA III (2004), *Colecção Avaliação Intercalar do Quadro Comunitário de Apoio III e dos Programas Operacionais*.

CORREIA, Paulo V. D. (2005), “Governança do Território”, Seminário Norte 2015, realizado a 25 de Maio de 2005 pela CCRN .

Dinâmia (2005), *Adaptabilidade dos Transportes e das Empresas. A Adaptabilidade nas Estratégias de Emprego – Relatório de Progresso*.

e-GEO; IDE; CESUR (2005), *Formulação de Políticas Públicas no Horizonte 2013 relativas ao tema Acessibilidades e Transportes – Relatório de Progresso*.

Escola Nacional de Saúde Pública (2005), *O Futuro do Sistema de Saúde Português – o sistema de saúde português no Horizonte 2007-2013 – 1º Relatório de Progresso*.

Eurostat / Département des études et de la prospective et des statistiques, *L'emploi culturel dans l'Union européenne*, depts / Les notes de l'Observatoire de l'emploi culturel, (2005).

Fundação Fitzcarraldo (2001), *Les Réseaux Raisonnes. Etude IETM des effets du travail en réseaux*, Concelho das Artes da Finlândia.

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional (2005), *O QCA III e a Reprogramação Intercalar. O Próximo Período de Programação Financeira Comunitária 2007-2013. Perspectivar o Contributo das Regiões*, pp. 1-32.

Gabinete do Secretário de Estado do Desenvolvimento Regional (2005), *Próximo Período de Programação Financeira da União 2007-2003*.

IMCA for DG EAC, Unit C1 (sem data), *Identification and Evaluation of Financial flows within the European Cinema Industry by Comparison with the American Model – Executive Summary*.

Instituto das Artes/ Ministério da Cultura (2005), *Dossier Redes e Espaços Culturais*.

ISCTE (2005), *Formulação de Propostas de Concepção Estratégica das Intervenções Operacionais no Domínio da Inclusão Social – Relatório de Progresso – Elementos de Diagnóstico*.

ISCTE (2005), *Políticas Públicas de Revitalização Urbana EU 2007-2013 – 1º Relatório de Progresso*.

IGFSE (2005), *Perspectivas Financeiras 2007 – 2013. Os Novos Regulamentos Financeiros*.

ISEG (2005), *R&D, Innovation and Entrepreneurship 2007-2013 – Progress Report: Diagnosis and Scenarios*, pp. 123.

LEG (sem data), *Statistiques Culturelles Dans l'UE - Rapport Final*.

MARQUES, Teresa Sá (2005), “Dinâmicas e Desafios Territoriais”, Seminário Norte 2015, realizado a 25 de Maio de 2005 pela CCRN.

MENDES, Américo (2005), “Sustentabilidade do território – Mobilização dos Recursos Naturais”, Seminário Norte 2015, realizado a 25 de Maio de 2005 pela CCRN.

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território/ Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2005), *Programa Nacional de Política do Ordenamento do Território – Programa de Acção, 2ª versão*, pp. 1-134.

Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território/ Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (2005), *Programa Nacional de Política do Ordenamento do Território – Relatório, 2ª versão*, pp. 1-159.

Ministério da Educação/Ministério Da Cultura (2004), *Relatório do Grupo de Trabalho Ministério da Educação e Ministério da Cultura*.

Observatório do QCA III (2005), *O Futuro da Política de Coesão 2007-2013*.

L' Observatoire de l' Emploi Culturel (2005), *L' Emploi Culturel dans l' Union Européenne en 2002 – Données de Cadrage et Indicateurs*.

Quatenaire Portugal (2004), *Estudo-Base Relativo à Criação da Rede de Teatros Municipais da Região de Lisboa e Vale do Tejo – Relatório Final*.

SÁ, João Moura (2005), “As Regiões Portuguesas e os Desafios da Nova Política de Coesão Europeia: O Norte de Portugal” (apresentação inicial), Seminário Norte 2015, realizado a 25 de Maio de 2005 pela CCRN.

SANTOS, Helena (2005), “A Cultura”, Seminário Norte 2015, realizado a 25 de Maio de 2005 pela CCRN.

Secretaria de Estado da Administração Local (2000) *FORAL - Programa de Formação para as Autarquias Locais*, Lisboa.

REIS, José (2005) “Parcerias Territoriais de Desenvolvimento Regional: Conteúdos e Objectivos”, Seminário Norte 2015, realizado a 25 de Maio de 2005 pela CCRN.

VAREJÃO, José M. (2005) “Emprego e Desemprego no Norte de Portugal”, Seminário Norte 2015, realizado a 25 de Maio de 2005 pela CCRN.

ORGANISMOS E DEPARTAMENTOS CONTACTADOS

- Gabinete Coordenador do Programa Polis
- Gabinete de Gestão do PRIME
- Gabinete de Informação e Avaliação do Sistema Educativo/Ministério da Educação
- Instituto Nacional dos Arquivos da Torre do Tombo (IANTT) – Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais
- Instituto Português do Livro e da Biblioteca (IPLB) – Rede Nacional de Bibliotecas Públicas
- Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN)
- Instituto Português dos Museus (IPM)
- Rede Portuguesa de Museus (RPM)
- Instituto das Artes (IA)
- Associação de Turismo de Aldeia (ATA)
- Equipa Técnica do Programa Foral (Presidência do Conselho de Ministros)
- Direcção-Geral do Desenvolvimento Regional/SIFEC

DADOS QUANTITATIVOS RECOLHIDOS

Instituto Nacional de Estatística

- Carta de Equipamentos e Serviços de Apoio à População 2002
- Censos 1991 e 2001
- Inquérito ao Emprego
- Inquérito do financiamento público das actividades culturais das câmaras municipais
- Inquérito às Associações Culturais e Recreativas 1995
- Inquérito às Empresas
- Estatísticas da Cultura, Desporto e Recreio
- Estatísticas do Turismo
- Inquérito aos Orçamentos das Famílias
- Inquérito à Ocupação do Tempo
- Portugal Social 1991-2001

ENTREVISTAS REALIZADAS

- António Pinto Ribeiro (Fundação Calouste Gulbenkian)
- Catarina Vaz Pinto (Quartenaire)
- Clara Camacho (IPM)
- Maria de Assis (IA)
- Miguel Lobo Antunes (Culturgest)
- Paulo Carretas (IA)
- Paulo Cunha e Silva (IA)
- Paula Santos, (CCDR-Norte),
- Júlio Pereira, (CCDR-Norte),
- Marília Vieira, (CCDR-Norte),
- José Maria Azevedo (CCDR-Norte),
- Ana Luísa Ferreira (CCDR-Norte),
- Susana Gomes da Silva (CAM da Fundação Calouste Gulbenkian)
- Bárbara Coutinho (CCB)
- Elisabete Alves (Fundação de Serralves)

WORKSHOPS REALIZADOS

- *Workshop* realizado no Centro Cultural de Belém no dia 6 de Julho de 2005
- *Workshop* realizado no Instituto de Ciências Sociais no dia 12 de Setembro de 2005